

**Vestígios da Expansão Portuguesa na Costa Oriental da Arábia – A
Documentação Histórica Face aos Vestígios Arqueológicos**

João Mário Palla Lizardo

**Dissertação
de Mestrado em Arqueologia**

Setembro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Dr^a. Rosa Verela Gomes.

JOÃO MÁRIO PALLA LIZARDO

RESUMO

Para o estudo da Expansão Portuguesa afigura-se ser essencial a contribuição da Arqueologia, considerando-se, no entanto, que, a nível nacional, pouco ainda existe quanto à matéria em causa.

Neste pressuposto, escolheu-se a área correspondente aos actuais Emirados Árabes Unidos e à costa do Oman a norte do Cabo Ras-al-Hadd, analisando-se os respectivos vestígios materiais, com especial ênfase nos dados arqueológicos que foi possível obter.

Os resultados permitiram ajuizar da fiabilidade dos relatos da época e do discurso histórico neles baseado relativamente a uma zona para a qual a documentação escrita é escassa e onde, portanto, mais acuidade ganha o seu cotejo com os vestígios materiais.

Especial enfoque foi atribuído às representações de finais do séc. XVI e séc. XVII destinadas a enviar para o reino imagens das fortalezas que os portugueses supostamente teriam construído nessa região, tendo sido possível detectar um elevado conjunto de ambiguidades e imprecisões que divergem do discurso historiográfico tradicional.

Procurou-se igualmente, embora de forma muito limitada, inserir a presença dos portugueses nas sociedades aí existentes, adicionando-se alguns dados sobre os respectivos povos.

Palavras-Chave:

- Costa Arábica
- Fortalezas portuguesas
- Livros das “plantas das fortalezas...”
- Arqueologia da Idade Moderna
- Arqueologia da Expansão Portuguesa

ABSTRACT

Concerning the study about the Portuguese Expansion its essential the Archeological contribution, although the Portuguese apport to this Hnowledgo is nowadays yet clearly insufficient.

Assuming that proposal, option was taked for the area concerning the actual Emirates and the coastal Oman, north of Ras-al-Hadd Cape, in the aim to detect and analyses the Portuguese material remains, with particular emphasis for the archeological data.

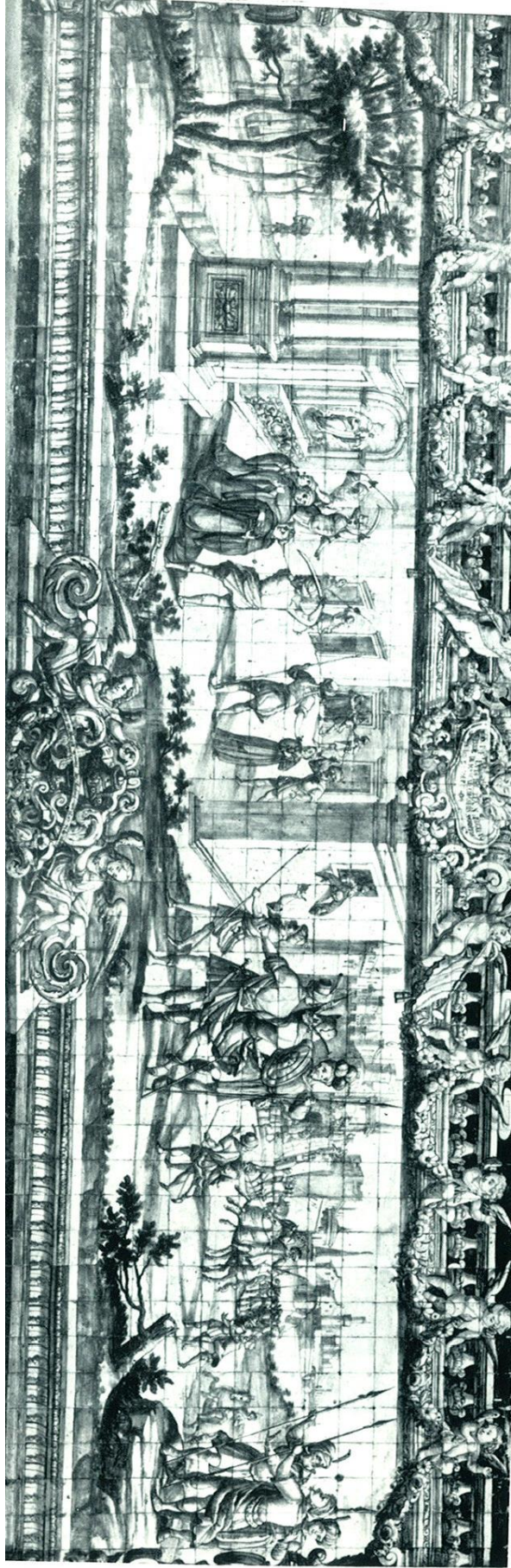
So, it was possible to appreciate the reliability of the historical speech concerning one area where the documents are scarae and it's more important the comparison with the material remains.

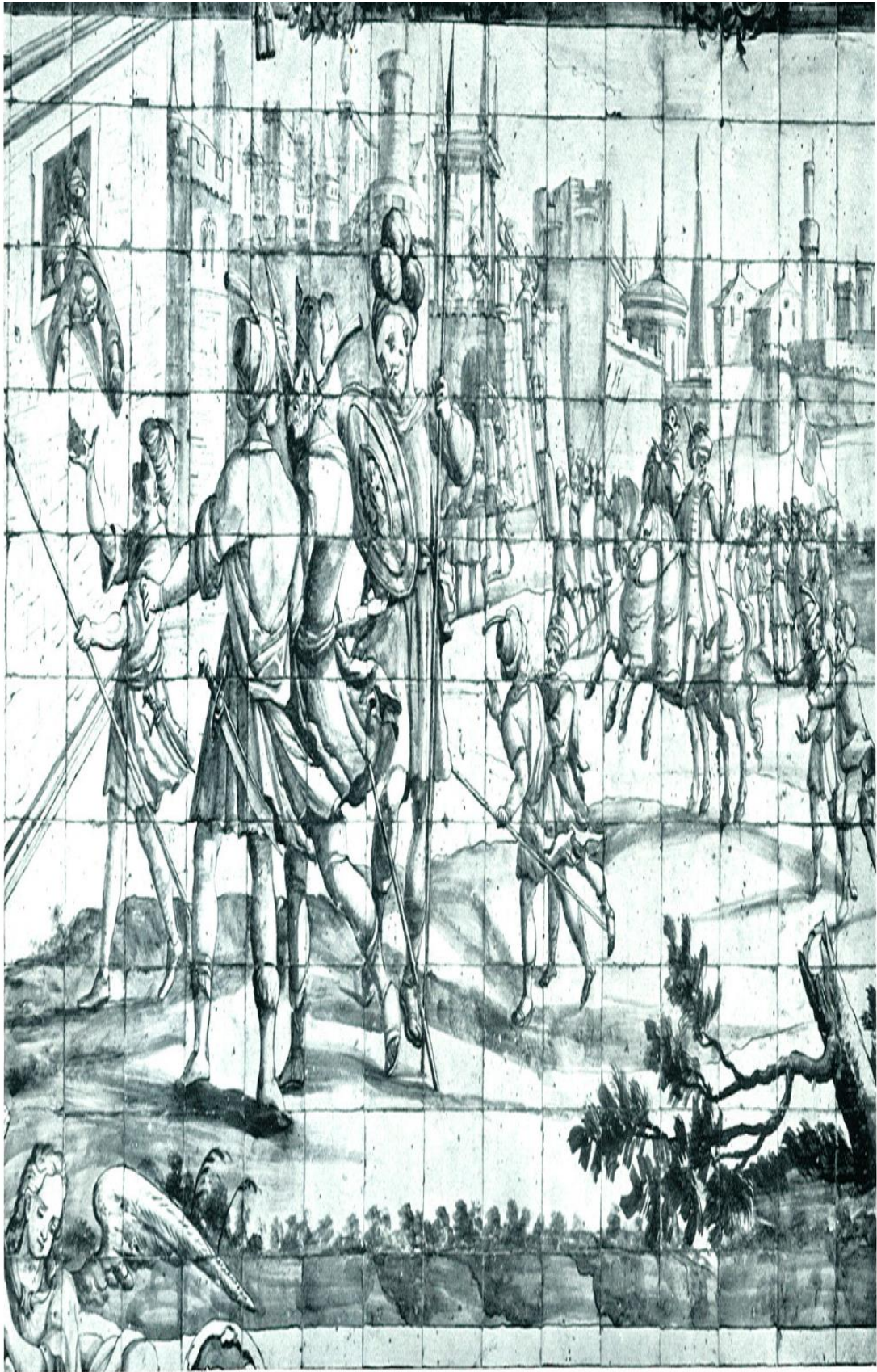
Special approach was given to the Portuguese drawings of the final XVI and XVII centuries, allocated to the envoy for the Kingdom of the fortresses pictures supposed to be built by the Portuguese, becoming clear the presence of a high number of doubts, ambiguities and inaccuracies about those pictures.

In a very restricted way, it was also intended to integrate the Portuguese presence in the bosom of the pre-existent local societies, adding some data about his people.

Keywords:

- Arabia coast
- Portuguese strongholds
- "Drawings of fortresses" books
- Modern Age Archeology
- Portuguese Expansion Archeology





ÍNDICE

Palavras de Apresentação.....	1
Capítulo I.....	3
Introdução.....	3
a) Alguns objectivos.....	3
b) Em busca da metodologia adequada.....	6
Capítulo II.....	13
Alguns dados sobre a Região.....	13
II - 1 - As representações gráficas como fonte de informação.....	13
II - 2 - Identificação dos locais mencionados nos documentos3	
Portugueses.....	20
II - 3 - Notas Históricas.....	27
3 a) Calaiate na literatura árabe medieval.....	39
3 b) Um campo de sepulturas islâmicas em Diba.....	41
Capítulo III.....	45
A observação efectuada.....	45
a) Abordagem prévia.....	45
1 - Breve nota sobre as tradições construtivas locais.....	45
2 - Estruturas anteriores ou contemporâneas da chegada dos portugueses..	56
b) Exame dos sítios fortificados tidos por “portugueses”.....	64
1) Caçapo.....	65
2) Corfacão.....	68
3) Curiate.....	72
4) Doba.....	74
5) Julfar.....	76
6) Libédia.....	79

7) Mascate.....	84
8) Matara.....	102
9) Quelba.....	106
10) Sibó e Borca	114
11) Soar.....	116
c) O Espólio.....	122
Capítulo IV	126
Conclusões.....	126
1 – Algumas características da arquitectura militar portuguesa de meados do séc. XVI a meados do séc. XVI.....	126
2 – Algumas apreciações críticas ao discurso histórico	128
3 – Um exemplo das rotas marítimas.....	134
4 - Os vestígios detectados em confronto com as representações portuguesa da época.....	136
5 – As “Heróicas Proezas”.....	139
6 – Brevíssimas notas sobre o papel da arqueologia para o estudo da expansão portuguesa.....	142
Breve Glossário.....	147
Bibliografia.....	156
Lista de Figuras.....	165

PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO

“Estas coisas que aqui se escrevem, damo-las com a devida vénia do ilustríssimo Ptolomeu, que muito de bom escreveu ... mas nesta parte enganou-se ...

... e nós, (os portugueses) por experiência, achámos o contrário e descobrimos que tudo era diferente ... ao contrário do que os antigos escritores disseram” (Sintra, 2002, p. 63; Pereira, 1975, p. 152).

Há quem defenda entusiasticamente que o berço da navegação se encontra no Oceano Índico em vez do Mediterrâneo (Villiers, 1957) e, apesar do carácter inútil deste tipo de proposições, o certo é que ainda é possível aí encontrar navios tradicionais, como é o caso do “dhow”, que se mantém efectuando todo o tipo de serviços nas costas do Quênia e Tanzânia, recorrendo frequentemente apenas à navegação à vela. Ao fascínio derivado destes barcos tradicionais, junta-se a circunstância de boa parte das zonas banhadas por este Oceano apresentarem interiores inóspitos, o que, desde muito cedo, originou povoamentos costeiros exclusivamente vocacionados para as actividades marítimas.

Por aqui paira a figura de Sinbad, “o marinheiro”, mas, apesar da carga simbólica de que se reveste o seu nome, convém não esquecer o conteúdo lendário das suas “estórias”, proporcionado pelas condições em que se desenvolvia então a navegação, sucedendo que a falta de respeito pela realidade constitui vício difícil de extirpar, como, de alguma forma, se verá mais adiante.

A referência à atracção pelo “maravilhoso” adequa-se à génese do trabalho que agora apresento, pois, foi a mera curiosidade devido à ausência de informação então existente, que, há três dezenas de anos, originou viagens, as quais, a pouco e pouco, se foram traduzindo num crescente acumular de dados e de pequenas intervenções a respeito dos vestígios da expansão portuguesa.

Entretanto, a apresentação, por incentivo do Prof. Pedro Dias, de uma comunicação nas conferências organizadas em Paris, no mês de Março de 2007, pela Fundação Calouste Gulbenkian, sobre a presença dos portugueses no Golfo Pérsico e a participação, em Dezembro desse ano, na iniciativa comemorativa dos 20 anos da arqueologia no Barém, geraram alguma responsabilização, que, por outro lado, a nível

local era acompanhada pelos persistentes e bem sucedidos apelos para a colaboração com Élvio Sousa e o “seu” Centro de Arqueologia Moderna.

Dos contactos estabelecidos após a conferência de Paris resultou, além do mais, uma preciosíssima ajuda por parte do Dr. Rui Manuel Loureiro, que, desde então, quase diariamente me tem “oferecido” conselhos e documentação respeitantes à “Expansão Portuguesa” que não estariam facilmente acessíveis ao comum dos cidadãos.

Perante este panorama, passei a sentir como imperiosa a necessidade de atribuir alguma estrutura mais rigorosa às amadorísticas intervenções na área da “Arqueologia da Expansão Portuguesa” e daí um regresso aos bancos da Universidade, agora bem diferente daquela que tinha conhecido (e combatido!) muitos anos antes.

Soube a pouco esse curto contacto e receio bem que não tenha sido suficiente para eliminar os vícios derivados de uma actividade isolada e que não se submetia a critérios académicos, mas as deficiências daí resultantes serão detectáveis por quem apreciar esta dissertação.

Se o tema para a mesma já decorria, de forma natural, de todo o percurso passado que pretendia aproveitar, surgiu entretanto, por via do empenhamento do Prof. Rui Carita, o estabelecimento de contactos com arqueólogos da zona que abordo, o que tornou inultrapassável a minha opção.

Parte dos dados que utilizo surgiram por mero diletantismo, mas revelaram-se preciosos face às alterações entretanto verificadas nos locais da análise, cabendo assumir que este trabalho resulta de uma grande variedade de contributos que suprem as deficiências de um estudo que nasceu sem prévia programação.

Pese embora alguma excessiva ambição, pretendi contribuir, através da observação no terreno, para uma melhor clarificação em matéria de prioridades e objectivos no domínio da Arqueologia da Idade Moderna e, embora como mero afluente, procurei igualmente reflectir e pugnar por novas abordagens no que respeita aos fenómenos colonizadores.

Como resulta do que atrás afirmei, a apresentação desta dissertação não seria possível sem uma miríade de auxílios e apoios, dos mais variados tipos, e, por isso, abstenho-me de apresentar os tradicionais agradecimentos, dado que seria demasiado extensa uma lista com esse objectivo.

I

INTRODUÇÃO

a) Alguns objectivos

A invocação da Arqueologia como instrumento para o estudo da Expansão Portuguesa poderia ser vista como estando integrada em princípios gerais que se encontram exemplarmente traduzidos, por exemplo, no texto que se transcreve:

“Os arqueólogos da Época Moderna nunca se dão por satisfeitos com o “ouvir dizer” dos historiadores, nem relevam a forma como estes se achem exactamente escrutinados, entrecruzados e respaldados por documentos de reconhecida probidade. Os arqueólogos recusam-se a acreditar que tudo o que seja conhecimento valioso terá sido reduzido a escrito por sociedades alfabetizadas ou recitado através das tradições orais ou mesmo fotografado e videogravado por sociedades computadorizadas. Nós suspeitamos que em todas as sociedades existem segmentos não escritos, ou mudos, ou não gravados, cujas histórias apenas podem ser contadas pelos arqueólogos...”. (Wesler, 1998, p. 2).

Porém, considera-se que nesta específica área existirá um original papel para a investigação arqueológica, que resulta de circunstâncias muito próprias daquele período e que são atraentemente focadas num excerto do “Soldado Prático”, quando Diogo Couto (2008, p. 61) compara os Vice-Reis e demais “senhores” que dobravam o Cabo da Boa Esperança aos romanos que atravessassem o rio Letes, pois, tal como os romanos eram castigados com o total esquecimento do seu passado, também os primeiros se esqueciam da honra e honestidade que os caracterizaria antes de passarem ao Oriente e, por isso, segundo o cronista, tornava-se altamente questionável a veracidade das informações que enviavam para o Reino, ou dito por outras palavras, a fidedignidade dessas informações estava envolta em interesses pessoais, sucedendo até que figuras como António Tenreiro, autor do “Itinerário” (Aubin, 1996, p. 392) foram vítimas de atentados que se destinavam a calar radicalmente qualquer versão sobre acontecimentos ocorridos no Oriente que pudesse prejudicar o prestígio desta ou daquela grande família junto da corte portuguesa.

Aliás, o próprio Rei tinha tão clara percepção do carácter periclitante das notícias que recebia dessas longínquas paragens que procurava obviá-lo através da utilização de

mais do que uma via de informação, sem que os respectivos agentes conhecessem a tarefa que estava incumbida aos restantes, tal como é analisado por Jean Aubin em “*Le Latin et l’Astrolabe*”, e, por isso, poderá revelar-se como sendo particularmente proveitosa a procura de dados à margem dos relatos históricos.

Numa maior concretização deste aspecto, seria por demais interessante uma investigação que confrontasse os vestígios materiais da Expansão com as descrições constantes das fontes escritas e imagens produzidas na época, mas, é óbvio que, por enquanto, se trata de um objectivo excessivamente ambicioso e, portanto, irrealista, pelas mais diversas razões de ordem prática.

No entanto, esta visão poderá ser alterada se se circunscrever a investigação a uma zona acertadamente escolhida e, nesse aspeto, considerou-se que a costa oriental da Península Arábica, a norte de Ras-al-Hadd (“Cabo Rozalgate”), preencheria os necessários requisitos de moderação e adequação, tratando-se de uma opção que apresenta alguma “facilidade” na medida em que assume características de “novidade” face à reduzida atenção que tem sido prestada à história daquela zona, limitação essa que, no polo geográfico oposto, está também traduzida nesta opinião: “*Neste caso, uma inteligível imagem das condições no Golfo durante o período português é ainda inexistente, essencialmente devido à ausência de uma adequada pesquisa nos arquivos, centros de investigação e bibliotecas de Portugal e Índia. Além disso, não há equipas conjuntas no Golfo que assumam a recolha e tradução dos documentos portugueses; tudo o que existe limita-se a escassa investigação individual e atitudes académicas.*” (Al-Salman, 2012, p. 17).

Uma imprescindível modéstia de objectivos adequava-se também à simplicidade dos vestígios que seria expectável detectar e permitia um trabalho dependente da utilização de meios individuais, tornando-se por demais evidente que seria totalmente impensável a abordagem dos vestígios portugueses, por exemplo, no sub-contidente indiano, sem que se formasse uma ampla e profissionalizada equipe que se dedicasse a um programa tão ambicioso.

À partida, existiam alguns aspectos positivos, como seja:

- a) Em primeiro lugar, dispunha-se de um conjunto de desenhos das “fortalezas portuguesas”, que teriam sido construídas na época que se pretendia estudar, os

quais, entretanto, tinham sido compilados por José Manuel Garcia na sua obra, “*Cidades e fortalezas do Estado da Índia*”.

- b) Relativamente à área adjacente, ou seja, ao interior do Golfo Pérsico, existem trabalhos arqueológicos, acompanhados de adequadas publicações e debates embora se relacionem particularmente com a presença portuguesa no Barém;
- c) Na zona a analisar mantêm-se várias construções, ainda bem visíveis e atribuídas aos portugueses;
- d) Num plano prático, existiam perspectivas de colaboração com responsáveis pelo património na zona.

Porém, as dificuldades eram muitas, sendo de realçar:

- 1 A escassez de investigações arqueológicas, sendo todas elas até à data realizadas sem participação portuguesa, não sendo sobretudo fácil o acesso às correspondentes publicações;
- 2 Ainda mais preocupante era o desconhecimento relativamente às culturas locais, nomeadamente no que diz respeito a métodos de construção e tecnologias, encontrando-nos perante países cuja História quase só começou após a “partida” dos portugueses e onde os estudos arqueológicos privilegiam épocas muito recuadas relativamente aos séculos XVI e XVII;
- 3 Além disso e, talvez devido a essa escassez de documentação histórica, manifesta-se localmente uma generalizada tendência para “abonecar” o passado que acarreta consequências catastróficas em matéria de restauros arquitectónicos, que podem levar ao desaparecimento de todos e quaisquer vestígios;
- 4 Acresce ainda a escassez de espólios arqueológicos e conteúdos museológicos para o período que se pretendia analisar.
- 5 E, é claro que havia a enfrentar o desafio de abordar uma zona pouco conhecida a nível europeu, de difícil acessibilidade em termos de custos monetários e dotada de uma língua desconhecida e complexa aos ouvidos latinos, como é a árabe.

Diga-se ainda que, no tocante à propalada origem portuguesa dalgumas obras, é imperioso recordar uma já “velha” opinião formulada por um estudioso inglês (George

Percy Badger), no comentário à versão inglesa da “*História dos Imans e Seyyids do Oman*” editada em 1871 (p. 417) e que alertava então para o facto de que todas as ruínas existentes na zona eram vistas pela opinião pública como se fossem “portuguesas”.

b) Em busca da metodologia adequada

Face ao exposto, eram necessárias algumas prévias reflexões em termos metodológicos, e, por isso, considerou-se que seria conveniente valorizar aspectos que pareceriam totalmente insignificantes se se tratasse de um estudo em território europeu.

Com efeito, aqui e agora, no que diz directamente respeito a todos nós, existe sempre, em maior ou menor grau, alguma familiaridade quanto às condições naturais em que se desenvolve a história europeia, o que torna desnecessária uma “visualização” do “ambiente”, a não ser que se trate de abordagens muito especializadas. Ou seja, existe uma generalizada noção do que sejam as características genéricas, por exemplo, dos Alpes ou das ilhas gregas, sendo inútil referir que neva na Suíça ou existe um agradável mar nas costas do Mediterrâneo, mas a percepção que possuímos relativamente a outras zonas do Mundo pode ser escassa ou notavelmente errónea e é sempre provável que resulte de estereótipos pouco aconselháveis.

Neste caso, o conhecimento das condições onde se situava a actividade a analisar exigia uma percepção mínima das mesmas, e, quando se refere “percepção”, pretende-se ultrapassar um frio e seco “conhecimento científico” que ignore totalmente as sensações proporcionadas pelo contacto directo, e, por isso, entendeu-se ser necessário valorizar a própria paisagem, sucedendo, por exemplo, que apenas a visualização de um lugar como Tiwi (Tebe) permitiu perceber a sua importância para a navegação portuguesa.

Aliás, para além destas considerações, haveria ainda que atender a que esta simples análise visual dos sítios a investigar é fundamental para avaliar da credibilidade dos desenhos que se pretende comentar, aí se devendo incluir a observação de acidentes naturais, de mais segura permanência, pois, a sua representação constituirá (ou não...) um elemento a favor da respeitabilidade desses desenhos.

É certo que em quinhentos anos muita coisa se terá modificado, especialmente em resultado da crescente desertificação que se verificou, mas há que levar em consideração a situação actual para que, seguidamente, se possam detectar as diferenças.

Não se afigurando ser desassissado introduzir desde já uma opinião a esse respeito:

“(no séc. XVII)... as movimentações parecem ter sido generalizadas em toda a península (arábica): as fronteiras otomanas estavam tanto sob ataque como as colónias portuguesas. Tal torna admissível que existiria uma profunda alteração de origem demográfica ou económica. Provavelmente, algumas mudanças climáticas desorganizaram o precário equilíbrio ecológico na área do deserto, levando a uma diminuição da produção de alimentos e incentivos ao nomadismo que originaram inovadoras pressões, sobre a população sedentária dos oásis e, mais uma vez, um incentivo ao nomadismo...” (Slot, 1993, p. 98).

Numa outra vertente, nenhuma análise da intervenção portuguesa será possível sem que se conheçam as condições dos povos locais.

Um dos mais destacados historiadores da Expansão Portuguesa, Luis Filipe Thomaz, observava que:

“...os historiadores da época colonial, regra geral, observaram o outro lado como se ele não existisse... Apesar de todas as transformações ideológicas e políticas dos últimos decénios, esta metodologia perpetuou-se em Portugal até aos nossos dias, contribuindo para a profunda ignorância que continua a reinar no que diz respeito às civilizações da Ásia... Sob as aparências de história indo-portuguesa, continua-se, deste modo, a fazer, frequentemente, “história luso-portuguesa”, tendo o Oriente como complemento circunstancial de lugar”. (Thomaz, 2005, p. 6).

Ou, utilizando uma outra opinião e num registo algo diverso:

“...é por demais óbvio que a arqueologia proporciona o acesso à dimensão concreta dos contactos entre colonizados e colonizadores – uma ligação para o quotidiano vivido pelas pessoas vulgares face às situações coloniais. Este é um campo de evidências que é diferente e independente dos textos dos colonizadores que constituem a base essencial para a maioria das análises sobre o colonialismo e que detém capacidades para recuperar perturbadores silêncios e o calar do passado”. (Dietler, 2009, p. 19).

Supõe-se ser incontestável que a ultrapassagem do aludido “complemento circunstancial de lugar” exige um bom conhecimento das realidades locais, para o qual a arqueologia constitui uma ferramenta essencial, até porque, regra geral, nos encontraremos perante a escassez ou inexistência de documentação escrita indígena.

É por demais óbvio que não se pretende dar uma cabal resposta a estas últimas questões, mas o desbravar do terreno será sempre proveitoso e, aqui e ali, mesmo com reduzidos meios e limitados esforços, poder-se-á divisar uma realidade diversa da constante do discurso histórico tradicional.

Procurou-se assim, de uma forma muito modesta, escrutinar esse discurso e confrontá-lo com dados materiais que poderiam colocá-lo em questão e embora ainda não se dê por acabada a investigação, tudo indica que, no particular caso da presença portuguesa na costa arábica, as crónicas passadas ignoraram aspetos dotados de razoável importância, e, sobretudo, “inflacionaram” acontecimentos e realidades locais num grau que não se suspeitava inicialmente.

Neste trabalho tomaram-se em especial consideração os contributos metodológicos da “Arqueologia da Idade Moderna” e, nesse contexto, foi primacial o recurso à interdisciplinaridade e teve-se presente o deficiente quadro informativo e documental que poderia obstaculizar a sua evolução.

Como questão prioritária colocou-se uma interrogação aparentemente insignificante mas que não obtinha imediata resposta e condicionava toda a investigação seguinte e que se pode caricaturalmente traduzir na seguinte interrogação: - qual é o aspecto da zona em análise?

Questões tão simples como sejam a actual identificação dos topónimos utilizados pelos portugueses nos sécs. XVI e XVII e sua localização eram prioritárias e imprescindíveis, embora nem sempre tenha sido obtida uma resposta.

Para além desta particularidade, exigia-se uma especial atenção na análise dos desenhos deixados pelos portugueses e que, supostamente, representam as construções que estes teriam realizado na área que era objecto do estudo.

Assentes estes dois objectivos, foi necessária a recolha de dados sobre a História da região, particularmente com referência aos momentos anteriores à chegada dos navegadores portugueses, questão que não se revelou fácil, por escassez de trabalhos científicos nesse âmbito e dificuldades no seu acesso, devido a tratar-se de publicações estrangeiras muito especializadas.

Assumidos estes pressupostos, havia que analisar os vestígios disponíveis, quer os que ainda estavam visíveis, quer os que são revelados por escavações arqueológicas locais; definir as suas características e cotejá-los com técnicas e estilos indígenas, de forma a tornar viável a sua vinculação a uma filiação portuguesa ou concluir pela existência de uma errada atribuição, quer derivada das tradições locais, quer proveniente de desvios à realidade constantes da documentação então enviada para o Reino.

Depois desse levantamento elaboraram-se algumas notas sobre a história da zona e procurou-se determinar e destacar algumas estruturas arquitectónicas locais e as respectivas técnicas construtivas, a que se seguiu a observação, levantamento e análise das estruturas que pudessem ser atribuíveis a obra portuguesa.

Porém, a realização de um trabalho no âmbito da “Arqueologia da Expansão Portuguesa” não constitui tarefa simples por falta de estudos que previamente dêem suporte a quem enverede por esse objectivo.

Ainda bem recentemente se afirmava que «*as investigações arqueológicas no arquipélago de Cabo Verde são não só recentes como muito escassas*», (Gomes, 2012, p. 101) mas, com excepção de Marrocos, e, tanto quanto se conhece, serão essas as que maior desenvolvimento apresentam e as únicas em que estão directamente envolvidos arqueólogos nacionais.

Quanto ao mais, dispõe-se do magnífico trabalho de J. Kirkman sobre o Forte de Jesus em Mombaça, de trabalhos de Monik Kervran sobre as fortalezas do Barém e Soar, embora nalguns aspectos reduzidos a comunicações orais, e, além disso, obtêm-se referências dispersas ou abordagens em que a presença portuguesa é secundária ou secundarizada, sendo escassa, embora valiosa, a informação que surgiu por esta via.

Numa outra vertente, também não foi sequer fácil a obtenção de estudos históricos sobre a presença portuguesa na zona, valendo a pena citar a opinião de que, “... *Ormuz e o Golfo Pérsico têm sido notavelmente negligenciados pela historiografia portuguesa*” (Couto, 2008, p. XI), situação que se agrava quando se passa para a costa do Omã. As conferências de Paris a que antes se fez referência introduziram alguma melhoria neste panorama, e, entretanto, passou a ser positivamente sublinhada a utilização dos arquivos do Império Otomano para um melhor conhecimento nesta área, mas continua a ser deficiente a utilização dos riquíssimos arquivos da VOC holandesa (Verenigde Oost Indische Compagnie) e da sua congénere inglesa, cujos agentes

elaboravam sistemáticos relatórios sobre a situação dos portugueses nas zonas do Oriente onde pretendiam tornar-se dominantes, com algum relevo para a região que aqui é analisada.

Para além dos trabalhos de Jean Aubin, são os autores ingleses e holandeses quem nos fornece mais dados, mas, nem sempre é fácil a consulta das suas obras, dificuldade que se torna insuperável quando se acham editadas em holandês.

Restaria ainda inquirir da existência de trabalhos árabes, mas, como resulta da opinião de um historiador local que noutro ponto se transcreveu, elas são notavelmente escassas, e, mesmo assim, só podem ser aproveitáveis se forem publicadas em inglês.

Na verdade, o desconhecimento da língua árabe constituiu um verdadeiro “calcanhar de Aquiles” para este trabalho e deve confessar-se que resultaram em total fracasso todas as tentativas para perceber alguma coisa, por pouco que fosse, relativamente a essa língua, o que impediu uma consciente transcrição fonética dos seus termos.

Esta deficiência seria particularmente sentida no caso dos topónimos, cuja grafia varia sistematicamente, se não se desse o caso de constituir um problema generalizado, pois, como afirma um especialista nesta cultura, “*a transliteração ortográfica dos nomes de lugares árabes e iranianos é notavelmente variável*”. (Beeman, 2009, p. 158).

Os problemas gerados pela abordagem de uma parte do Mundo que é radicalmente diversa do quotidiano mais conhecido deste lado do Globo foram especialmente tidos em consideração, mas, tal não significa que não possa vir a constatar-se a existência de algum clamoroso erro que nenhum “indígena” deixaria de reconhecer mas que passa totalmente à margem do investigador europeu porque se reporta a dados aparentemente óbvios. Erros de bradar aos céus para quem habita uma determinada zona do globo são frequentemente praticados por excelentes estudiosos oriundos de outras bandas, e, escolhendo um recente exemplo, veja-se um ótimo texto sob o ponto de vista interpretativo relativamente à arte rupestre, mas que, estudando manifestações deste tipo em Angola, afirma que uma determinada imagem poderá representar “um elefante ou um tapir”. Ora, qualquer africano, por muito ignorante que seja, estranhará a referência a este último animal, pois apenas existe na América do Sul e na Indonésia, sendo impensável a sua figuração no continente africano, mas afirmações tão absurdas como esta podem infiltrar-se facilmente no discurso mais

cuidado, e, por isso, desde já se deixa em aberto a possibilidade de algo semelhante poder ter sucedido nesta dissertação.

No que diz respeito às fontes históricas, assumiu-se a preferência pelo seu indirecto conhecimento com base em estudos e opiniões abalizadas, optando-se pela cuidada leitura de algumas delas, (v. g., João de Barros) em vez de uma consulta generalizada. Seria outra, seguramente, a opção caso se tratasse de um trabalho de investigação de índole historiográfica, mas, no presente caso, pretendeu-se, sobretudo, procurar indícios que permitissem a valorização dos vestígios materiais.

A própria concepção deste trabalho aponta para uma especial atenção às condicionantes orográficas e ambientais, mas as suas óbvias limitações não permitem apresentar uma georreferenciação à altura das ambições, nem permitem desenvolver um trabalho prático no âmbito da “Arqueologia da Paisagem” que se gostaria de ter sido considerada.

As medições que se apresentam foram obtidas a partir de um simples aparelho funcionando à base de raios laser que se revelou mais caprichoso do que seria de esperar e foram cotejadas com os dados fornecidos através das imagens do Google Earth. Perante estes condicionalismos, não se garante a sua rigorosa exactidão, mas, quaisquer erros dificilmente serão superiores a cinquenta centímetros, o que se considera não ser minimamente significativo para as análises que se efectuaram.

Das conclusões que mais adiante se explanarão resulta uma forte tendência para propugnar pela inexistência de vestígios e fenómenos históricos que, à partida, surgiam como seguros.

Fazendo apelo às velhas tradições que são próprias da ciência jurídica, cabe dizer que, no Direito, a intenção de provar factos negativos é denominada como “*diabolica probatio*”, pois, no rigor das coisas, não é possível demonstrar com total segurança que um dado facto nunca terá ocorrido, e, no presente caso, quando se afirma que, ao fim e ao cabo, não existiu, p. ex., uma determinada construção militar, tal deverá ser visto com as inultrapassáveis reservas que derivam da natural circunstância de ser humanamente inviável o conhecimento da realidade em toda a sua plenitude.

Por isso, desde já se admite a hipótese, embora remota, de virem a surgir vestígios que ponham em causa as conclusões a que se chegou, mas, segundo critérios

de mínima razoabilidade haverá que, no presente momento, aceitar como uma realidade as inexistências que se invocam.

Apesar de ser longa a antecedente lamentação quanto aos meios que foi possível utilizar, supõe-se que as deficiências daí resultantes não afectarão seriamente o trabalho que se segue.

II

ALGUNS DADOS SOBRE A REGIÃO

II - 1 - AS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

A expansão marítima portuguesa era indissociável da feitura de cartas marítimas, mapas e outras representações gráficas que permitissem conhecer os territórios recém descobertos, tendo-se revelado como estando dotados de elevada qualidade os levantamentos costeiros e o traçado de rotas marítimas.

No que diz respeito às imagens de paisagens e edifícios, a produção inicial é escassa, destacando-se, para esses primeiros tempos, os desenhos de Duarte d'Armas em território europeu e, no Oriente, quer os trabalhos de Gaspar Correia, quer os que se acham associados ao nome de D. João de Castro.

Em nenhum dos casos existem visualizações da zona que se pretende abordar, mas, no entanto, valerá a pena referir aspectos que podem contribuir para uma melhor compreensão das características deste tipo de obras.

Por exemplo, a imagem de Diu constante do "*roteiro de Goa a Diu*", de D. João de Castro, datado de 1539, reporta-se, sem qualquer dúvida, ao momento imediatamente seguinte ao cerco de 1538, mas aí figura como sendo existente uma torre que



3



4

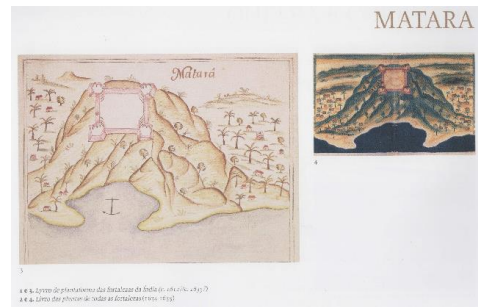


5

tinha sido anteriormente destruída durante os combates e uma outra que só veio a ter existência no decurso das então previsíveis obras de reconstrução da fortaleza, numa interessante associação entre passado, presente e futuro (Lizardo, 2011, p. 79-98).

Quanto a Gaspar Correia, realce-se que os desenhos que já foram objecto de análises mais aprofundadas, como, por exemplo, aqueles que representam as fortalezas de Baçaim, Diu, Ormuz (Lizardo, ob. cit.) e Judá (Serjeant, 1974, p. 160), se afiguram ser bastante credíveis, mas teriam surgido por volta de 1550 (Cid, 2011, p. 12), e, no entanto, em relação a Ormuz e Judá (Jeddah) retratam a situação existente em 1515 e em 1517.

Em linguagem mais chã, pode-se dizer que apresentam imagens pretensamente realistas, mas que se reportam a quarenta anos antes da data em que são tornados públicos, repetindo as incongruências cronológicas que se assinalaram relativamente à imagem de Diu difundida sob o nome de D. João de Castro e repetindo equivalentes características que surgem nos desenhos de Duarte d'Armas, (1) o que leva a crer que iguais limitações poderão também existir nos desenhos que se irão utilizar no presente trabalho, os quais,



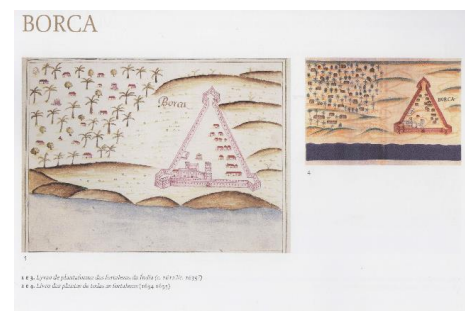
6



7



8



9

1 - Estruturas cuja construção ainda não estava concretizada reflectem-se, por exemplo, nos seus desenhos respeitantes a Miranda do Douro ou Bragança. (Conceição, 2011, p. 61).

naturalmente não correspondem à visão contemporânea quanto ao que deva constituir uma imagem dotada do mínimo de rigor.

Para a zona que nos interessa, Mascate surge isolada nos primeiros trabalhos, aparecendo numa fase seguinte representações das "fortalezas" de Curiate, Sibó, Borca, Soar, Quelba, Corfacão, Mada, Libédia e Doba, nada se conhecendo quanto a imagens respeitantes a Caçapo e Julfar.

Uma visão de Mascate consta, pela primeira vez, do chamado "*Livro de Lisuarte de Abreu*", (1558-1561), mas destinava-se apenas a ilustrar um episódio que era descrito no texto.

Posteriormente, após a perda da independência, e, assumindo as palavras de Rui Loureiro, "*a coroa Ibérica pediu várias vezes aos seus representantes em Goa o envio de documentos gráficos do estado das fortalezas orientais portuguesas*" (Loureiro, 2007, p. 71), embora a primeira notícia a este respeito se reporte aos desenhos recolhidos pelo arquitecto Giovanni Battista Cairati, os quais se perderam provavelmente no naufrágio de um dos navios da "*Carreira das Índias*", aquando do seu regresso à Europa.

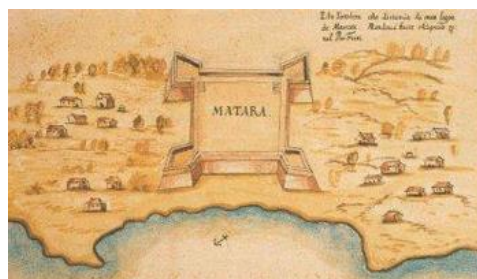
Entretanto, o cartógrafo luso-malaio Manuel Godinho de Erédia (2), que, aliás



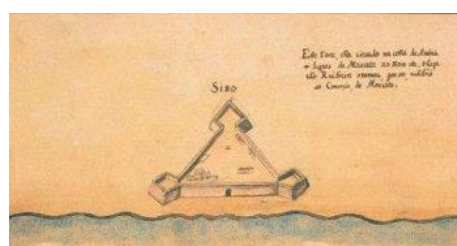
tinha sido assistente de Cairati, elaborou em 1610 uma compilação que continha imagens recolhidas anteriormente e que foi intitulada de "*Plantas de Praças das Conquistas de Portugal feitas por ordem de Rui Lourenço de Távora, Viso Rey da Índia, por Manuel Godinho de Erédia, cosmógrafo em 1610*". (Garcia, 2007, p. 21).

Este último autor adianta que, "*Manuel Godinho de Erédia era o homem certo no sítio certo*" (ob. cit., p. 72) e, em consequência, entre 1615 e 1622 elaborou um "*Atlas Miscelânea*", incluindo dezenas de mapas, quadros, planos e desenhos do qual se desconhece o paradeiro.

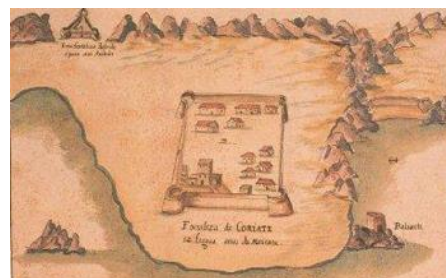
Porém, estes trabalhos terão sido abundantemente utilizados, nomeadamente para a compilação designada como "*Lyvro da Plantaforma das Fortalezas da Índia*", elaborado na década de quarenta do séc. XVII e onde, no que particularmente nos diz respeito, apenas figura Mascate, surgindo seguidamente a obra de António Bocarro, "*Livro das plantas todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*", datada de 1635, da qual existem duas cópias, em Lisboa e Madrid e cujos desenhos terão sido realizados por Pedro Barreto de Resende, cabendo a responsabilidade pelas informações escritas ao



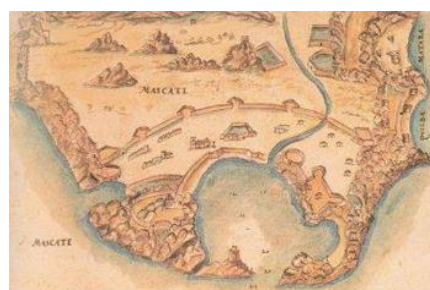
14



15



16



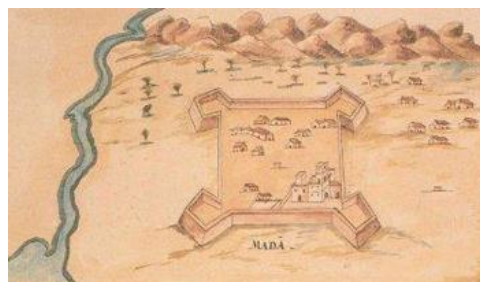
17

próprio Bocarro.

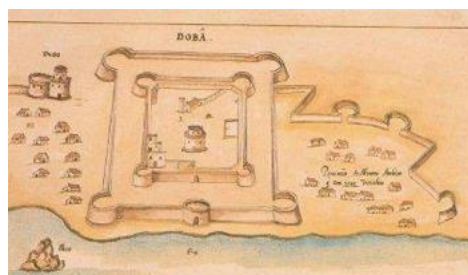
Quanto a Pedro Barreto de Resende e segundo a opinião de Rui Loureiro, "*todos os desenhos são... elaborados com base em informação recolhida em Goa, visto ser quase certo que não tenha visitado os locais que apresenta. Ou recebeu esboços feitos no local por terceiros ou desenhou com base em informação oral ou escrita que terá coligido...*" (2007, p. 76)

Nesta obra já figuravam todas as fortalezas que inicialmente se referiram, tal como sucedeu também com o álbum, "*Discrição da fortaleza de Sofala e das mais da Índia*" elaborado por António Mariz Carneiro em 1639, com base no modelo de Bocarro Resende, bem como na versão de Pedro Barreto Resende, de 1646, denominada "*Livro do Estado da Índia Oriental*" e noutras cópias relativamente às quais José Manuel Garcia afirma que, "*julgamos apenas merecer ser aqui assinalada a vasta e diversificada cópia de plantas de várias origens que foi organizada talvez por volta de 1650 num "Livro das Plantas e das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental"* (ob. cit., pp. 45), a qual é também denominada como "*Códice de Vila Viçosa*".

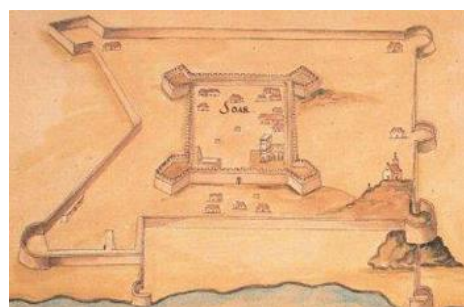
A este respeito, Rui Loureiro considera que as imagens das fortalezas arábicas apresentam "*analogias interessantes com os trabalhos de Barreto de Resende*", (ob. cit., p.



18



19



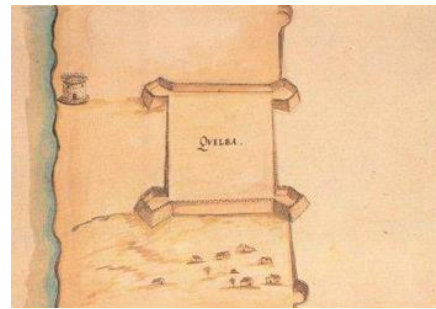
20

17

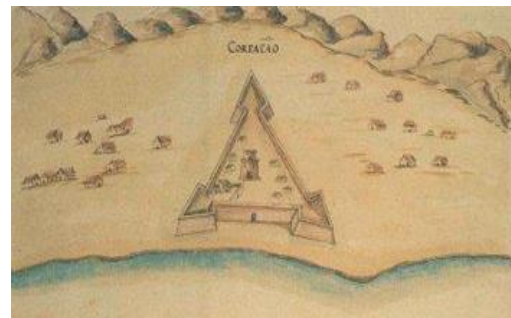
78), mas talvez que esta obra mereça mais atenção, dado que, tratando-se de uma compilação de desenhos de várias origens, como é bem revelado pelos diferentes tipos e datas de fabrico das folhas de papel que lhes servem de suporte (Silveira, 1991, p. II), são bem visíveis, no que se refere aos casos objecto deste trabalho, os traços preparatórios desses desenhos e além disso, é possível que aí figurem versões mais fidedignas do que as restantes.

Neste campo, sublinhar-se-ão posteriormente alguns aspectos, dado que se perspectivou a avaliação do grau de credibilidade destas imagens, e, por isso, a sua apreciação irá ser efectuada a par e passo com os dados que foi possível recolher no terreno.

Retornando, por fim, às palavras de Rui Loureiro: *"A iconografia das fortalezas tornou-se num traço dominante da cartografia portuguesa na viragem do século XVI e durante a primeira metade do século XVII. Por um lado existiam razões administrativas para a produção de tantos Livros de fortalezas, já que a burocracia real ibérica estava interessada na avaliação dos verdadeiros recursos do Estado da Índia, para os ter em conta no delinear das suas políticas imperiais. A longa correnteza de fortalezas portuguesas, espalhadas pela costa leste africana e pela Ásia marítima, podia ser idealmente unificada através de uma série de*



21



22



23

desenhos, semelhantes na cor, no traço e na perspectiva. Por outro lado, as circunstâncias políticas e militares, ditadas pela expansão ultramarina dos Ingleses e dos Holandeses, significava que toda a informação sobre os recursos materiais dos Portugueses no Oriente era de primordial importância." (2007, p.p 76, 79).

II - 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS MENCIONADOS NOS DOCUMENTOS PORTUGUESES

Para os objectivos desta dissertação é imprescindível apresentar uma breve aproximação à identificação dos sítios que eram nomeados pelos portugueses, adicionando-se algumas referências a seu respeito, embora não se tenha a pretensão de esgotar a matéria nem se assegure uma completa e correcta ultrapassagem das múltiplas discrepâncias quanto à variedade de designações e de transcrições fonéticas que se detectaram.

Esta indicação seguirá como critério a rota usual dos marinheiros portugueses, começando-se pelo primeiro ponto que era tocado por estes, ou seja, o Cabo Rozalgate, acompanhando-se a partir daí a linha da costa em direcção ao Golfo Pérsico.



24 - A Aguada de Tebe. Ab/2012.

Segue-se, portanto:

- CABO ROZALGATE, ROÇALGATE/RAS-AL-HADD – “*Neste cabo começa o reyno de Hormuz*”, João de Barros, “Ásia – Década I”, p. 337, localização: 22°69’N/59°37’L.

- LALÃO/JAHLÂN – Designava a região interior à latitude do Cabo Rozalgate. V. Aubin, 2000, p. 317, e, João de Barros, “Década III”, p. 100.

- AMAN – Designação utilizada por João de Barros, “Década III”, p. 173, ou II, p. 102, constituindo uma provável corruptela do termo Omã.

- SUR, CHAR/SUR – A designação de Char surge no “Livro de Duarte Barbosa” e, segundo Aubin (ob. cit. p. 318), ou um comentador daquele livro (Águas, 1992, p. 42) corresponde a Sur. Localização: 22°35’N/59°33’L

Sur era povoação bastante antiga, dispendo de excelentes potencialidades no que diz respeito às condições portuárias, ao invés da vizinha Calaiate, sendo até difícil de entender a opção por este último local.

Certo é que, no séc. XIV, quando Ibn Battuta viajava na região, o seu navio foi aportar a Sur e o geógrafo fez a pé o percurso até Calaiate, o que leva a crer que já nessa época existia a tendência para preferir o porto de Sur relativamente ao da grande cidade.

Estas boas condições levaram a que, no séc. XVII, o primeiro navio inglês que interveio na zona aí estacionasse bastante tempo à revelia dos portugueses.

Por outro lado, é pouco credível que Sur tivesse permanecido totalmente à margem das atenções portuguesas, sendo de atentar que, no séc. XIX, referia-se que na zona ocidental da cidade existia, “*um grande forte provavelmente construído pelos portugueses*” (Badger, 1871, p. 69), o qual, seria a fortaleza de Sunaysilah (Miles, 1919, p. 525), mas, num primeiro exame, nada aí se detectou que pudesse ser associável a esta origem.

A este respeito, é mais razoável a informação local, tal como consta da “História dos Imans...”, onde se afirma que, no momento da ofensiva omanita em 1633, “*Sur estava então nas mãos de cristãos*” (Badger 1871, p. 57, p. 69), pois, face à importância atrás descrita, é perfeitamente lógico que os portugueses tivessem então ocupado qualquer fortaleza já existente.

Quer Slot (1993, p. 141), quer Miles (1919, p. 194) referem que Sur foi entregue pelos portugueses aos omanitas, o que vem respaldar a hipótese de ter existido uma ocupação que não é referida nas fontes nacionais.

Sur figura, p. ex., numa carta náutica de 1590, de Bartolomeu Lasso, Estampa 374 do III vol. do “*Portugaliae Monumenta Cartographica*”

- CALAIATE/KALHAT - Designada por Colarate no “Livro de Duarte Barbosa”.

A sua importância merece tratamento autónomo, quer a nível histórico, quer quanto à caracterização dos seus vestígios.

- TEBE, TERNE, TEIVE/TIWI – ponto obrigatório para as aguadas, devido às suas excelentes condições.

No final de um impressionante desfiladeiro e numa paisagem de rocha nua, cortada a direito, abre-se uma lagoa de água doce, separada do mar por uma pequena linha de praia, sendo excepcional a sua acessibilidade.

Figura frequentemente nas cartas náuticas, como, p. ex., nas cartas anónimas atribuídas a Gaspar Viegas de cerca de 1537 ou na atribuída a Sebastião Lopes, de cerca de 1565, reproduzidas no P. M. C. (IV, Estampas, 50-C, 50-D, 400)

Segundo o “Livro de Duarte Barbosa”, (1992, p. 43) “*Logo passado este lugar (Calaiate) está outro que chama Terne; é pequeno, e tem uma mui boa aguada...*”.

Figuroa (“Comentários”, p. 169), dizia que, “*en aquella aspereza e inmensa continuacion de peñas... entra, en aquella quebrada, un hermoso golpe de clarissima y excelente agua...*”.

Em 1621 aí tentou abordar a nau “London”, da “Companhia Inglesa” que foi afastada por um ataque conjunto de árabes e portugueses (Miles, 1919, p. 187), o que indicia uma intervenção nesta zona que não vem referenciada nos textos nacionais.

João de Barros também utiliza o termo Tenhij. (Década II, 106).

- DAGINO – Referido no “Livro de Duarte Barbosa”, como, “*muito bom porto de mar*”, p. 43.

Talvez corresponda à actual povoação de Dagmar.

- CURIATE/QURIYAT – a fortaleza actual foi construída nos finais do séc. XIX ou princípios do XX.

- No séc. XV, um comerciante persa, Abd-Er-Razzak, tencionou aí estabelecer-se, designando a povoação por Kariat. (1857, p. 8).

Os possíveis vestígios anteriores à chegada dos portugueses, bem como a credibilidade das suas representações serão objecto de abordagem específica.

- ETEM, ITI/YITI – Povoação a alguns quilómetros para o interior, entre Coriate e Mascate.

Surge nalguns desenhos, mas com localização incorrecta.

- CIDABO/SIDAB – Enseada e povoação, às portas de Mascate.

Serviu como ponto de desembarque para o ataque turco à cidade em 1580 (Miles, 1919, p. 179) e para uma tentativa de reconquista por parte dos portugueses em 1678 (Miles, 1919, p. 215).

Existiram estruturas fortificadas utilizadas pelos portugueses.

- MASCATE/MUSCAT – Tratando-se, sem qualquer dúvida, do principal “estabelecimento português na Península Arábica, a sua presença será forçosa na maior parte desta dissertação.

- QUELBUQUE/KHALBUH – Pequena povoação numa enseada entre Mascate e Matara. Existiam aí estruturas fortificadas utilizadas pelos portugueses.

- MATARA/MUTRAH – Grande baía e excelente porto apenas separado de Mascate por alguns picos montanhosos, discutir-se-á mais adiante quais as estruturas aí existentes que possam ser atribuíveis à presença portuguesa.

- SIBO/SEEB – Povoação no início da planície da Batinah, cuja importância apenas veio a surgir após a partida dos portugueses, justifica-se uma referência mais detalhada devido a figurar nas representações em análise.

- BORCA/BARQA – Situada a poucos quilómetros a norte de Sibó, são-lhe inteiramente aplicáveis os comentários a respeito dessa povoação.

- SOADI, ILHAS DE SOAR/SUWADI – Apesar da designação, estas ilhas costeiras ainda estavam distantes de Soar. Figuram, p. ex., nas cartas anónimas de 1560,

“PMC”, I vol., E. 96-A, 96-B; na anónima (Sebastião Lopes) de c. 1565; “PMC”, IV vol. E. 400 e de João Teixeira de 1643, “PMC”, IV vol., E. 503-B.

- SOAR/SUHAR – O nome desta cidade encontra-se ligada a um passado de opulência há muito ultrapassado. De qualquer forma, constituía a principal povoação da Batinah e a porta de acesso ao interior do país, apesar das fracas qualidades do seu porto.

As fortificações ainda existentes serão objecto de análise que apenas podem pecar por defeito.

- LOA/LIMA – segundo carta de Luís Falcão a D. João III, de 1546: - *“Tomay ha fortaleza de Loa (Liwa) que ho Bem Gevra Tynha feyto nesta costa de Mascate que dava muyta perda ha este Reino”* (Aubin, 2000, p. 343).

- CEIFIM/HUSAIFIN – Segundo consta dos “Comentários” respeitantes a Rui Freire de Andrade, este instalou aí uma feitoria, o mesmo sucedendo com os dois locais que a seguir se nomeiam.

- ALVA/WADAN ALWA

- AMEGO/AMQ

A identificação destes três locais resulta exclusivamente da opinião de Slot, 1993, p. 128, p. 179.

- QUELBA, CALAJA/KHALBA – Após a planície da Batinah, tratar-se-ia de povoação de escassa importância, merecendo análise a pequena fortificação aí existente.

- CORFACÃO/KHORFAKKAN – Várias povoações situar-se-iam nas margens da ampla baía com o mesmo nome, sendo para já impossível definir a localização daquela que existiria à data da chegada dos portugueses.

No extremo norte da baía foi objecto de escavação uma fortaleza que, além do mais, revelou cerâmicas chinesas do final do séc. XIV. (SASAKI, 2001, p. 10).

No extremo sul, escavações locais revelaram vestígios de uma estrutura que será objecto de discussão própria.

Talvez corresponda ao porto de Jurufgar que é mencionado por Abd-Er-Razak (1857, p. 49).

- MADA/MADHAN – Enclave omanita no emirado do Fujairah, a poucos quilómetros da costa.

Foi desenhado como possuindo uma fortaleza portuguesa, mas desconhecem-se vestígios e afigura-se descabida essa pretensa utilização, quanto mais não seja pela sua desinteressante localização.

- LIBÉDIA/BIDHIA – Pequena povoação onde se observam duas torres que poderão estar representadas nos desenhos portugueses.

A possível atribuição aos portugueses de achados resultantes de escavações realizadas na zona acha-se comentada no capítulo adequado.

- DUBO/DABA – nos arredores de Doba.

- DOBA/DIBBA

- MUCUMBIRA – nos arredores de Doba.

- LIMA/LIMAH – povoação no cabo Musandã, qualificada como importante por João de Barros, (“II Década”, p. 337) cuja fortaleza foi destruída por Rui Freire de Andrade.

Em João de Barros surge como Lenuma (III, p. 192).

Garcia Figueroa (p. 178), com muita justeza, afirma a seu respeito que “... *são estas montanhas as mais altas e escarpadas até ao mar de quantas se viram...*”.

Situação: 24°30’N/56°39’L.

- CAMUSA/KUMZAR – tal como a anterior, pequena povoação numa das profundas reentrâncias que constituem a península (melhor seria denominar a zona como “quase ilha”) de Musandã.

Referida, p. ex., nos “Comentários” de Rui Freire Andrade, p. 247 ou João de Barros, II Década, p. 163.

- CAÇAPO, CALÇOS/KHASAB – Povoação situada numa outra reentrância da Península de Musandã, já virada para o interior do golfo Pérsico e importante porto na pesca de pérolas, dotada de uma fortaleza analisada mais adiante.

- RANUZ/RAMS – povoação na costa do Golfo Pérsico, alguns quilómetros a Norte de Ras-al-Khaima.

Referida nos “Comentários” de Rui Freire de Andrade, p. 239, p. 248.

- JULFAR/JULFAR – Embora se situe já nas margens do Golfo Pérsico, esta cidade achava-se englobada no território da península arábica, apesar de ser frequentemente tributária de Ormuz.

O seu vasto campo arqueológico oferece, no entanto, poucos vestígios que sejam observáveis, com excepção do espólio presente no Museu de Ras-al-Khaima, mas ser-lhe-ão feitas mais detalhadas referências noutros pontos deste trabalho.

- RECOIMA/RAS-AL-KHAIMA – atribuição feita apenas com base na semelhança fonética.

Hoje em dia sede de um emirado com esse nome, o primitivo lugar não passaria de um secundaríssimo povoamento anexo a Julfar, tendo substituído totalmente esta cidade após a sua destruição pelas tropas inglesas no princípio do séc. XIX.

II - 3 – NOTAS HISTÓRICAS

A zona que se analisou apresenta características morfológicas e ambientais que, grosso modo, se podem traduzir com facilidade, assim como fácil é definir o seu papel no devir histórico, o qual se irá manter com notável constância até perto dos nossos dias.



25 - In, "National Geographic", nº 101, Ag/2009

Com referência ao actual mapa político, está em causa a zona costeira do actual Omã, a norte de Ras-al-Had, o Emirado do Fujairah, enclaves do Emirado de Sharjah no território deste último e a zona costeira a norte da cidade de Ras-al-Khaima, no Emirado do mesmo nome, tendo sido nesta área que se desenvolveu a presença portuguesa, numa primeira fase de forma altamente secundarizada relativamente a Ormuz e ao tráfego no interior do Golfo Pérsico e, seguidamente, numa situação em que, apesar das esperanças então colocadas, se achava debilitada pela perda das posições no interior desse Golfo,

cuja recuperação, apesar disso continuou a estar na primeira linha das preocupações nacionais até aos meados do séc. XVIII.

O limite norte está definido pela Península de Musandã que avança pronunciadamente pela entrada do Golfo em direcção à sua margem iraniana e, nessa península, inicia-se, com excepcional espectacularidade, a longa cadeia de montanhas constituídas por rocha nua que segue paralelamente à costa oriental até às proximidades de Ras-al-Had. Frequentemente, os cimos rochosos caem, a pique, sobre o mar, exceptuando-se a planície costeira denominada de Batinah, que se inicia a norte de Soar e vem terminar nas proximidades de Mascate, definindo um espaço cultivável que contrasta com a península de Musandã ou com a zona a sul de Mascate, mas que se encontra sempre delimitado pela linha de montanhas que dificultam o acesso ao interior do país.



26 - Calaiate, Ab/2012.

Esta configuração geológica até há pouco impunha uma pronunciada divisão entre os povos que habitavam a beira-mar e os que se situavam para lá da encosta ocidental da barreira montanhosa, divisão que tinha origens muito recuadas no tempo. De uma forma resumida podemos apontar para o Omã, abrangendo os Emirados, os quais, ainda no início do séc. XX eram designados como “*Trucial Oman*”, a existência de uma zona costeira virada ao Índico, constituída pela Batinah e por povoações

marítimas, de fértil agricultura no primeiro caso e actividade piscatória e comercial nos restantes; uma zona de vales e terraços encravados nas montanhas, dedicados à agricultura e ainda uma zona interior, de características semi-desérticas (pelo menos, ao olhar de um europeu ...), que, sobretudo nos actuais Emirados, apresenta extensas áreas de dunas arenosas e onde predominava a pastorícia, embora não seja de excluir alguma actividade comercial através de caravanas e, como seria natural, a esta configuração correspondiam sociedades especializadas, especificamente viradas para as actividades marítimas, para a agricultura e para a pastorícia.

Mais a norte, no interior do Golfo Pérsico e na sua costa iraniana, a situação era diferente e apesar de não se incluir nos objectivos desta dissertação a análise dessa zona, seria impossível escamotear os fenómenos aí ocorridos, quer pelo seu papel determinante na História da Humanidade, quer porque as povoações costeiras que predominantemente irão ser focadas dependiam de transacções comerciais cujo epicentro se localizava no interior do Golfo.



Calaiate – Túmulo de Bibi Maryam. Início do Séc. XIV. Ab/2012



Ao fim e ao cabo, a zona que se pretende abordar está vizinha daquela que é correntemente denominada como sendo o “berço da humanidade” e a civilização suméria prolongou-se na brilhante cultura de Dilmun* localizada no actual Barém, assim como, pouco depois, algumas zonas do Omã, denominadas como Magan*, tornaram-se fornecedoras de minérios metalíferos para a “Babilónia”, enquanto que, embora a sul de Ras-al-Had, no Hadramaut, surgia uma rica sociedade baseada na exportação de resinas odoríficas e os produtos de Harapa e outros locais das culturas do Indo manifestavam a sua presença, por exemplo, em Julfar, mas também em Ras-al-Jinz, dez quilómetros ao sul de Ras-al-Had. (Bhacken, 2009, p. 54).

A esta posição de entreposto de várias culturas não correspondeu uma evolução linear ao nível histórico, mas é a todos os títulos notável a referência efectuada pelos ocupantes portugueses quanto ao achado em Soar, por volta de 1631, de um tesouro de moedas romanas “de Tibério César”. (Garcia, 2011, p. 78).

Sob o império sassânida * desenvolve-se no interior do Golfo o porto de Shiraf que irá privilegiar Julfar, Soar e Doba como postos avançados da sua actividade comercial, deixando vestígios que ainda são visíveis em Soar, graças às escavações de Monik Kervran e outros arqueólogos.



30, 31 - Doba – o cemitério de 633 DC – fot. Dez/2012.

A islamização irá produzir alterações nestes centros, nomeadamente quanto a Doba, onde, em 633, se travou a batalha decisiva para a consagração do novo poder, tendo a cidade sido então destruída, tornando-se provável que nunca chegasse a recuperar o seu antigo papel.

Segundo um autor: “por volta de 184/800, quando o Império abássida * floresceu, Soar era um importante porto, com contactos para o Golfo e através de África. Depois de ter sido saqueada pelos Buídas* do Omã, foi substituído por Siraf, na costa oriental do Golfo a sul de Shiraz ...”

Além disso, as investigações arqueológicas apontam para locais que não sobressaem nas fontes históricas, como, por exemplo, Ras-al-Had, que, porém, “foi eclipsado com o crescimento da vizinha Qalhat no séc. XIII quando a predominância no Golfo passou de Kais para Hormuz”. (Whitcomb, 1975, p. 126). Deve sublinhar-se que, nesse momento, ainda não se tratava da Ormuz que os portugueses conheceram, mas sim da antiquíssima Horomuz, situada no território continental persa, cuja transferência para a Ilha de Gerum ocorreu nos finais do séc. XIII e inícios do séc. XIV (1) em estreita ligação com a fase áurea de Calaiate.

Segundo a investigação arqueológica, esta povoação seria modesta até à época de Ayaz Seifin e sua mulher, Bibi Maryam, vindos de Ormuz à data da afirmação do seu poder no Golfo e da transferência para Gerum da velha Horomuz.

Marco Pólo, de forma algo irónica, escreveu que os senhores de Ormuz, sempre que se encontravam em dificuldades com os seus rivais do Golfo, iam refugiar-se em Calaiate e, na verdade, era intensa a ligação da cidade à aristocracia ormuzina.

Ibn Batuta realçou a beleza dos azulejos, “de Kashan, semelhantes a esmalte”, que ornamentariam as paredes da mesquita principal, tema que se veio a tornar recorrente, referindo Brás de Albuquerque, “huma casa muito grande, de sete naves, toda forrada de azulejos e muitas porcelanas metidas pelas paredes...”, mas, em 1838, Wellsted fala de uma “pequena” mesquita coberta com azulejos coloridos e, seguidamente, Miles, em 1874, faz alusão a “um túmulo, outrora coberto com cúpula, forrado no interior com azulejos coloridos” e refere uma oferta que lhe foi feita pelo Xequê de Sur de alguns azulejos de origem persa e provenientes de um túmulo de Calaiate.

1 - Cerca de 1330 Ibn Batuta escrevia: “... dirigi-me para Ormuz que é uma cidade construída à beira-mar; em frente, mas no mar, fica Nova Ormuz.

Questão curiosa é aquela que se prende com a opção pelo local onde foi fundada a cidade, devido a estar dotado de fracas condições portuárias, em detrimento da vizinha Sur, que a suplantava largamente nesse aspecto. Para explicar tal escolha argumenta-se que o porto seria originalmente melhor e ter-se-ia degradado devido a um tremor de terra, mas o certo é que, antes disso, o navio em que viajava Ibn Batuta foi aportar a Sur e este foi obrigado a deslocar-se a pé para a cidade, o que indicia que, já então, o porto de Calaiate não seria visto com bons olhos.

Invoca-se também que as condições de fornecimento de água doce seriam aí mais favoráveis do que em Sur (2), mas talvez seja de recordar que a posição de Calaiate, no sopé de montanhas dificilmente transponíveis, a tornava menos exposta aos ataques dos habitantes do interior do que Sur, o que mais facilmente explicaria a sua localização, sendo inquestionável o carácter “persa” da cidade e, portanto, as suas características alienígenas face aos omanitas (3).

Entretanto, verificaram-se várias tentativas de invasão do território do Omã por parte dos persas, mais ou menos bem sucedidas, podendo destacar-se, a nível das defesas locais a fortaleza de Hawrat Bargha, nas proximidades de Soar, estudada por Monik Kervran. (Kervran, 1987).

É em 1507 que se verifica o primeiro contacto dos portugueses com esta zona, cuja linha da costa irá ser seguida pela armada de Afonso de Albuquerque, a partir do Cabo Rozalgate, com paragem e negociações em Calaiate, combates e destruição das cidades em Curiate e Mascate, nova negociação em Soar e, seguidamente, outro combate em Corfacão, cidade que saqueou mas não destruiu.

Com respeito ao período que então se iniciou, torna-se deveras atraente a possibilidade de fazer uso de uma voz consagrada, e por isso, transcrevem-se alguns passos da descrição de Jean Aubin que reflectem com inexcelável perfeição a versão

2 – No entanto, no sentido oposto, um viajante persa do séc. XV afirmava que Sur era conhecida pelas suas “agradáveis águas”, (Razakk, 1857, p. 10).

3 – A identidade persa de Calaiate está bem marcada nesta afirmação do séc. XV “... Calacatia centro de comércio refinado dos Persas ... onde aprendeu a falar persa ...” (Conti, N., 2004, p. 91).

historiográfica tradicional que, noutro ponto da dissertação, será objecto de algumas observações críticas.

Vejamos então: *“Em toda a sua extensão, até ao Ras-al-Had ... o litoral do Omã pertence ao reino de Ormuz. Mesmo mais além, o Ga’lân está sujeito à sua influência. As cidades costeiras de Omã, no entanto, não são simples pontos avançados que Djaround estende na rota das Índias, da África Oriental e do Mar Vermelho. Oriundas de uma retaguarda que escapa à tutela de Ormuz, têm uma função própria.*

À data da chegada dos portugueses, uma mudança, cujos mecanismos permanecem obscuros, tinha-se produzido na organização comercial do Omã costeiro ... no curso dos anos 1400 (Calaiate) perdeu em proveito de Mascate uma superioridade de três séculos. A decadência ocorreu gradualmente ... seria interessante indagar se o aumento da tonelagem dos navios não foi a razão ou uma das razões (para a decadência de Calaiate). Apenas barcos pequenos podiam permanecer em Calaiate durante a monção; os navios maiores não encontravam abrigo seguro senão na baía “em forma de ferradura” de Mascate ...

No começo do séc. XVI Calaiate mantinha-se como um ponto muito frequentado pela navegação ...

O interior de Calaiate era pouco favorável. Produz pouco cereal, nota Corsali em 1517...

Oito léguas para o norte, o palmeiral de Curiate apresenta de 5 a 6000 habitantes, espalhados por aldeias em direcção ao interior e, à beira-mar, uma próspera cidadezinha comercial ...

Mas, em toda a costa, é Mascate que apresenta as mais abundantes possibilidades de aprovisionamento. Ibn Magid assinala que os navios carregam aí fruta fresca, tâmaras e cavalos; aí se vendem tecidos, óleo, escravos (?), cereais ...

Mascate tinha, sem dúvida, 7000 habitantes. Rodeada de jardins, pomares e palmeirais regados graças a poços cujos mecanismos eram movidos por bois, era uma aglomeração extensa, com quarteirões urbanos fechados ... contavam-se várias

mesquitas ... As casas de pedra com vários andares, sinal do poderio citadino, eram numerosas...

Grande e bela aglomeração, assim como Soar, com excelentes casas; a residência do governador era magnífica. Belas ruas e belas casas também em Corfacão. Os mesmos epítetos, “formasas”, “muito boas”, repetem-se na pluma dos cronistas portugueses ...

O campo de Corfacão está semeado de propriedades com casas de belo aspecto (“muitas quintas de casas muito boas”), rodeadas de plantações de árvores de fruta muito bem tratadas e de numerosos campos de trigo e de milho miúdo ...

Desta forma, no início do séc. XVI, o Omã exporta peixe e cavalos. Frotas juntam-se no Ras-al-Hadd para a pesca do atum. Em Agosto de 1507, Albuquerque incendeiava trinta a quarenta barcas. Nas semanas seguintes incendeiava alguns sambucos na baía de Sur, as barcas de Curiate, as de Mascate, e, por fim, as numerosas embarcações e as redes dos pescadores de Corfacão ...*

Os cavalos árabes das criações do Omã eram expedidos às centenas para os portos da Índia ...

Desde tempos imemoriais que se organiza a troca dos produtos locais, os tecidos, as especiarias, o arroz ou os escravos ...

No começo do séc. XVI, tal como noutras épocas, existem dois Omãs ...”
(Aubin, 2000, pp. 317 a 322).

Mais adiante regressar-se-á a esta “idílica visão”, mas, de momento, resta dizer que nos anos seguintes à chegada dos portugueses são poucos os eventos registados.

Em 1508, Afonso de Albuquerque, ao regressar de Socotorá, ataca Calaiate, causando grande destruição na cidade.

Segundo João de Barros (III, 15v), em 10/9/1515, “Lopo Suarez (de Albergaria) com dez ou doze navios tomou o porto de Calayate”, desconhecendo-se as razões para essa acção.

Em 1519, uma missão militar portuguesa tenta sem sucesso aprisionar o “governador” da cidade.

Em 1521, a revolta contra os portugueses desenvolvida a partir de Ormuz estende-se a Soar e Calaiate, com ataques àqueles que aí residem, mas não é seguida por Mascate (Barros, IV, p. 10).

Em 1522, os portugueses são atacados em Teve, surge uma tentativa de ataque a Mascate e é “reconquistada” Soar, para a qual os portugueses nomeiam um “governante” local (Barros, III, p. 191v.).

De 1526 a 1531, segundo S. B. Miles, (1919, p. 163) os portugueses procedem à construção em Mascate do conjunto que virá a ser conhecido como “Gereza”, que abrange as instalações da feitoria, a residência do “capitão”, a alfândega e uma capela.

Ainda em 1526, nas palavras de João de Barros, surge a afirmação de que “... por esta viagem que Lupo Vaz fez por esta vila de Calaiate e pela de Mascate, tornarão ellas à obediência del Rey de Portugal, estando levantadas contra elles”. (IV, 10).

Porém, e como antes se escreveu, Mascate não tinha aderido à revolta contra os portugueses e o próprio João de Barros refere mais adiante que o Guazil de Mascate, ao tempo do levantamento de Ormuz, “*ergueu bandeira por el Rey de Portugal*” (III, p. 191, IV, p. 160), não se vislumbrando quando é que se teria verificado a “perda” da cidade, e, mesmo em relação a Calaiate, seria de esperar que, em 1526, já tivessem sido ultrapassados os efeitos da rebelião de 1521. A acção de 1526 invocada pelo cronista causa alguma estranheza, a não ser que o domínio português fosse tão ténue que necessitasse de ser reafirmado sempre que uma armada fizesse escala nessa costa, numa hipótese que se afigura merecer ser considerada.

Em 1529, o Vice-Rei D. Nuno de Cunha faz escala em Calaiate com o objectivo de sancionar o responsável pela feitoria portuguesa (Barros, IV, p. 160).

Em 1546, Luís Falcão toma a fortaleza de Liwa, a Norte de Soar, que tinha sido recentemente construída pelos omanitas e fazia concorrência aos portos sob domínio português (Aubin, 2000, p. 343).

Em 1546, Mascate teria sido bombardeada por quatro galés turcas (Miles, 1919, p. 167) mas noutras fontes, como Svat Soucek, tido por grande conhecedor da história do Império Otomano, não é referido este ataque (Soucek, 2008, p. 45) e é afirmado que, em 1550, navios portugueses perseguiram quatro galés turcas que se preparavam para atacar Calaiate.

Em 27/1/1552, o Vice- Rei informa D. João III, que, em Mascate, mandou “fazer um baluarte sobre huã rocha que na entrada da baya estaa”(Couto, 2008, p. 81) e, pouco depois, a cidade é atacada pela armada turca comandada por Piri Reis, surgindo nova contradição entre a opinião de Svat Soucek, que minimiza o sucedido, e os historiadores nacionais, que mencionam grandes combates e um elevado nível de destruição das posições portuguesas, embora, face à informação do Vice-Rei que antes se referiu, constitua um claro exagero a referência à demolição da nossa fortaleza, pois, como se viu, existia apenas um “baluarte” que se encontrava em construção e nem sequer se situaria exactamente na cidade (4).

Em 1580 (ou, 1581?), Mascate sofre novo ataque turco, comandado por Mir Ali Bey que ficará conhecido pela sua futura carreira como pirata, o qual consegue saquear a cidade.

Em 1586, inicia-se a construção das fortificações de Mascate que serão especificamente abordadas noutra ponto.

Entretanto, provavelmente em 1580, surge o “*Livro das cidades e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da Índia*” onde a posição portuguesa nesta costa é assim descrita: “*Na costa da Arábia tem os Reis de Ormuz algumas cidades e villas muito boas e de muito trato e rendimento para elles, das quais são as principais Calayate e Mascate, distantes hua da outra dezoito léguas: em cada hua das quais há hu feitor que os reis de Portugal ali tem ...*”(Luz, 1960, p. 36),

Não se podendo deixar de se repetir a afirmação de que - têm os reis de Ormuz cidades de muito rendimento para eles, - o que marca bem a situação híbrida que caracterizava a nossa presença.

Esse hibridismo ir-se-á tornar mais patente à medida que as posições portuguesas vão sofrendo sucessivos enfraquecimentos após a perda de Ormuz.

4 – No sentido tradicional e que é posto em causa por Svat Soucek, veja-se p. ex., a afirmação de que Piri Reis, “conseguiu expulsar os portugueses de Mascate” (Barata, 2010, p. 121).

Esta fase será abordada nas análises respeitantes às fortalezas, mas pode-se desde já referir a sucessiva “*mudança de mãos*” quanto a Julfar, ou, a entrega, em Fevereiro de 1621, de Doba aos persas por parte do seu “capitão” ormuzino (Brancaforte, 2008, p. 197), vindo pouco depois a ser ocupada em combate por Rui Freire de Andrade em 1627.

De igual forma, Soar foi “reconquistada” pelos portugueses, quer em 1616, quer em 1623, assim como Corfacão foi igualmente objecto de reconquista nesse último ano, sem que se tivesse detectado qual o momento em que teria sido “perdida”.

Entretanto, um novo protagonista tinha surgido, e, em 1621, navios ingleses rondaram a costa e utilizaram Sur como escala, tendo sido repelida uma tentativa de desembarque em Teve (Miles, 1919, p. 187) ao mesmo tempo que os ingleses negociavam com o poder persa com vista a um ataque a Mascate que não chegou a ser concretizado.

A queda de Ormuz não acarretava o desaparecimento do domínio sobre as cidades da costa do Omã, mas, apesar dos seus esforços, os portugueses não vão conseguir uma eficaz substituição das posições perdidas o que potenciou a emergência das tribos do interior que, a partir de 1624, passam a estar unificadas sob o comando do Imã, Nasir Bin Munshid al Yaruby (5) que dirige a expulsão dos portugueses.

Com vista a esta breve nota histórica não se conseguiram obter dados suficientemente claros quanto às datas e condições em que se terá verificado a perda definitiva das posições portuguesas, sendo referido um ataque omanita a Soar em 1633, bem como a conquista de Sur e Curiate nessa ocasião, embora seja de supor que tenham sido retomadas pelos portugueses, dado que, por tratado de 31/10/1648, foram entregues ao poder local juntamente com Matara, enquanto que Soar teria sido definitivamente perdida em 7/11/1643, nada mais se tendo detectado quanto aos demais locais e fortalezas, com excepção de uma referência a Doba que teria também sido entregue aos omanitas na sequência do tratado de 1648. (Strandes, 1989, p. 197).

A partir de Agosto de 1648 Mascate sofre um cerco que apenas foi levantado devido às cedências constantes do tratado assinado no final de Outubro, mas era por

5 – Segundo a “Crónica dos Imans e Seyyids ...”, o seu nome completo seria: Nasin Bin–Murshid, Bin-Sultan, Bin-Malik, Bin–Belárab, Bin-Malik, Bin-Abi’l’arab Bin-Ya’arub, Bin-Sultan, Bin-Malik, Bin-Abi’l’arab, Bin-Muhammad, Binya’arub, Bin-Sultan, Bin-Hymiar, Bin-Muzahim, Bin-Ya’arub, Bin-Muhammad, Bin-Ya’arub, Bin-Malik, El-Ya’arnby, El-Araby, El-Himyary, El-Asdy, El-Yemeny (!).

demais evidente que já então se tratava de uma posição altamente enfraquecida, a que se seguiu a derrota final em Janeiro de 1650, em condições que variam de relato para relato (6).

Após a expulsão dos portugueses, o Omã e os actuais Emirados ficaram abrangidos por um comando único, que, no entanto, pouco durou, quer devido aos conflitos intertribais e às ambições dos respectivos “*senhores da guerra*”, quer devido às conquistas dos persas que, nomeadamente, se instalam por algum tempo em Soar.

Quanto aos portugueses, para além de fracassadas tentativas de reconquistar Ormuz (7), conseguem ainda e, por pouco tempo, reinstalar-se em Khasab, desferem alguns ataques contra Mascate, como em 1652 (Slot, 1993, p. 168) e em 1673 (Miles, 1919, p. 215), conseguindo, na melhor das hipóteses, em 1689, um projecto de tratado, que lhes propiciaria a instalação de uma feitoria em Mascate e a construção de uma fortaleza em Khasab se esse projecto não tivesse acabado por ser rejeitado pelos omanitas. (Slot, 1993, p. 213).

Talvez não seja inútil recordar um facto da história recente, pois, em 1913, o início da construção das instituições estatais acabou por levar à constituição de dois países, o Omã com capital em Nizwa e, Mascate, com capital na cidade desse nome, consagrando uma divisão que vinha de muito longe e que só foi superada graças ao advento da riqueza petrolífera, já bem perto do nosso actual século.

6 – Depois da ocupação das fortalezas principais de Mascate pelos omanitas ter-se-ão ainda verificado mais alguns dias de resistência por parte de um grupo de portugueses. (Slot, 1993, p. 165).

7 – À volta da sempre desejada reconquista de Ormuz geraram-se interesses contraditórios, dos quais, assumindo clara posição favorável a uma das facções, dá conta o seguinte extracto:

3 a) CALAIATE NA LITERATURA ÁRABE MEDIEVAL

A publicação das “Mil e uma noites” na tradução francesa de 1704-1708 suscitou grande entusiasmo na Europa do séc. XVIII e levou ao surgimento de outras versões semelhantes, entre as quais se encontra a obra denominada “Divertimento para um quarto de hora”, publicada em Portugal, em 1783.

Embora a estrutura deste livro seja equivalente à das “Mil e uma noites”, as suas histórias são originais e apesar de não beneficiarem do brilhantismo e variedade do livro mais famoso, apresentam o interesse de se circunscreverem a uma área geográfica e a um período histórico mais limitado, o que lhes atribui maior consistência e especial ligação à presença árabe no Índico, até aos finais do séc. XV.



Neste âmbito, os “príncipes” de Ormuz surgem com frequência, e, a um dado passo refere-se uma luta pelo poder protagonizada por dois candidatos ao trono, designados como “Amir Massud” e “Mir Bahadin”, sendo este último quem acaba por vencer as batalhas e é proveniente de Calaiate.

Sucedeu que, nos últimos anos do séc. XIII, existiu realmente essa disputa, que Pedro Teixeira atribuiu a Mir Bahadin Ayaz Seifin e a Mir Masaud, referindo igualmente as origens de Mir Bahadin em Calaiate, sendo hoje em dia pacificamente aceites essas afirmações.

A importância de Calaiate na Idade Média sai assim confirmada através de um agradabilíssimo conjunto de narrativas cheias de acontecimentos fantásticos, como é timbre deste tipo de obras literárias.

Quanto ao “Divertimento para um quarto de hora”, merecerá provavelmente um maior estudo, quer sob o ponto de vista literário, quer quanto à vulgarização na cultura árabe medieval dos conhecimentos geográficos que os seus episódios deixam antever.

3 b) UM CAMPO DE SEPULTURAS ISLÂMICAS EM DIBA

No sector omanita da povoação de Diba dividida entre os Emirados e o Oman, no sítio de Karsha, existe um campo de sepulturas que se distingue dos demais pelas suas dimensões e pelos cuidados que revela, ao invés dos sinais de abandono que normalmente caracterizam os espaços sepulcrais islâmicos.

Essa diferença é justificada pelo facto de lhe ser atribuído o local de enterramento dos guerreiros que venceram a primeira e decisiva batalha para a implantação do Islão na costa oriental da Península Arábica, em 633d.c. o que o torna um local de culto que originou a sua protecção oficial.

Por isso, este "cemitério" é diferente, não só pela intensidade da sua ocupação, mas também pela maior elaboração das sepulturas; existência de estelas decoradas, embora raras e dotadas de decoração por picotagem que provavelmente estará associada a culturas pré-islâmicas; utilização de lajes em pedra de cor natural esverdeada ou de pedras pintadas de verde, que é a cor do Islão; bem como a presença de abundantes fragmentos de cerâmica.

As formas das sepulturas são variadas, e, para além das pedras fincadas na cabeceira, ou "estelas" demarcando os pés e a cabeceira, surgem frequentemente delimitações do espaço correspondente à cova, quer com lajes fincadas verticalmente, quer com pedras de variadas formas, assim como surgem elevações redondas e mais imponentes, demarcadas com blocos de pedra ou com grandes calhaus rolados que delimitam espaços que hoje em dia se apresentam vazios, mas que estavam preenchidos com terra ou areia entretanto desaparecidas por efeitos da erosão (informação do prof. Mário Varela Gomes).

As características atrás referidas tornam este espaço radicalmente diferente dos normais cemitérios islâmicos, mas poderá logicamente perguntar-se qual a relação com a presença portuguesa que aí se manifestou quase mil anos mais tarde.

Ora, sucede que o desenho de Doba na versão do "Livro das plantas de todas as fortalezas" apresenta uma série de espaços rectangulares, divididos por linhas paralelas que são definidas pelo traçado de pequenos pontos.

Esta imagem, na versão do "*Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia*" foi transformada numa zona de canteiros, sendo forçoso concluir que o desenho primeiramente referido pretendeu representar este cemitério.

Relativamente a Doba, surge também a imagem de um ilhéu, representação essa que corresponde à realidade, mas, é, sobretudo, de destacar o realismo que resulta do facto de ter sido incluído nesse desenho o cemitério atrás referido.

Ou seja, os desenhos a que se reporta este trabalho inserem aspectos extremamente realistas, facto que no entanto, pode não ser impeditivo da falta de veracidade de outras imagens que se analisaram.



33



34



35



36



37



38

III

A OBSERVAÇÃO EFECTUADA

a) ABORDAGEM PRÉVIA

1 - BREVE NOTA SOBRE AS TRADIÇÕES CONSTRUTIVAS LOCAIS

O objectivo de detectar estruturas que possam ser atribuídas à acção dos portugueses é indissociável de um mínimo conhecimento sobre as técnicas construtivas e as opções arquitectónicas locais, embora, desde logo, se suscitem sérias dificuldades quanto à pretendida diferenciação, na medida em que sabemos, com toda a segurança, que as construções locais eram frequentemente utilizadas pelos recém-chegados.



39 - Nizwa. Ab/2012

Edifícios em terra

Mas, além disso, outros obstáculos surgem neste âmbito, dado que os vestígios anteriores ou contemporâneos da presença portuguesa são escassos e pouco estudados como noutros passos deste trabalho se refere.

Perante estes condicionalismos, haverá que, pelo menos, dar “uma vista de olhos” às tradições regionais, tal como ainda existiam há poucos anos, embora se tenha

a consciência do perigo de que tivessem existido modificações a esse nível, nos séculos seguintes à saída dos portugueses, ou, dito de outra forma, seja impossível garantir que as construções tradicionais dos últimos séculos correspondam às que existiriam à data da chegada dos portugueses.

Recorde-se que as descrições dos viajantes realçam que a habitação popular era primacialmente obtida à custa de materiais altamente perecíveis, dos quais nada pode restar à superfície para ser observado e recorde-se também que, no caso do Omã, ou, pelo menos, de Mascate, o séc. XIX correspondeu a uma fase de relativa prosperidade que, forçosamente, terá originado um surto de construção que arrastou consigo modificações nos hábitos de vida e nas técnicas locais (1).



40



41

Construção com “bolos”, Nizwa Ab/2012.

Por outro lado, a zona que se pretendeu observar é bastante extensa, o que acarreta forçosamente uma grande variedade de tradições regionais.

1 – Veja-se, p. ex. a povoação de Bar al Jissah, a poucos quilómetros de Mascate, hoje em dia totalmente abandonada e ocupada apenas por ruínas, a que algumas informações turísticas atribuem origem portuguesa, mas que resulta da actividade portuária no séc. XIX.

Procurando definir algumas linhas de orientação, pode-se afirmar que, até há pouco, o sistema mais frequente a nível da arquitectura tradicional consistia no amassar com as mãos “bolos” de terra, numa técnica para a qual se encontrou a designação de “adobe moldado”, (2) aos quais era atribuída uma forma troncocónica que recorda os bolos da nossa doçaria ou de paralelepípedo irregular, sendo essas peças alinhadas por camadas e intervaladas por terra, misturada com palha e dotada, em maior ou menor grau de algum ligante, numa massa que também servia de revestimento, suprimindo a irregularidade da forma dos “ditos bolos”.

Neste aspecto, são raras, embora não sejam inexistentes, as argamassas à base de cal, enquanto que, nas margens do Golfo Pérsico propriamente dito (3) é largamente utilizado o gesso, em forma pura ou argamassado com barro ou areia.

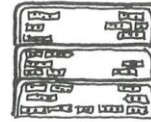
Seria inviável distinguir todos os processos tradicionais, mas cabe uma referência a outro tipo de “cimento”, designado por sarouj, “*que é barro cozido misturado com excrementos de cabra*” (Al-Rotamani, s. dta p. 113) (4).

2 – Vide, a classificação constante de “técnicas de construção em terra” (Fernandes, 2006, p.p. 20-25).

3 – Porque alguns textos que foram consultados para este trabalho utilizam a expressão “Golfo”, não só para designar o Golfo Pérsico mas também toda a área costeira adjacente, tomou-se a iniciativa de sublinhar a diferença.

4 – Face às suas características tradicionais, a composição do sarouj varia de região para região, mas é habitualmente referida a existência de cinza proveniente de excrementos de gado.

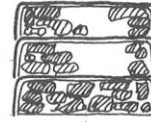
Originally hand modelled or box moulded clay bricks were laid in mud mortars and rendered with a mud plaster taken over every three brick courses. Advantage – any damage was limited to the immediate area by the other still complete renders.



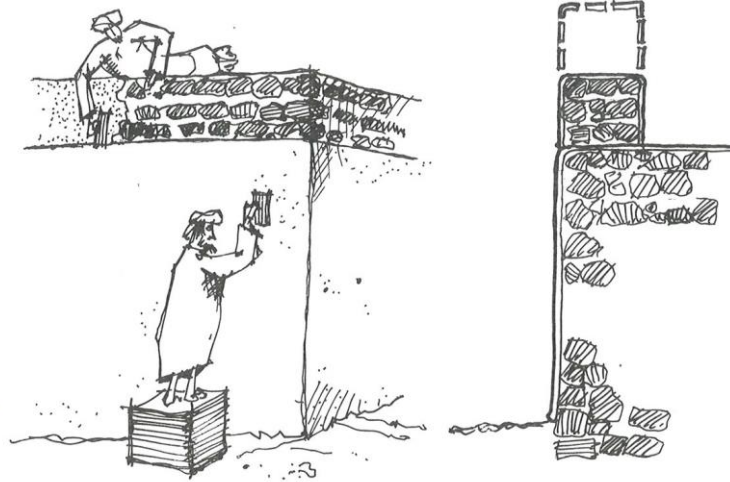
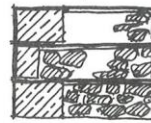
Truncated conical mud bricks were used in some monumental buildings e.g. the forts of Bahla and Samad in Oman. The height of each conical brick equalled that of three brick courses in the original.



The original technique was modified for use with stone, harder mortars and juss renders as found at Arad Fort. Other examples are known in Yemen, Oman, the UAE, in north-west Iraq and in Jordan, where Qasr Kharanah is dateable to the Ummayid dynasty circa 740 AD. Note that the heights of the layers are consistent with the length of a person's forearm.



The most developed form of this technique occurs in Bahrain and can be dated to 800 BC. It consists of well cut ashlar blocks on one face, each block backed by two or three courses of uncut stones combined together in a rendered layer.



42 - O método de construção por camadas segundo Archibald Walls. (Walls, A. 1987).

Frequentes são também as situações em que, na composição das camadas, os “bolos” são substituídos por pedra, de dimensões e formas irregulares, embora, nestes casos, o método seja igual ao anteriormente referido.

Mais rara é a utilização de adobe, na mais normal asserção da palavra, (Alarcão, Barroca, 2012, p. 16), ou seja, tijolo de feitio uniforme, obtido através de um molde e seco ao sol, podendo no caso da sua utilização ser dispensado o revestimento que é essencial na modalidade primeiramente referida.

Quanto a outras técnicas, pode-se dizer que a construção em tijolo cozido apenas foi observada em Soar; não se detectou construção à base de blocos de pedra bem aparelhada e dotados de dimensões significativas, assim como também não se detectou a utilização de arcos de gesso “pré-fabricados”, que são vulgares nas margens do Golfo e, nalguns pontos do Omã, como p. ex., em Rawiyan, nas imediações de Mascate (Walls, 1989, p. 65).

Estes tipos de técnicas construtivas são detalhadamente analisados num estudo sobre o Forte Arad, no Barém, onde se afirma:

“Os princípios que estão na base da técnica de construção por camadas que é observada no Forte Arad inserem-se no âmbito da arquitectura em terra da Arábia. As camadas afastam as desvantagens frequentemente observadas nas construções em que foram seguidas outras técnicas assentes em materiais em terra, porque limitam à camada ou camadas onde começou a fractura a extensão dos prejuízos causados por defeituosos ou degradados revestimentos. Variadas combinações de materiais foram usadas nesta tecnologia de camadas, desde tijolo de lama, respectivos enchimentos e revestimentos, até pedra, argamassas e revestimentos. Tanto quanto diz respeito ao Forte Arad, contudo, o mais antigo exemplo desta específica combinação de materiais pode ser visto no Qasr Kharana, da dinastia Omíada, do séc. VIII da nossa era, que se situa a leste de Aman, na Jordânia.



43 - Libédia. Ab/2001. O muro defronte da mesquita apresentava vários tipos de construção, sendo bem visíveis “bolos” sobre a camada de pedra no centro da fotografia.

Porém, apesar do uso de diferentes combinações de materiais e sem interessar quando ou onde a concreta estrutura tivesse sido construída, a altura das camadas é constante, o pormenorizar das aberturas, nichos, etc., segue os mesmos padrões e os elementos pré-fabricados para arcos e abóbadas são encontrados frequentemente onde quer que seja que a técnica das camadas tenha sido adoptada e podem ser observados os seus exemplos através das áreas de deserto que se estende do Oman ao Norte do Iraque”. (Walls, 1989, p. 63).

No que toca à traça arquitectónica das fortificações, podem apontar-se alguns tipos característicos:



44 - Doba. Dez/2012



45 - Doba. Dez/2012

Método de construção de terraços.

Sobre o vigamento são colocadas esteiras onde assenta terra batida e argamassada.

- Em primeiro lugar e caracterizando a paisagem pela sua frequência, as torres isoladas*, que serviam não só como postos de vigia, mas também de controle dos locais de passagem nas zonas montanhosas, as quais eram dotadas de guarnições reduzidas, podendo não ultrapassar dois homens.

- Regra geral com origem comunitária, temos recintos quadrados ou rectangulares, dotados de torres, frequentemente quadradas e de pequenas dimensões nos ângulos do recinto e uma torre redonda situada no seu interior.

- Fortificações dotadas de funções residenciais, de planta irregular, apresentando grande número de torres e formas variadas, com destaque para as torres troncocónicas que evoluem para formas que se assemelham a barricas, ganhando neste caso especial relevo a altura de todos os seus elementos. Tal não significa que não possam existir fortificações deste tipo de forma rectangular ou quadrada, com torres estrategicamente colocadas, de que Sunayasilah, em Sur, é um bom exemplo, mas, em todos os casos, encontramos-nos perante fortificações que, visualmente, se aproximam da imagem estereotipada do “castelo medieval” europeu. Estas construções poderão ser datáveis do séc. XVII, mas, podem também ser surpreendentemente modernas, como resulta de afirmações como a que se transcreve: - “...em 1948 o sector norte do castelo (Mirbat, no Sul do Oman) foi reforçado e fortificado com uma torre de vigia donde os guardas podiam observar o terreno das imediações”. (Graves, 2010, p. 89).

Em Nizwa, capital histórica do interior, na segunda metade do séc. XVII a parte central da fortificação foi ocupada com uma grande torre circular, dotada de 42 metros de diâmetro e tendencialmente maciça até ao nível do terraço destinado ao uso da artilharia, embora a muralha ainda se prolongasse por uma altura muito razoável até surgir o adarve, onde apenas era possível a utilização de armas pessoais.



46 - Construção com tijolos na fortaleza de Soar. Dez/2011.



47 - Arcos pré-fabricados sustentando a abóbada da cisterna grande de Ormuz Ab/ 2001.

Em Rawiyah, junto a um poço fundamental para o abastecimento dos navios de Mascate, existia uma torre-fortaleza, de grandes dimensões e dotada de grande número de compartimentos, que se assemelhava às construções mamelucas, típicas do Islão medieval nas margens do Mediterrâneo oriental (Nicolle, 2009), mas que, poderá ter sido construída apenas no séc. XVIII (5).

Apesar da grande variedade de formas que se podem apontar, não se detectaram fortificações que fossem especialmente construídas tendo em conta o uso da artilharia e portanto, não se observaram paredes baixas e quase enterradas, baluartes maciços,

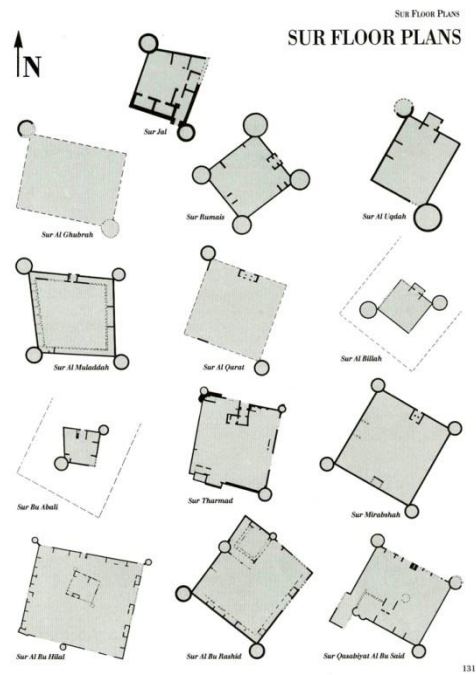
5 – Relativamente à Fortaleza de Rawiyah é afirmado na “History of the Imans and Seyyids of Oman” que, por volta de 1793, “...o sultão ordenou ... que construísse um castelo na margem do Táwy-er-Rawiyah”. Poderá parecer totalmente anacrónica a solução arquitectónica adoptada mas não se detectou qualquer referência relativamente à possível existência de uma fortificação anterior, embora, por vezes, esta construção surja como tendo origem portuguesa.

planeamento de tiro, etc., os quais são aqui praticamente inexistentes, ao contrário de outras partes do mundo islâmico onde foram desde muito cedo utilizadas formas arquitectónicas equivalentes às europeias da época da pirobalística (6).



48 - Torre isolada, arredores de Ras-al-Khaima. Dez/1998.

6 – Como modelo de utilização da artilharia, refira-se a “couraça do mar”, anexada à fortaleza de Diu e anterior à chegada dos portugueses. (Lizardo, 2011, p. 68).



49 - Algumas plantas de recintos fortificados tradicionais, in, "Forts of Oman", (Dinteman, W. 1993).



50 - A torre principal da fortaleza de Nizwa, terceiro quartel do séc. XVII. Ab/2012.

Nota:

Dado que a supra transcrita tradução correspondeu a um sério esforço para adequar termos e conceitos técnicos próprios de língua inglesa e porque se trata de uma importante opinião nesta matéria, reproduz-se o texto original: *“The principles behind the layered construction technique found at Arad Fort evolved in the mud brick architecture of Arabia. The layering overcomes disadvantages often seen in buildings where other mud brick techniques have been followed. It confines the spread of damage caused by defective or decaying renders to the layer or layers in which the breakdown starts. Various combinations of material have been used in this layered technique, from mud brick, mortar and render, to stone and hard mortars and renders. As far as Arad Fort is concerned, however, the oldest example of the specific combination of material used can be seen in the 8th Century AD Ummayid Qasr Kharana which lies to the east of Amman in Jordan.*

However, despite the use of different combinations of material, and no matter where or when an individual structure was built, the heights of the layers are constant, the detailing of apertures, recesses, etc., follow the same patterns, and pre-cast formers to arches and vaults are frequently found wherever the layered technique has been adopted. Examples can be seen throughout the desert areas that stretch from Oman to northern Iraq.”

2 - ESTRUTURAS ANTERIORES OU CONTEMPORÂNEAS DA CHEGADA DOS PORTUGUESES

“... (os portugueses) ganharam fama pela autoria de toda a arquitectura antiga no Golfo Pérsico” (Badger, 1871, p. 417).

Seria impossível definir vestígios construtivos que fossem associáveis à presença portuguesa sem que se conhecessem minimamente as soluções arquitectónicas e as técnicas construtivas locais, mas não foi fácil obter dados neste âmbito, quer pela raridade de exemplos detectáveis, quer pela dificuldade de acesso a publicações, aliás escassas, que pudessem contribuir para suprir as deficiências de uma observação no terreno que se achava altamente limitada por naturais e óbvias razões geográficas e económicas.

Como será natural, procuraram-se exemplos que, de alguma forma, pudessem ser utilizados como contraponto às construções a que fosse atribuível origem portuguesa, tendo-se escolhido os seguintes:

Muralhas de Calaiate

As fortificações que defendiam o perímetro urbano da cidade terão que ser forçosamente anteriores à decadência da mesma e, por isso, a sua construção antecedeu os finais do séc. XV e o provável tremor de terra que impôs uma degradação do edificado que correspondeu à crise económica que vinha então a iniciar-se.



51 - Ab/2012

Independentemente de algumas recentes operações de restauro que se afigura não terem tido grande sequência, estamos perante uma extensa muralha, constituída por camadas exteriores de pedra seca, em blocos irregulares, de pequena ou média dimensão e dotada de um núcleo de pequenas pedras agregadas com terra (1).

A muralha é pontuada por pequenas torres redondas, que são maciças na parte que actualmente é visível e, no interior, os acessos ao adarve permitem concluir que seria muito limitada a sua altura, pouco excedendo a de uma pessoa, característica que pode também ser encontrada na fortaleza de Hawrat Bargha, da segunda metade do séc. XIII, onde a altura das muralhas rondava 1,8 metros (Kervran, 1987, p. 8).



52 - Ab/2012

O tipo de aparelho construtivo, bem como a

1 – Segundo uma outra descrição: “As muralhas medievais da cidade porto de Qalhat eram de construção simples, com camadas interiores e exteriores de pedra solta toscamente preparadas, uma camada interior de enchimento indistinto e torres pequenas e frequentemente espaçadas”. Nicolle, 2009, p. 4).

abundância de torres redondas observa-se não só neste caso mas também noutras fortificações medievais (Whitcomb, 1975, p. 128) sendo provável que nos encontremos perante características próprias que se diferenciam claramente das fortificações omanitas posteriores à saída dos portugueses.



53 - Ab/2012

Sob o ponto de vista estético seria interessante uma análise do edifício conhecido como "*túmulo de Bibi Maryam*" e a sua vinculação à arquitectura persa, mas, para além das naturais lacunas de conhecimentos nesta área, o certo é que nenhum termo comparativo há a estabelecer relativamente às edificações existentes na época da dominação portuguesa.

As Torres de Curiate e de Libédia

No decurso deste trabalho foi várias vezes sublinhado que todos os cuidados são poucos e todas as dúvidas são razoáveis quanto ao grau de restauro das estruturas que se analisam, mas a torre de Curiate manterá provavelmente uma significativa ligação às suas origens.

Trata-se de uma pequena construção, erguida sobre rochedos, a escassa distância da praia, os quais estão acessíveis na baixa-mar, mas o seu carácter escarpado constitui um sério obstáculo no acesso à torre.



54 - Ab/2012

O facto de estar representada nos desenhos portugueses e de ser referida por João de Barros, torna forçosa a conclusão de que já existiria à data da chegada dos portugueses, e, neste aspecto, é bem viva a

descrição deixada pelo cronista no que toca ao seu papel aquando do ataque à povoação que Afonso Albuquerque ordenara: "... acharã hu mamillo de terra que se torneava d'água com prea mar, à maneira de jilhéo e de maré vazia iam do lugar a elhe a pé enxuto em o qual ... (os locais) fizeram hū modo de baluarte, onde estavã ... certas peças dartelharia ... a artilharia delle varejava a ribeira ..." (Livro II, p. 43).



55 - Ab/2012

Localmente, associa-se a construção desta torre a Saif Malik al Yarubi, que expulsou os portugueses de Curiate no Séc. XVII, mas, como resulta dos dados antes referidos, a sua existência era mais antiga.



56 - Curiate
Códice Vila Viçosa

Não existindo qualquer outra construção no ilhéu para além desta torre, a mesma, à primeira vista, parece redonda, mas, na realidade, apresenta uma face direita do lado virado ao mar enquanto que, na direcção de terra, se desenvolve em arco de círculo, e, nesta zona, é mais larga na base e estreita ligeiramente à medida que vai crescendo, podendo afirmar-se que esta forma corresponde à tradição local, também lhe correspondendo a técnica construtiva, à base de pedra não aparelhada e argamassas com grande contribuição de terra.

No que diz respeito às imagens desenhadas pelos portugueses, esta torre surge com algum destaque no "*códice de Vila Viçosa*", sendo aí designada como "*baluarte*" e apresenta uma forma rectangular que corresponde à visão de quem chegue por via marítima, enquanto que, no "*Livro de plantaforma das fortalezas da Índia*", apresenta um traçado redondo meramente convencional e sem qualquer especial referência, não estando incluída na imagem de Curiate do "*Livro das plantas de todas as fortalezas*".

A fazer fé nas palavras de João de Barros (Livro II, p. 43), a construção inicial estaria então adaptada ao uso da artilharia, o que não deixa de ser notavelmente

moderno para a data em causa (1507, recorde-se), enquanto que a versão actualmente visível parece mais vocacionada para o uso de armas de fogo do tipo “*espingarda*”.

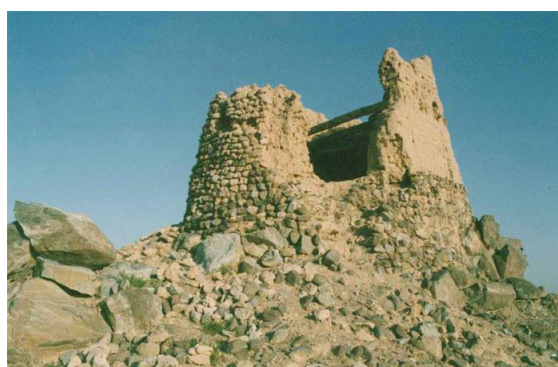
Justifica-se ainda aqui uma referência às duas torres de Libédia porque tudo indica que, tal como sucede em Curiate, corresponderão àquelas que figuram nos desenhos portugueses.

Por outro lado, a sua forma irregular, que tende para o encurtamento à medida que se desenvolvem em altura e o traçado, assente numa face recta, a que se junta um arco de círculo, correspondem também ao que se observa em Curiate.

Na sua versão actual estas torres foram objecto de restauro, mas já tinham sido observadas e fotografadas numa fase em que apenas existiam ruínas e, por isso, é possível determinar a sua forma anterior a qual, apesar de maior modéstia construtiva, equivale à obra de Curiate, podendo servir de ponto de partida para a definição de uma tipologia regional.



57



58

Libédia – as torres antes do restauro, Ab/2001.

A Torre de Soar

Numa inicial observação a antiguidade da importante construção que se situa no interior da fortaleza de Soar suscitou grandes reservas, devido à sua posição singular relativamente às tradições regionais e pela regularidade da sua construção, o que fazia suspeitar da existência de um excessivo restauro que desvirtuasse radicalmente possíveis vestígios originais. No entanto, numa recente visita, procedia-se então a novas

acções de restauro, tendo sido retirados os rebocos que a revestiam, deixando clara a existência de múltiplas intervenções anteriores que apontam para uma longa permanência do edificado, com sujeição a sucessivas alterações.

Não se pode esquecer que após a expulsão dos portugueses, e, sobretudo, no séc. XVIII, Soar protagonizou vários e importantes movimentos que se revestiram de decisivo relevo nas lutas pelo poder e foi residência de alguns dos seus chefes, que tinham como habitação e local de prestígio o edifício torreado a que nos estamos a referir, o qual, terá sido, inevitavelmente sujeito a adaptações para esses fins.

Porém, a sua imponência originou referências em datas bastante recuadas, e, por isso, não se colocam dúvidas quanto à sua pre-existência aquando da chegada dos portugueses.

Referindo-se à visita de Afonso de Albuquerque em 1507, Jean Aubin denomina-a como "*donjon*" (Aubin, II, 2000, p. 167), mas não há qualquer base para a transferência para estas paragens da denominação de uma edificação tipicamente europeia e, mais exactamente, francesa. Embora situando-se numa diferente área do globo, não será descabido invocar, por exemplo, opiniões que, com respeito ao Norte de África, afirmam que o "*donjon*" é estranho à tradição islâmica (Chakroumi, 2001, p. 917).



59 - Ag/1997



60 - A torre durante o recente restauro
Dez/2011.

Estamos perante uma torre tendencialmente quadrada, dotada de quatro pisos, cada um de grande altura e que está parcialmente rodeada de um terraço ao nível do primeiro piso, onde se situa a entrada. e que encosta à actual cortina norte.

O andar térreo é bastante elevado e provavelmente será maciço, seguindo-se-lhe um piso, também muito elevado, construído com blocos de pedra regulares, bem aparelhados e de razoáveis dimensões e dois pisos construídos em tijolo, embora se deva dizer que esta distinção se reporta à visualização exterior enquanto que, no interior, um piso intermédio apresenta construção em pedra até sensivelmente metade da sua altura.

O parapeito e as ameias são construídos com blocos de cimento e, portanto, resultam de reconstruções modernas, possivelmente efectuadas nos anos setenta ou oitenta do século passado, embora surjam com imagem semelhante em fotografia muito anterior.

Os dois pisos construídos com tijolo apresentam múltiplas aberturas ou arcadas cegas, de forte pendor decorativo, o qual foi acentuado pela colocação a nu dos tijolos que foram utilizados para esse fim, sendo de reçar que o futuro revestimento com o reboco diminua o seu impacto visual, para além de impedir a legibilidade das várias alterações que se verificaram a esse nível.



61 - Interior da torre. Dez/2011.



62 - Interior da torre. Dez/2011.



63 - Compartimento interior já "restaurado" Dez/2011.

A grande quantidade de aberturas num edifício militar leva a supor que terá sido relativamente recente a sua inserção no mesmo, mas não se deve deixar de sublinhar a singularidade da construção em tijolo no território do Omã, para a qual não se observaram paralelos, o mesmo se podendo dizer, embora de forma mais moderada, para a utilização de pedra aparelhada.

São inúmeras as construções acasteladas surgidas no Omã desde a segunda metade do séc. XVII e até ao início do séc. XX, mas nenhuma se detectou que possa ser equiparável a esta torre, nomeadamente pelas linhas rectas e bem proporcionadas que apresenta, o que leva a crer que a sua origem será anterior a essa fase, justificando que se faça esta destacada referência.



64

b) EXAME DOS SÍTIOS FORTIFICADOS TIDOS POR “PORTUGUESES”

“Tenho de estar na fonte com o Cântaro à bica, recolhendo a água fresca e informação das coisas que sucedem, o que não têm todos os mais da Europa que estão a seis mil léguas apartados, onde colhem esta água tam turva e cheia de limos que não é para se ver”. (Diogo Couto, Década VII, epístola dedicatória).

O destaque aqui atribuído às estruturas fortificadas não deriva de qualquer opção pela arquitectura militar em desfavor dos demais tipos de vestígios, mas releva apenas da quantidade de dados que é possível obter, quer na documentação escrita e gráfica, quer no terreno.

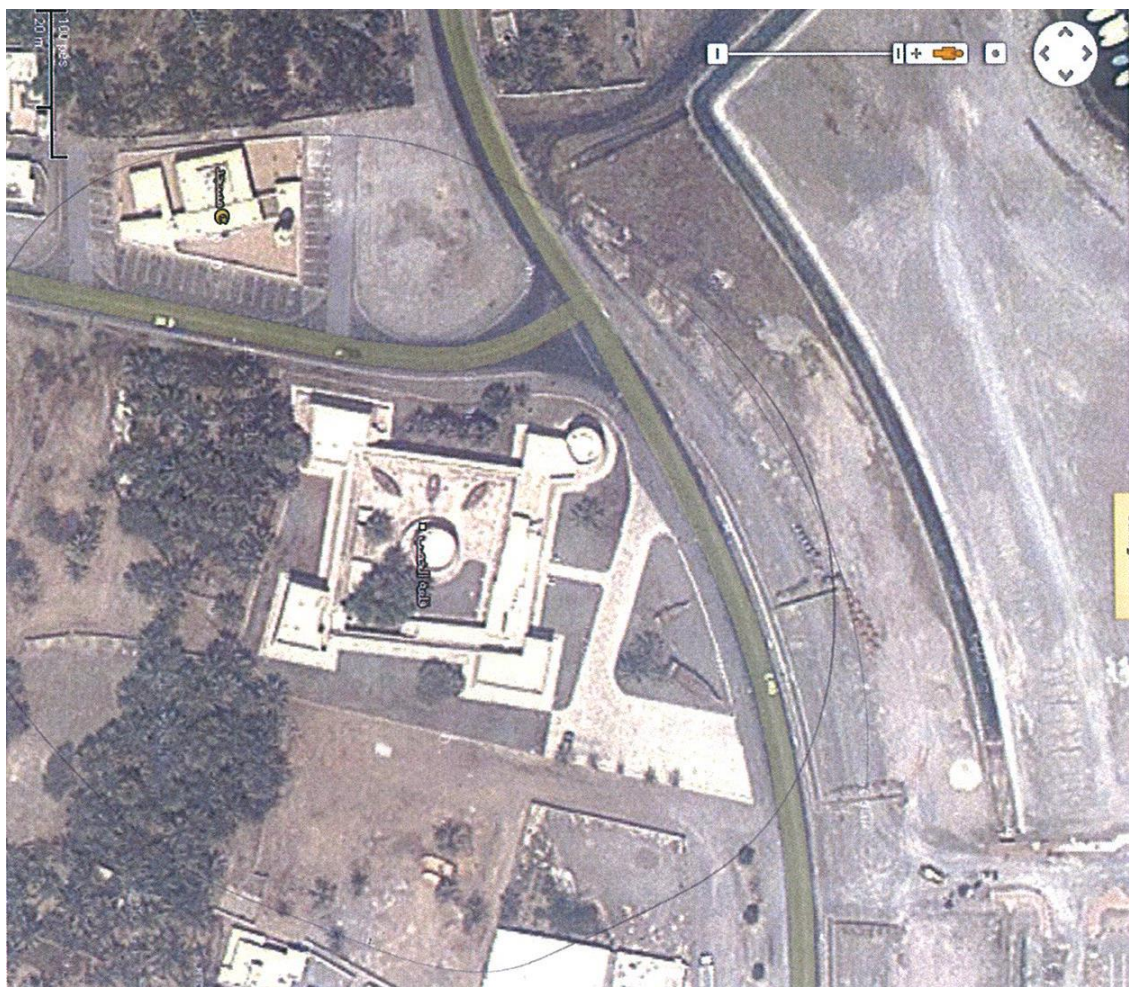
Ao fim e ao cabo, da arquitectura religiosa apenas resta a capela da fortaleza “Mirani” e, em todo o espaço que analisamos, só existem referências seguras nesta matéria quanto à cidade de Mascate. É certo que nos desenhos figuram sistematicamente igrejas, mas, provavelmente, tal não traduzirá mais do que meros elementos “decorativos”, sucedendo que, no caso de Doba, a adoptarem-se as escassas dimensões que foram então indicadas para o interior da fortaleza, seria impossível que aí coubesse a igreja que se acha desenhada.

Em matéria civil, sabe-se da existência do conjunto denominado Ghairazah ou Gereza, resta (ou restava...) uma inscrição respeitante ao edifício da Alfândega, tudo isto em Mascate e existe uma referência “às cazas do Bazar” em Soar, construídas pelo Capitão João de Sousa Pinel (“Comentários” de Rui Freire de Andrade, p. 241), dotadas de uma denominação que, aparentemente, remete para usos locais.

Quanto à habitação, Figueroa (“Comentário de la Embaxada”, p. 171) faz alusão à existência, em Mascate, de “*algunas casas de Portugueses, de piedra y cal com sus terados*”, mas nada mais se recolheu a este respeito, sendo de crer que se trataria de construções locais, desconhecendo-se qualquer especificidade nesta matéria.

Seguem-se portanto, os dados que foi possível recolher, indicando-se os sítios por ordem alfabética.

1 - CAÇAPO



65

Não figurando em nenhum dos "*Livros das Fortalezas*", Caçapo mereceu uma mais escassa referência por parte das fontes históricas e, conseqüentemente, tem sido menorizada a sua importância.

Como já antes se disse, trata-se de um local situado numa profunda reentrância na curiosíssima península de Musandã, em 26° 12`N – 56° 15`E, cuja "conquista" foi atribuída a Rui Freire de Andrade, a quem foi igualmente associada a construção de uma fortaleza que teria sido perdida num curto espaço de tempo.

Segundo outras fontes (Slot, 1993, p. 168), após a queda de Mascate, ou seja, cerca de 1650, uma expedição militar enviada ao Estreito a partir de Goa retomou Caçapo e aí iniciou a construção de uma fortaleza que não chegou a ser terminada

65

devido à intervenção de forças árabes, num episódio que se afigura ser relevante para a análise que é efectuada.

A fortaleza actualmente existente, quando observada na vertical através das imagens de satélite, revela uma aparência que é bem diversa daquela com que surge aos olhos de quem se situa ao seu nível, pois tornam-se secundários os acrescentos locais e revela-se uma estrutura que, na sua base, nada tem a ver com o tipo de construção regional.



66 - Planta exibida no museu local. Dez/2012.

No essencial, temos um edifício tendencialmente quadrado, dotado de baluartes nas suas quatro esquinas, podendo apontar-se medidas de 34 metros relativamente a dois dos panos de muralha entre os baluartes, baixando para 32 e 27 metros nos dois outros lados. Quanto aos baluartes, é mais difícil definir medidas correctas, devido às alterações que sofreram, mas as faces salientes a partir das muralhas rondam os 8 metros e as faces independentes variam entre 11 e 15 metros de comprimento, reportando-se o seu traçado à forma de um quadrilátero, subordinado a uma variação entre 12 e 15 metros, figurando no centro do pátio uma torre circular, cuja altura não ultrapassa significativamente as muralhas e que a tradição local afirma ser anterior à

presença portuguesa, o que encontra equivalência com a situação detectada em Corfacão.

Na construção das muralhas foi abundantemente utilizada a pedra, em blocos de média dimensão, pouco aparelhados, sendo a altura de toda a construção inferior àquela que caracteriza a maior parte das fortificações do Golfo.

Apesar de todos os acrescentos, encontramos-nos perante um edifício que basicamente respeita os princípios europeus em matéria de fortificações que tivessem em consideração o uso da artilharia, ao invés da generalidade das fortalezas locais, sem que as modificações posteriores subvertam essas características, o que leva a crer que o actual edifício poderá ter derivado da construção iniciada em 1650.

Aliás, a fortaleza que Rui Freire Andrade determinou fazer "*se acabou em breves dias por se fazer de barro e adobe por não haver cal em toda aquela costa, nem uso dela*" ("Comentários", p. 248), donde resulta uma radical diferença relativamente à construção que se observou, a qual é construída em pedra bem argamassada. Além disso, as referências aos "breves dias" da construção e à inexistência de cal, o que não é sequer exacto, levam a crer que se terá tratado de uma obra improvisada, talvez reaproveitando a torre circular que hoje em dia fica situada no centro do pátio.



67

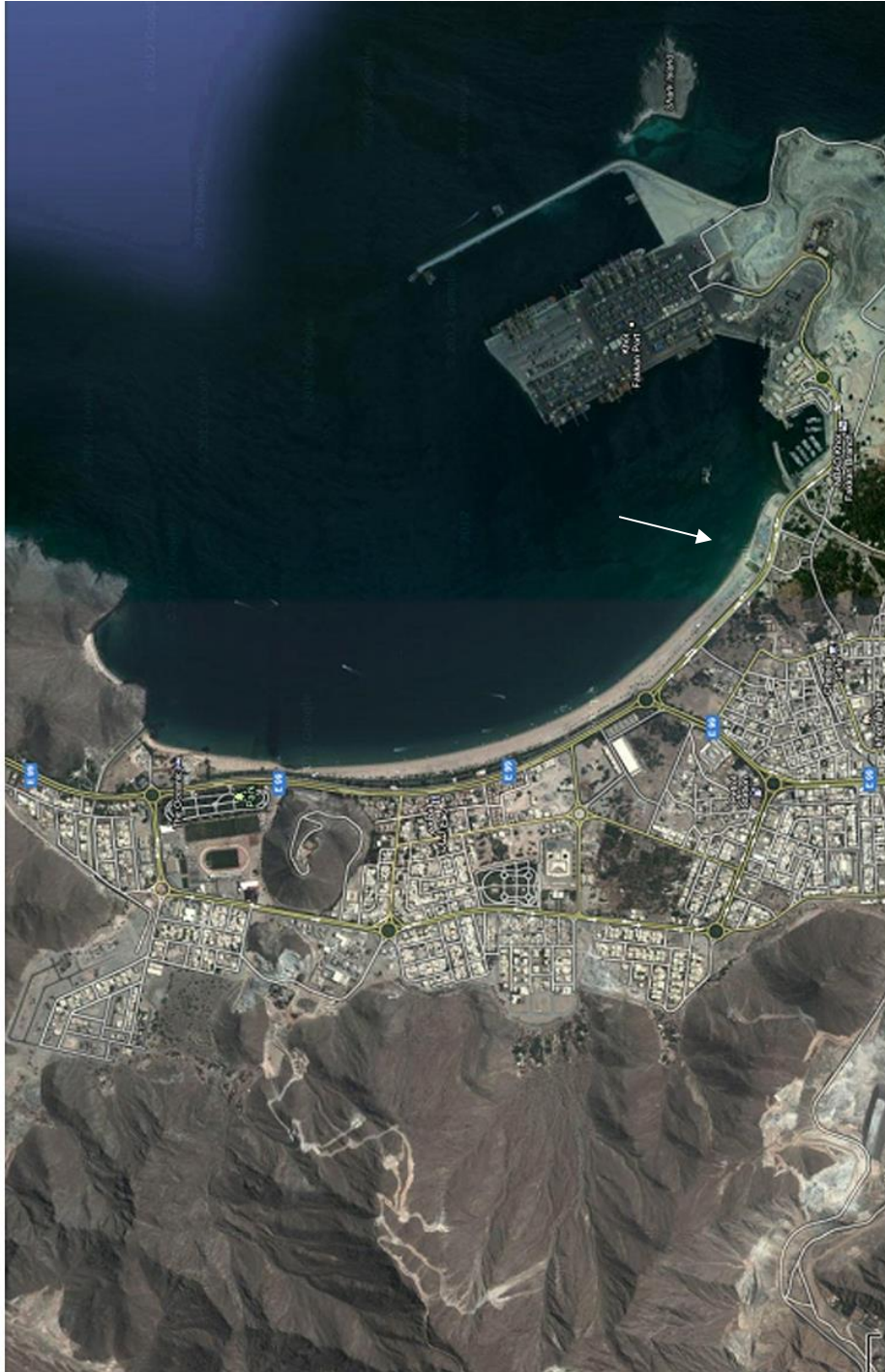


68

Dez/2012

2 - CORFACÃO

Na descrição dos prováveis vestígios portugueses ganha especial lugar Corfacão, localizado a 25° 20'N e 56° 25'E, porque foi através de uma escavação da responsabilidade de arqueólogos de Sharjah que se tornou possível detectar estruturas que abriam caminho para a interpretação que se segue.



69 - Corfacão – imagem do Google Earth. Localização dos vestígios.

O relatório respeitante à viagem efectuada em 1666 pelo navio holandês "Meerkat" (Slot, 1993, p.178) refere a existência, numa ponta da baía, de uma fortaleza de forma triangular a que atribui origem portuguesa e "*cuja desolada ruína ainda pode ser vista*", embora a localização a Norte que indica seja contraditória com a posição que iremos descrever que se deveria colocar ao Sul da "baía", admitindo que estejamos a falar do mesmo acidente natural.

Apesar desta discrepância, os vestígios já revelados são por demais interessantes, justificando a primazia no tratamento deste sítio.

No local, numa zona semi-abandonada de um antigo bairro de pescadores, a pouca distância da praia, existia acima do solo um pequeno núcleo de uma indistinta construção, tendo os demais elementos surgido através da abertura de valas que seguiram a linha dos muros que foram sendo postos a descoberto.

Um substancial número desses muros corresponde a níveis de pouca profundidade e, provavelmente, traduz vestígios de habitações mais ou menos recentes, mas, à volta do bloco que era inicialmente visível e a níveis mais profundos do que os anteriormente referidos, observam-se traços de dois muros que delimitam um espaço angular, estão dotados na face externa de um ligeiro talude e são constituídos por blocos de pedra minimamente aparelhados e ligados por argamassa de cal, apresentando a face mais completa 11 metros de comprimento, embora a degradação das suas extremidades indique uma dimensão originária ligeiramente superior.

À sua retaguarda surge uma estrutura em ângulo recto, de direcção oposta, onde sobressai uma pequena torre redonda, de 2,5 metros de diâmetro, que fecha esse ângulo. Esta torre é inicialmente maciça e, neste caso, a construção consiste em pedra miúda não aparelhada e ligada por simples argamassa de terra.



70 - Corfacão – a face do baluarte revelada pelas escavações. Dez/2012.

Quer a parte superior desta torre, quer o espaço que medeia entre

a construção que se desenvolve nos seus lados terão sido provavelmente entulhados, preenchendo o vazio que iria até aos muros primeiramente referidos.

A escavação efectuada na fase oposta do "bloco" que era inicialmente visível revelou novamente muros de pedra bem talhada e argamassas equivalentes ao primeiro caso, definindo uma construção tendencialmente quadrada, cujos vértices não foi possível definir, mas cujas faces externas apresentam técnicas de construção que não são vulgares na zona e que podem ser vistas como estando dotadas de características europeias.

Como antes se referiu, todo o espaço delimitado por estes muros lisos e bem talhados seria maciço até ao nível que ainda é possível observar.

A plataforma regular que resulta desta observação corresponde a um provável baluarte que tivesse sido construído aproveitando uma estrutura anterior que teria ficado englobada e entulhada no seu interior, correspondendo a medida achada para o comprimento de uma das suas faces àquelas que existem nos baluartes da



71 - Corfacão – a face do baluarte e vestígios da torre interior. Dez/2012.



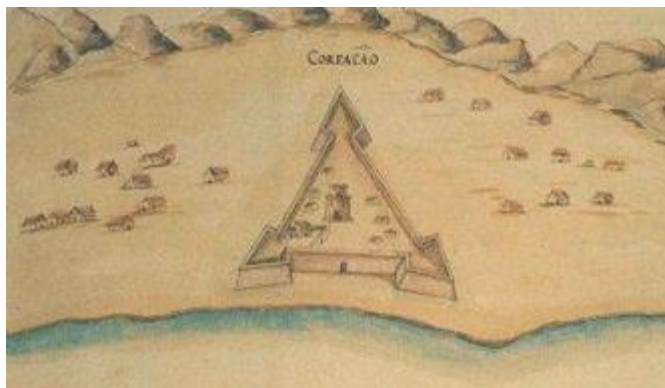
72 - Corfacão – o entulhamento à volta da torre interior. Dez/2011.



73 - Corfacão – a grande torre redonda. Dez/2012.

fortaleza de Caçapo, que variam entre os 12 e os 15 metros, sendo de recordar que os 11 metros achados em Corfacão não abrangem a totalidade da face.

Na direcção da costa, a pouco mais de 20 metros de distância, a escavação revelou uma plataforma circular, de 6,5 metros de diâmetro, para a qual se pode plausivelmente colocar a hipótese de corresponder à torre redonda, de tipologia indígena, situada no pátio



74 - Códice de Vila Viçosa

interior da fortaleza, que figura nos desenhos portugueses e é também referida no texto de Bocarro.

A orientação virada a terra do alegado "baluarte" antes referido e a localização desta "torre" permitem idealizar uma fortaleza equivalente à que surge nos aludidos desenhos, dotada de forma triangular, com um baluarte em cada ângulo e assente na utilização de estruturas fortificadas anteriores.

No âmbito deste trabalho o exemplo de Corfacão surgiu inicialmente como traduzindo um excelente augúrio, na medida em que apontava para um modelo de fortaleza que corresponderia às representações portuguesas e poderia servir de guia para a detecção de outras construções nacionais, mas veio a verificar-se que o optimismo primitivo não era sustentável relativamente às demais situações, não se tendo conseguido detectar qualquer outro exemplo semelhante.

3 - CURIATE

Já antes se fez referência à torre situada num ilhéu rochoso que aí existia aquando da chegada de Afonso de Albuquerque, mas, no que diz respeito à fortaleza, nada foi possível discernir, sendo o edifício actualmente visível uma construção do séc. XIX, dotada de características que tornam inviável qualquer associação com a fortificação ocupada pelos portugueses.

Segundo Pedro Barreto de Resende essa fortaleza "*é fábrica dos mouros de Arábias*", à qual se associava uma outra situada a "*um tiro de falcão*", tendo ambas pertencido a "*el-rei de Ormuz*".

A este respeito pouco se pode dizer, embora seja patente que os desenhos portugueses colocam esta segunda fortaleza nas montanhas, a uma distância que de maneira nenhuma corresponde a "*um tiro de falcão*".

Num outro aspecto, quer o "*Lyvro de plantaforma...*", quer o "*Livro das plantas de todas as fortalezas*" apresentam ao lado da baía de Curiate uma enseada fechada por uma cortina e que é designada como Cidabo, acrescentando Pedro Barreto de Resende que, "*no cimo destas serras donde faz este passo (Cidabo) está uma trincheira com dois baluartes...*".

Várias fontes deixam entrever que existiria uma estrutura fortificada em Cidabo, sendo bastante esclarecedora a referência a trincheiras, construídas pelos portugueses para prevenir o acesso através das montanhas que consta da "*História dos Imans e Seyyids...*" (p. 278), e que, por isso, coincide com a nota de Pecho Barreto Resende mas, a verdade é que Sidab se localiza nos arredores da cidade de Mascate, a muitas dezenas de quilómetros de Curiate, existindo claramente uma errada transposição de um aspecto que, em si mesmo, relevava da realidade.

Regressando a Curiate, podem detectar-se algumas diferenças entre o desenho do "Códice de Vila Viçosa" e as demais representações que se analisaram, sendo provável que o primeiro, de alguma forma, remeta para a fortificação que existiria.

Neste caso, observa-se um recinto tendencialmente rectangular que se acha dotado de torreões em dois dos vértices e meras construções salientes nos outros dois ângulos, ao invés do que se observa nos restantes desenhos onde a imagem, quer quanto

à regularidade, quer quanto à forma das quatro torres que apresentam, se situa como estando próximo dos baluartes europeus, em oposição à referência a uma “fábrica dos mouros das Arábias”.

A forma bojuda e irregular das duas “torres” presentes no desenho de Vila Viçosa remetem directamente para as tradições locais, o mesmo se podendo dizer da forma lacunosa como se apresenta um dos ângulos. No essencial, esta imagem pode facilmente corresponder às fortificações amuralhadas que protegiam as povoações locais e a que é tradicionalmente atribuída a designação de “sur”, cuja tipologia se acha elencada numa reprodução que antes se utilizou.

A aceitar-se esta hipótese ficaria confirmado o qualificativo que acima se transcreveu e reforçar-se-ia a credibilidade do desenho do “Códice”, daí derivando que não existirão motivos para supôr que, em Curiate, tivesse existido qualquer construção fortificada com origem portuguesa.

4 - DOBA

Segundo o relatório do navio Meerkat, "*no tempo dos portugueses existiram quatro fortalezas das quais ainda permanece de pé a maior*" (Slot, 1993, p. 178), mas, neste caso, o autor do relatório não chegou a deslocar-se a terra e, talvez por isso, nada informa quanto à sua origem e características, podendo até suceder que nenhuma das fortalezas tivesse sido construída pelos portugueses, tanto mais que nos desenhos que vimos comentando apenas figuram uma fortaleza, três recintos amuralhados e uma torre.

A cidade, actualmente mais conhecida por Dibba, está dividida entre o Oman a Norte e os Emirados na parte Sul e, na zona omanita, é exibida uma fortaleza muito semelhante àquela que se observa nas nossas representações, das quais apenas diverge quanto às dimensões do recinto interior, mas, na realidade, trata-se de uma obra muito recente, ou, em linguagem mais chã, uma mera falsificação, que nem sequer levou em consideração que o local primitivo forçosamente se situaria mais perto da praia. Aliás, nas mais antigas imagens de satélite, é outra a sua configuração.

Por sua vez, do lado dos Emirados existe uma torre, acompanhada por um pequeno recinto, a qual, de maneira nenhuma corresponde a uma fortificação que estivesse adequada para o tiro de artilharia e que, com muito boa vontade, poderia ser assimilável à torre que os portugueses desenharam sob a designação de Dubo. Desconhecendo-se qualquer dado que aponte nesse sentido, cabe ainda referir que, nas suas imediações, os arqueólogos Tatsuo Sasaki e Hanae Sasaki (1) procederam a escavações sem que detectassem vestígios que pudessem ser associáveis a estruturas fortificadas.

Aliás, será conveniente sublinhar que a descrição portuguesa era altamente incongruente, pois, segundo Bocarro, o recinto interior limitar-se-ia a "*7 braças de comprimento em cada muro e 11 palmos de espessura*". Adoptando para a braça a equivalência a 2,2 metros e para o palmo, 0,22 m (Cunha, 2003, p. 183), seríamos

1 - Universidade de Kanazawa, Japão, com vasta obra sobre a difusão da cerâmica chinesa.

forçados a concluir que o espaço interior não poderia exceder os 143 m², embora fosse afirmado que, nessa escassa área, para além dos espaços abertos, existiria uma torre circular, a casa para o capitão e uma igreja, o que é manifestamente impossível. Por outro lado, segundo as mesmas fontes, o recinto exterior teria 25 braças, ou seja, 55 metros de cada lado, mas, na face Norte, encostar-se-lhe-ia uma muralha que acompanhava o seu exterior, ou seja, os ditos 55 metros, mas que englobaria uma povoação "com mil vizinhos" o que, mais uma vez, é totalmente inviável.

Resta dizer que o desenho dessa fortaleza não corresponde nem à tradição local, nem à arquitectura europeia e reproduz, com alguma fidelidade, a arquitectura do Fort Arad, no Barém, que está representado nas estampas referentes a essa Ilha.

Nas imagens de Doba surge um ilhéu que efectivamente existe, e, na versão do "*Livro das plantas de todas as fortalezas*" aparece uma estranha série de rectângulos preenchidos com filas de pontinhos que, provavelmente, se referirá ao grande cemitério islâmico onde, segundo a tradição, se acham sepultados os guerreiros caídos na batalha que, em 633, permitiu o acesso do Islão ao território do Omã, mas, apesar da veracidade destes pormenores, nada se pode adiantar quanto a vestígios que possam ser associáveis à presença portuguesa.

5 - JULFAR

O local que nesta zona é mais conhecido sob o ponto de vista dos trabalhos arqueológicos, é, no entanto, aquele que menos dados fornece quanto à presença portuguesa, apesar de, numa outra vertente, ser também um dos sítios mais referidos pelos textos da época, localizando-se a 25° 50'N e 55° 58'E.

Hoje em dia, de Julfar pouco se observa, tratando-se de um campo arqueológico com cerca de 10 km² de área totalmente vedada mas limitadamente escavada e onde os resultados das escavações são pouco visíveis, encontrando-se já ocultos pela deslocação de terras por acção do vento ou pela natural degradação.



75 - Julfar - Imagem do Sítio, Dez/12.

Entre o que se conseguiu observar merecem destaque os vestígios de uma cisterna, porque, na forma e dimensões, os mesmos são semelhantes aos das duas cisternas que se encontram no pátio interior da fortaleza de Ormuz e que são vistas como resultando das suas primeiras fases construtivas, sob a orientação de um pedreiro local.

Embora não se lhe possa atribuir directo interesse, é por demais atractiva a grande quantidade de cerâmica que se observa na superfície do campo, juntamente com

fragmentos de pulseiras de vidro colorido (1) e, sobretudo, a abundância de restos de porcelana chinesa "azul e branca", não sendo de excluir a possibilidade de, em grande medida, se reportarem a fases anteriores à conhecida como "Kraack", ou, dito de outra forma, com origem anterior aos inícios do séc. XVII, características que também se revelam nos exemplares exibidos no Museu de Ras-al-Khaima, o que poderá corresponder a uma fase de maior prosperidade da cidade.

Por outro lado, não deixa de ser interessante esta acumulação de fragmentos porque não encontra equivalência nos demais locais que são focados neste trabalho, mas é semelhante ao que se observa em Ormuz ou Barem.

O povoamento situava-se à beira-mar, ocupando parte de uma extensa zona plana, afastada do mar livre por um banco de areia que delimita um braço de mar cuja entrada se situa a Oeste do campo arqueológico, sendo possível que não fosse esta a configuração anterior e que o surgimento deste tipo de obstáculo, devido a assoreamento, tivesse contribuído para a decadência e abandono da "cidade" em proveito de Ras-al-Khaima, cujos acessos ao mar são bastante mais favoráveis.

Segundo a "*História dos Imans e Seyyids do Oman*", existiam em Julfar duas fortalezas, uma construída pelos locais, então aliados aos portugueses, e, uma outra, "*pertencente aos cristãos*". (Badger, 1871, p. 66).



76 - Julfar – vestígios da cisterna. Dez/12.



77 - Ormuz – cisterna no pátio da fortaleza. Ab/2001.

1 - No Museu de Sítio de Kalat-al-Bahreïn são abundantes as pulseiras deste tipo.

Em 1621, quando Julfar tinha passado de uma situação de vassalagem a Ormuz para o domínio persa, foi atacada pelos portugueses, que construíram plataformas para a artilharia (Slot, 1993, p. 112) e, por isso, é natural que a fortaleza referida pelas fontes árabes constituísse apenas um melhoramento dessas obras, embora o autor atrás citado (p. 138) se refira a uma "*nova fortaleza*" construída pelos portugueses em 1631 e seguidamente (p. 129) transcreva um relatório holandês de 1633 onde era informado que, em Julfar, os portugueses possuíram durante muitos anos uma fortaleza com a necessária artilharia e guarnição a qual tinha sido pouco antes conquistada pelos árabes provenientes do actual Omã.

Os trabalhos arqueológicos detectaram as fundações do primeiro forte, mas, presentemente nada foi possível observar a esse respeito e tudo se ignora relativamente ao "*forte português*". Apesar das referências atrás citadas é pouco provável que este tivesse constituído mais do que uma construção improvisada, tanto mais que, numa carta do Rei dirigida ao Conde de Linhares em 1631, afirma-se: "*...e sobre as fortalezas que referes se devem fazer em Julfal... vos quis advirtir que não se devem admitir estas práticas... estando Ormuz por recuperar... (é) dividir forças para esquecer o principal*". ("Comentários" de Rui Freire de Andrade, 1940, p. 248).

Além do óbvio bom senso desta opinião, a mesma também revela que, regra geral, a construção de fortalezas estava directamente ligada ao poder real e à própria pessoa do Rei, e, por isso, o voluntarismo de Rui Freire de Andrade dificilmente ultrapassaria soluções de improviso e ditadas pelas necessidades do momento, não podendo ser doutro tipo a construção que terá sido levada a cabo em Julfar.

6 - LIBÉDIA

Há bastantes anos atrás foi difícil identificar qual seria a povoação actual que corresponderia à Libédia dos portugueses, mas a designação de Al Bydhia, situada a 25° 26'N - 56° 21'E, forneceu a necessária consonância fonética, apesar de não serem detectáveis vestígios de qualquer fortaleza que se assemelhasse à que figurava nos desenhos nacionais.

A favor desta identificação observaram-se duas arruinadas torres, dotadas de características vincadamente locais e cujas posições eram associáveis àquelas em que foram representadas duas torres locais na estampa referente a Libédia, no "*Códice de Vila Viçosa*" e, de forma mais discreta, no "*Livro das Plantas de todas as fortalezas*".



78 - Libédia – As torres representadas no Códice de Vila Viçosa



79 - Libédia – as torres na actualidade. Dez/2011.

Num espaço plano, entre as escarpadas montanhas que predominam na região, encontra-se uma povoação e uma mancha intensamente cultivada e, na escarpa norte, situam-se essas duas torres que protegiam o acesso à zona mais baixa.

Se as imagens portuguesas fossem exactas, a fortaleza situar-se-ia à frente das citadas torres e na proximidade do mar, mas nenhum vestígio foi detectado que pudesse apontar para a sua existência, sucedendo que, no presente momento, as manchas de palmeiras que ocupam essa área se acham bastante degradadas, permitindo uma melhor visibilidade do terreno em causa e confirmando a inexistência de vestígios que, aliás, já noutras ocasiões tinham sido procurados nessa zona.



80 - Libédia – Imagem do Google Earth, vendo-se com nitidez o muro que delimita o espaço entre as duas torres.



82 - Libyá

- a) Os muros escavados por M. Ziokolwsky; b) Vedação de blocos e arame;
 c) Protecção de túmulo do tipo megalítico; d) Uéde.

Na planície e, a sul das torres, foi efectuada uma escavação pela arqueóloga Michelle Ziokolwsky que revelou longas paredes delimitando um espaço aberto tendencialmente rectangular, as quais foram entendidas como correspondendo à fortaleza, tendo sido postos a descoberto dois muros com cerca de 60 metros de comprimento cada um, tendo sido também reveladas as torres noroeste e nordeste (Ziokolwsky, 1999, p.p. 19-21). No entanto os vestígios que neste momento é possível observar são escassos e limitados a muros de técnica construtiva muito débil, dotados de

pouca espessura, assentes em blocos de pedra irregulares, por vezes de pequenas dimensões e argamassados com barro, apesar de estarem muito próximos de uma construção pré-histórica (3000 AC), de feição torreada, que poderia fornecer blocos bem talhados e de maiores dimensões, mas que, no entanto, permaneceram no local primitivo.

Além disso, as dimensões afiguram-se como sendo excessivas relativamente aos demais exemplos que se detectaram, sucedendo ainda que não foi minimamente levado em consideração um uéde cujo talude constituiria um obstáculo natural de elevado valor mas que, por escassos metros, não foi associado à provável construção cujos vestígios foram revelados e, além disso, estamos perante uma localização demasiado afastada do mar, ao invés do que seria mais lógico e ao invés da imagem que é apresentada nos nossos desenhos.

A tudo isto acresce que o relatório da viagem do navio Meerkat a que já se fez referência é bastante minucioso e os seus autores até conseguiram detectar as ruínas da fortificação portuguesa em Corfacão, mas nada é dito quanto à existência de uma fortaleza em Libédia.



81 - Libédia – o muro de ligação no espaço entre as torres em Abril/2001.

De qualquer forma, no local existiam as duas torres e, neste caso, um visionamento através do *Google Earth*, mostra um grosso muro que delimita o espaço envolvente às mesmas, assemelhando-se a uma muralha que gerasse um melhor aproveitamento das suas potencialidades.

É certo que este muro tem muito a ver com as obras de restauro e "embelezamento" realizadas nos últimos anos, mas, em 2001, quando o conjunto se encontrava ainda numa situação de ruína e total abandono, já se observava um troço de muro que, pela sua localização e espessura, poderia ser qualificado como "muralha", o

qual, hoje em dia, está englobado na construção que rodeia as torres, que, por sua vez, correspondem a um tipo de edificação que tradicionalmente era utilizada de forma isolada, daonde resulta que a sua associação com este muro escapa às regras locais.

Em Portugal, os críticos de Rui Freire de Andrade qualificavam as fortalezas que este propagandeava ter construído como não passando de meros "pombais", (Slot, 1993, p. 130) comparação que surge como sendo extremamente pertinente no que diz respeito à configuração destas duas torres, sendo provável que, à partida, a posição portuguesa se tivesse limitado ao seu reaproveitamento e reforço através de muros de ligação.

É admissível que existisse a intenção de iniciar uma construção de raiz, para a qual, com algumas reservas, se poderiam apontar os vestígios encontrados por Michelle Ziokolwski, mas, a falta de meios dos portugueses e o escasso tempo que durou a sua ocupação na zona constituíam sérios obstáculos que, logicamente, inviabilizariam a concretização desses planos.



83 - Libédia – o muro revelado pelas escavações de Michelle Ziokolwski, sendo patente a sua pequena espessura face à escala das figuras humanas. Ao fundo, uma das torres ainda existentes. Dez/2011.

7 - MASCATE



84 - Mascate no princípio do séc. XX, in "Oman", cat. exp., .p.p. 116,117.

A torre no extremo direito da fotografia conserva uma forma poligonal.

Numa posição central observam-se as ruínas do complexo da Gereza entre dois palácios "novos".

De notar aglomeração de barasti*.

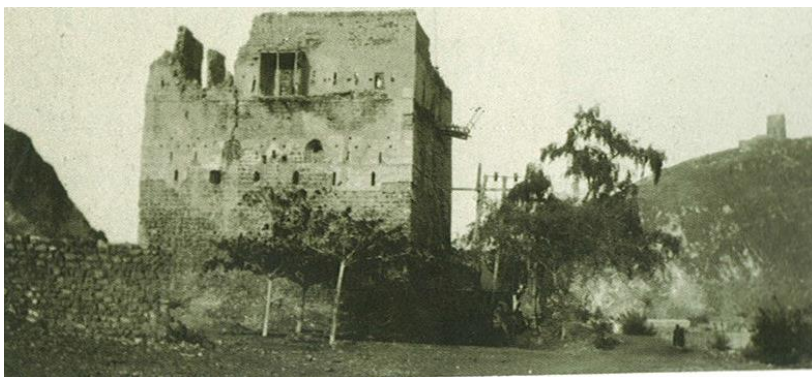
A cidade de Mascate, desde a ocupação portuguesa, tem constituído o principal ponto urbano de toda a costa oriental da península arábica e liderou toda a zona litoral desde o Ras-al-Hadd à península de Musandã, de forma tão expressiva que, em 1913, deu origem a um país com o seu nome, que se separou então do Omã interior, sendo certo que a sua directa ligação ao sultanato de Zanzibar e à restante costa oriental de África a norte do Cabo Delgado, lhe tinha proporcionado assinalável prosperidade no séc. XIX, conferindo-lhe uma identidade própria muito expressiva.



85 - Mascate – as fortalezas “Mirani” e “Jalali”. Ab/2012.

Embora seja pouco perceptível para quem se ache em terra firme, o seu litoral está caracterizado por profundas reentrâncias que se recortam em montanhas inacessíveis até que, a norte, se inicia a planície de Batinah, sendo a sua localização de 23° 28’N e 58° 36L.

É verdade que pouco resta da cidade inicial, hoje em dia transformada numa espectacular exibição de edifícios públicos meramente ornamentais enquanto que todo o desenvolvimento urbano se situa em antigas povoações periféricas, mas, ainda assim o seu tratamento merece um especial cuidado porque constitui uma excepção no panorama que se analisou, na medida em que os vestígios da presença portuguesa são bem significativos.



86 - Mascate – a torre de Rawyan em 1926, in, “Old Oman”, (1983), pág. 24.

A cidade situava-se num pequeno espaço delimitado por montanhas de rocha viva e, no essencial, as suas comunicações eram efectuadas por via marítima, estando os acessos às localidades vizinhas condicionados por passagens à beira de precipícios, às vezes dependentes de degraus talhados na rocha. O carácter acidentado das margens da sua profunda baía, “em forma de ferradura”, apenas permitia a ocupação humana na zona mais interior, ou ainda, muito limitadamente, numa parte da encosta ocidental, denominada Mokalla, mas, a “bacia” resultante da configuração das montanhas que a rodeiam concentrava na parte baixa a água das chuvas e, por isso, a área de Mascate beneficiava de grande número de poços e hortas por estes irrigadas.



87 - Mascate – o poço de Rawiyah (Garcia, 2009, p. 75).

Entre esses poços o mais importante era o de Rawiyah, que fornecia água às embarcações e a ele poderá corresponder a indicação de “poço” que surge no “*Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia*”, dado que surge com localização aproximada à realidade obtendo um destaque que revela quer a importância que lhe era atribuída pelos portugueses quer o cuidado do autor desse desenho. Nas proximidades deste poço passa o uéde* Al Kabir que figura em todos os desenhos com um mínimo de verosimilhança relativamente à respectiva localização.

Apesar das suas patentes debilidades, o desenho de Lisuarte de Abreu permite perceber alguns dos espaços construídos em meados do séc. XVI, sendo provável que a construção fortificada que é desenhada sobre uma elevação rochosa corresponda à “fortaleza velha”, enquanto que as construções mais destacadas que se observam no sopé dessa elevação poderão corresponder ao complexo que, posteriormente, veio a ser

denominado como Gharayzah, notando-se ainda a legenda de “miscita” relativamente a um edifício em Mokalla, cuja forma arquitetónica não deixa dúvidas quanto à intenção de representar uma mesquita dotada de alguma imponência. Embora a presença dos portugueses não fosse então muito forte, é certo que não viam com bons olhos a existência de templos muçulmanos nas zonas onde estavam estabelecidos, mas, neste caso, não estariam em posição de se oporem aos cultos locais, e, por isso, é hipotetizável que tivesse existido uma mesquita importante numa zona ligeiramente periférica, tal como se acha figurado nesse desenho.

1 – AL GHARAYZAH/GAREZA/GEREZA

Em Mascate tem-se conhecimento de um conjunto especificamente construído pelos portugueses e que perdurou, já em ruínas, até ao século passado e embora figure em fotografias dessa época, a única coisa que se pode dizer a seu respeito será a de que se revestia de grandes dimensões.

A construção teria sido iniciada logo em 1527 (Miles, 1919 p. 163) e destinava-se então a albergar a feitoria, a casa do Capitão, as casernas, a alfândega e uma capela, mas após a construção da fortaleza, a ocidente, ficaria desvalorizado o papel de residência do Capitão e, entretanto, parte ou a totalidade dessas edificações foram cedidas para a instalação do Convento dos Agostinhos, fundado em 1596 (Dias, P., 1999, p. 392) ou 1597 (Peterson, 2007, p. 8).

O convento foi invadido pelos omanitas durante o primeiro ataque à cidade, com o massacre dos religiosos que aí se encontravam (Gulbenkian, 1972, p. 68) sabendo-se, por isso, que era constituído por 4 monges, num número que se afigura pequeno para as prováveis dimensões do conjunto, tornando-se lógico perguntar se todo ele teria sido ocupado pelas instalações monásticas ou se permaneceriam sectores afectos aos objectivos anteriores. A dúvida tem alguma acuidade face à resistência oferecida pelos portugueses após a conquista das suas fortalezas, pois, segundo a “*História dos Imans...*” (Badger, 1871, p. 85) teria existido uma “larga guarnição”, comandada por um tal Cabreta que teria atacado os muçulmanos e viria a ser destroçada junto ao “mercado do algodão”, não se sabendo de que instalação seria proveniente esta “guarnição” portuguesa, dado que os fortes principais já tinham sido perdidos.

Do convento sabe-se que possuía jardins, seguramente fechados ao exterior, o que correspondia a assinaláveis dimensões para o espaço que ocupava, sendo deveras lamentável a inexistência de outros dados, pois poderíamos eventualmente encontrar aqui um caso paradigmático no que toca à instalação dos portugueses, quando, na ausência de fortaleza, optavam pela construção de um conjunto de edificações arquitectonicamente associadas entre si e centradas na “feitoria” formando um bloco dotado de óbvias potencialidades defensivas. Algumas vagas referências (Zanzibar, p. ex.), levam a crer que este modelo, aliás, extremamente lógico, teria sido adoptado com alguma frequência, mas não se conseguiu detectar qualquer concretização do mesmo.

Depois da expulsão dos portugueses, este conjunto foi adoptado como residência dos governantes do Omã, sendo frequentemente referido na “*História do Imans...*”, embora o seu tradutor para inglês, Badger, haja confundido o termo árabe já referido com o termo “jazira”, e, por isso, o denomine de “A Ilha”, associando-o à formação geológica que existe a seguir ao forte “Jalali”, que nem sequer seria habitável, numa confusão que prejudica a compreensão do papel deste então “palácio”, apesar do livro que traduziu fornecer claros dados quanto à sua localização.

Entretanto, a designação terá derivado para Gareza e, ou, Gereza, para a qual existe a pretensão de fazer derivá-la da palavra portuguesa, “igreja”, tal como sucede igualmente em Quíloa e Zanzibar, mas afigurar-se-ia aconselhável a procura de uma outra origem filológica, atendendo à fraca semelhança fonética entre ambas as palavras.

2 – A ALFÂNDEGA

Sabe-se que em 1625 foi construído um edifício especificamente destinado a esse fim porque sobreviveu (ou, sobrevive?) uma inscrição que ainda era observável no século passado e onde se lia aquela data. (p. ex., Peterson, 2007, p. 8).

3 – OS EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

Para além do Convento dos Agostinhos, com a sua igreja, existe referência a uma outra igreja, que pelas representações dos visitantes europeus se situaria no local onde veio a surgir uma mesquita entretanto absorvida pelo “faraónico” conjunto que

rodeia o palácio do sultão. De alguma das igrejas será proveniente a lápide sepulcral que se acha reproduzida fotograficamente (Serjeant, 1974, p. 165) e onde se lia: - «*Esta é a sepultura de Pascoal Gomes o qual aqui jaz. Faleceu no ano de 15...*».



88 - Mirani – a lápide no exterior da Capela. Ag/1997.

Além disso, na fortaleza “Mirani”, permanece a capela, que, provavelmente, corresponde a um pormenor que figura no desenho das “*Plantas das Praças das Conquistas de Portugal*” (1610), o qual se torna mais vago na representação constante do “Códice de Vila Viçosa” e pouco ou nada perceptível no “*Livro das plantas de todas as fortalezas*”, tudo indicando que a sua construção não será posterior a 1588.

Trata-se de um pequeno edifício perfeitamente circular coberto com uma cúpula que foi reconstruída nos anos 70 do século passado (Peterson, 2007, p. 48), sustentada no seu interior por um forte pilar que só pode constituir um acréscimo à construção original. Ainda no exterior, uma lápide, que apresenta uma



89
89
Mirani – o portal da Capela. Ag/1997.

inscrição onde se lê “*Ave Maria Sancta Plena Dominus Tecum*”, acompanha o perfil curvo da parede e talvez encimasse alguma entrada secundária, sendo patente que, por

falta de espaço para tal, não poderia ter encimado o portal principal, ao contrário do que por vezes é afirmado.

A forma adoptada e as proporções desta capela aproximam-na de construções portuguesas de meados do séc. XVI, e o seu portal, que merece alguma atenção, apresenta semelhanças com o portal da Capela de S. Tomé em Meliapor (Carita, 2008, p. 158), embora, ao contrário deste último, ocupe uma significativa área de todo o edifício, consistindo numa moldura rectangular, semelhante ao “alfiz”, que enquadra uma abertura em arco tendencialmente de volta inteira assente de cada lado em dois finos colunelos que se prolongam pelas suas arquivoltas. Estes colunelos apresentam capitéis e bases poligonais, equivalentes aos que surgem na generalidade das obras “manuelinas” e estão decorados com esferóides, assentando as bases em plintos facetados, que também pouco ou nada divergem do que é tradicional nesse estilo, surgindo, a meio dos colunelos, anéis salientes, com motivos “cordados”, que correspondem igualmente às mais típicas decorações “manuelinas”.

A moldura exterior do portal é constituída por uma repetição de losangos, onde será possível discernir uma pequena circunferência interior e que se acham ritmadamente separados por círculos ou por travessões. Aparentemente, estes frisos geometrizarantes seriam enquadráveis na arquitectura renascentista europeia, o que quadraria bem com a provável data de 1588, mas veio a constatar-se que esse motivo decorativo era extremamente vulgar em blocos de pedra que tinham sido reutilizados pelos portugueses na construção das fortalezas de Diu, Baçaim e Chaúl (Lizardo, 2011, p. 65) e tornou-se depois inquestionável a sua omnipresença na arquitectura hindu.

Esta pervivência decorativa não será estranhável se tivermos em consideração que, tradicionalmente, Diu fornecia canteiros para vários pontos do Índico e, como nota Rafael Moreira, é «...*famous the high standards of its stone-masons of the “baneane” caste and century-old tradition...*» (Moreira, 2005, pág. 92) e, além disso, dado que a navegação entre a costa ocidental indiana e o Golfo Pérsico não se efectuava em “linha recta”, ou seja, bordejando o litoral dos actuais Paquistão e Irão, mas sim, atravessando o Índico em direcção ao Cabo Rosalgate, com posterior escala em Mascate, é altamente provável que tivessem sido “mestres” de Diu, ou, de qualquer forma, indianos, que tivessem executado aquele portal, onde deram guarida a um motivo decorativo que era tradicional na sua cultura.

4 - AS FORTIFICAÇÕES

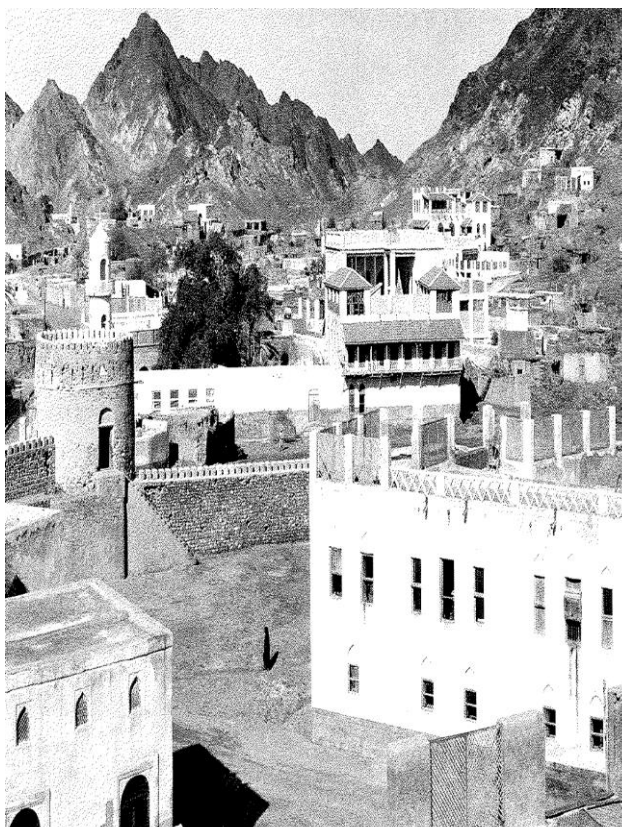
a) A “fortaleza velha”

As várias referências a uma “fortaleza velha” nem sempre dirão respeito à primeira fortificação construída pelos portugueses em Mascate, tornando-se difícil identificá-la.

Nomeadamente, no caso das obras ordenadas em 1633 e transcritas por Pedro Dias (1999, p. 391) ordena-se aí uma ampliação, desde o baluarte de Santo António até à “fortaleza velha” “*em que hora está a ... Irmida*”, o que não deixa qualquer dúvida de que estamos perante a construção iniciada em 1587, no local que passou a chamar-se de “Mirani”, o que é também confirmado pelo facto de ser referida a sua proximidade à Mokalla, sendo a designação de “velha” reportada a essa obra.

Apesar de poder supôr-se que tivesse aproveitado a primitiva construção, esta, em princípio, corresponderia a “*hum baluarte sobre hua rocha que na entrada da baya esta*” (Couto, 2007, p. 81), o que torna pouco elegível a eminência onde se situa o “forte Mirani”, e, por seu lado, o texto de Figueroa (“Comentários”, pág. 169) não deixa dúvidas quanto ao local onde o seu navio ancorou, tratando-se de uma pequena enseada, no exterior da baía e que será aquela que se situa entre a elevação onde está instalada a fortaleza “Jalali” e a “terra firme”, a qual permitia uma estreita passagem entre as rochas e que dava directo e curto acesso à cidade, por onde o embaixador caminhou até chegar ao Convento dos Agostinhos e à fortaleza “Mirani”.

Ora, o “nosso” embaixador informa também que este ancoradouro ficava “*cerca de la fortaleza vieja*” (“Comentários”, p. 169) a qual deveria portanto, ficar nas proximidades do local onde iria ser instalada a “Jalali”, que ainda não existia, localização que, a ser verdadeira, daria alguma consistência, embora errónea, à tradição que aponta uma inviável antiguidade para esta última.



91 - Pormenor da Muralha observando-se um acréscimo poligonal na sua frente.
Fotografia de 1951, in “Old Oman”, pág. 29.

b) Muralhas

Até aos anos 80 do século passado mantinham-se as muralhas construídas pelos portugueses em 1625, as quais, na análise possível, se poderiam assemelhar àquelas que figuram no “*Livro das plantas de todas as fortalezas*”, e no “*Códice de Vila Viçosa*”, sendo de sublinhar que os desenhos mais antigos, ou seja, as “*Plantas de Praças da Conquista de Portugal*” de 1610 e o “*Lyvro de plantaformas das fortalezas da India*”, que José Manuel Garcia situa dubitativamente em 1612, ainda não apresentam qualquer perímetro fortificado, o que vem confirmar a data tardia da sua construção, que é também posterior à visita de Garcia Figueroa.

Nos desenhos, estas muralhas surgem dotadas de seis “baluartes” poligonais, com a mesma altura das cortinas, enquanto que no século passado, eram aí observáveis grandes torres redondas, não sendo possível, neste momento, adiantar qualquer opção. Embora a influência regional exija alguma cautela quanto à existência dos baluartes tal como se acham desenhados, também não seria expectável que uma fortificação construída em 1625 apresentasse grandes torres, do tipo medieval, e, tal significa que à denominada “burj cabrita” não poderia ter cabido o papel de resistência à vitória

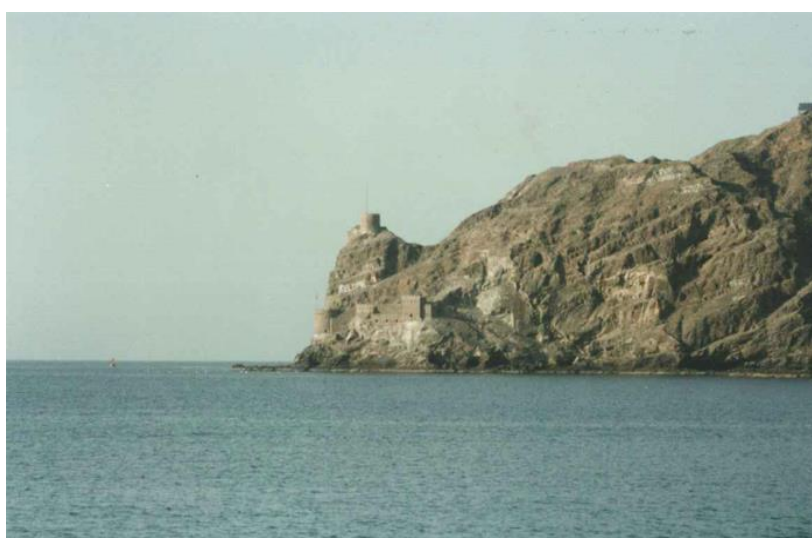
omanita que alguns lhe atribuem, sendo certo que nalgumas fotografias antigas se visionam restos de construções à frente de uma torre tradicional que apontam para que aí tivesse existido um baluarte poligonal equivalente aos que figuram nos desenhos.

c) Baluartes na entrada da enseada

Como protecção da entrada na baía os portugueses construíram o “baluarte de Santo António” a oeste e um outro na margem oposta, os quais, provavelmente, não passariam de “baterias” que abrigassem algumas peças de artilharia, mas a sua modificação e restauro através dos tempos tornam praticamente irreconhecível a estrutura originária.



92 - Mascate – a bateria de Stº António. Ab/2012.



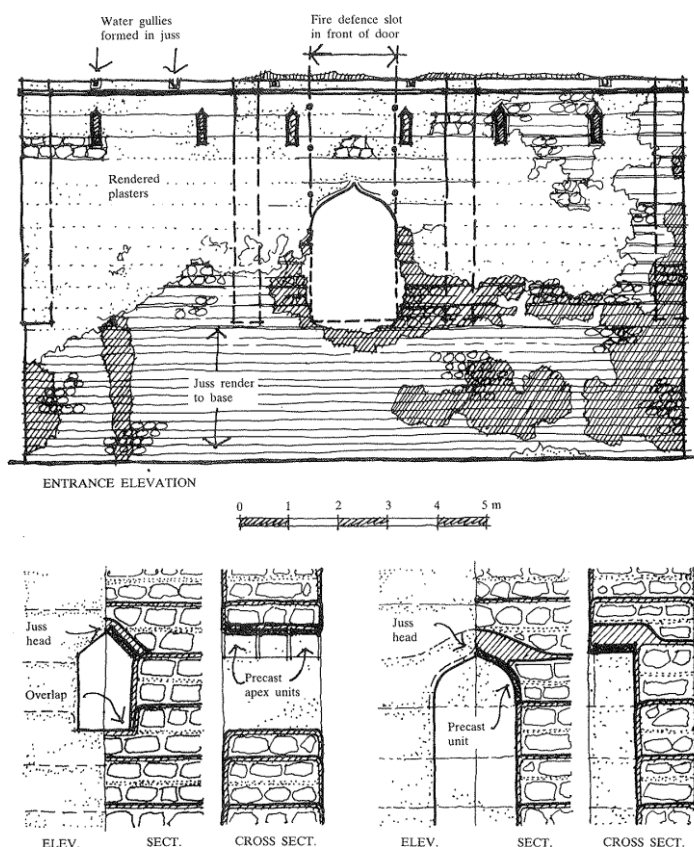
93 - Mascate – a bateria do outro lado da barra. Ag/1997.

O “baluarte de Santo António” já existia em 1633 quando o conselho do Estado da Índia decidiu ampliá-lo e ligá-lo às fortificações da Mirani (Dias, 1999, pág. 391), mas é pouco provável que a obra tenha sido concretizada.

Atendendo à configuração do terreno, surgem como credíveis os desenhos que o representam, devendo notar-se que não figura nos mais antigos.

c) Baluarte da Horta do Cabaço

Segundo os “Comentários” (p. 262), Rui Freire de Andrade “fortificou” o “baluarte da Horta do Cabaço” e este curioso nome surge como pouco adequado a um espaço urbano, suscitando-se a dúvida quanto à sua localização. As regras da lógica aconselhariam medidas para defesa do principal poço destinado ao abastecimento de água potável, o qual se encontrava numa das “hortas” adjacentes à cidade, a de Rawiyah e, por isso, é por vezes atribuída origem portuguesa à fortificação que aí existia. (p. ex., Peterson, 2007, p. 76)



94 - Mascate – a torre de Rawiyah em levantamento de Archibald Walls (1987), p. 65.

Porém, neste caso, estávamos perante uma grande torre isolada, com entrada ao nível do 1º andar e dois ou três pisos acima deste, cuja fachada foi objecto de parcial levantamento (Walls, 1987, p. 65) e que apresenta características locais extremamente marcadas, nada indiciando uma origem portuguesa.

Aliás, segundo a “*História dos Imans...*” (Badger, 1871, p. 224), no séc. XVIII foi aí construído “um castelo” (sic), o que torna ainda mais periclitante a pretendida origem portuguesa.

Não será de excluir que as características de panegírico dos “Comentários” (Loureiro, 2008, p. 268) tivessem levado a denominar como “baluarte” uma das torres de vigia que seguramente existiam sobre as escarpas à volta de Rawiyah e que, embora correspondessem à tradição regional, foram amplamente utilizadas pelos portugueses como resulta das preocupações manifestadas a esse respeito na “*História dos Imans...*”.

d) A fortaleza “Mirani”

Não são inteiramente claras nem coincidentes as opiniões quando à identificação das duas principais fortalezas na documentação que se conhece, mas, será provável que a primazia caiba àquela que actualmente é conhecida sob o nome de “Mirani” (1), cuja construção se acha documentada por uma inscrição que sobrepuja a porta principal e que se mantém em bom estado de conservação, nela se lendo: “*Reinando o mui alto e poderoso Filipe primeiro deste nome rei e nosso senhor no oitavo ano de seu reinado na coroa de Portugal mandou por Dom Duarte de Menezes seu vizo rei da India que se fizesse esta fortaleza a qual fez Belchior Calaça, primeiro capitão e fundador. 1588*” (2).

1 - Considerou-se ser totalmente dispensável entrar na polémica a respeito das designações “Mirani” e “Jalali”.*

2 – Existem outras leituras para esta inscrição, mas preferiu-se aquela que resulta da sua directa observação, tendo-se simplificado a respectiva ortografia.



95 - Mascate Forte Mirani - Inscrição sobre a porta principal 1997.

Uma outra inscrição existia na já demolida “couraça” do mar e onde se lia, (Serjeant, 1974, p. 164):

“Fez-me experiência, zelo e verdade para a defesa da cruz que me defende por mandado do mui alto e poderoso rei D. Filipe terceiro deste nome no ano de 1610”.

(3)

Pedro Dias (1999, p. 391), dá-nos conta de obras locais relativamente às quais o rei reagiu, através de cartas de 1597 e 1598, no sentido de que fossem mais ambiciosas e dá-nos também conta de que, em 1633, existiu uma decisão do conselho do Estado da Índia que programava uma substancial alteração, quer para a fortaleza, quer para as fortificações adjacentes, mas, informa igualmente (ob. cit., pág. 392), que as obras planeadas nos finais de 1633 e que, portanto, teriam ido para o terreno algum tempo depois, já se achavam paralisadas em 1637, “por falta de dinheiro”.

Depois da expulsão dos portugueses esta fortaleza frequentemente assumiu um papel preponderante, embora, com o correr dos tempos, recaísse no domínio do

3 – Aqueles que observaram directamente esta inscrição apontam para a existência de uma substancial diferença no aspecto das letras que constam da primeira parte do texto, sendo certo que é de estranhar a designação real com referência ao título espanhol (Filipe III) em vez do título português (Filipe II), tal como correctamente tinha sido adoptado na inscrição mais antiga relativamente ao rei Filipe I de Portugal.

simbólico, sendo patente que sofreu variadas modificações que “esconderam” o núcleo primitivo mas não o fizeram desaparecer, embora seja extremamente difícil definir o seu traçado, na medida em que as construções seguem os acidentes do terreno, crescendo de uma forma “orgânica”, sem vinculação às regras da tratadística em matéria de fortificações, mas adaptando-se tão bem que dificilmente poderia ter sido conquistada.

Temos assim que, nas proximidades da Gharayzah, onde os penhascos se começavam a elevar para passarem a definir um “espinhaço” que acompanhava o lado oeste da baía, existia uma escada protegida por muros abaluartados e, provavelmente, uma porta simples, em cotovelo, que dava acesso à porta principal, que se mantém intacta, incluindo os próprios batentes de madeira e pregaria, a qual se acha encimada pela inscrição primeiramente referida.



96



97



98

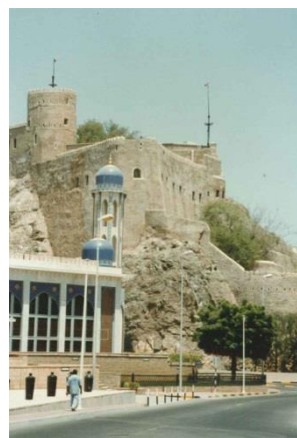
Mirani – a entrada principal. Ag/1997.

De uma forma simples, pode-se dizer que existiu um baluarte no início da escadaria, uma cortina a um nível superior, onde se abre a porta principal a que se segue um espaço “vazio” e uma nova muralha que limita uma esplanada mais elevada a partir

da qual, na direcção de Matara se desenvolve uma verdadeira “couraça”, no sentido mais tradicional do termo, ou seja, um corredor amuralhado que vai terminar numa forte torre que domina toda a envolvente ocidental, não sendo demais realçar que, à frente da sua face exterior, a rocha foi cortada de forma a criar um obstáculo que equivalia ao tradicional fosso.

A esplanada onde se encontrava a capela que já se descreveu situava-se a um elevado nível sobre a baía e, na direcção do mar, surgia um alto muro fechando um espaço que dominava a praia da “Mokalla”. Posteriormente, no interior da baía, foi construído um baluarte, ao nível do mar, denominado de “couraça”, e que ficava ligado à fortaleza por escadas protegidas por muros, o qual foi totalmente destruído quando foi aberta a actual estrada para a Mokalla.

Abstraindo deste baluarte, cuja construção lhes foi posterior, os desenhos das “*Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*” e do “*Lyvro de plantaforma das fortalezas da India*” traduzem muito razoavelmente a realidade que é possível intuir, enquanto que o “*Códice de Vila Viçosa*” e, sobretudo, o “*Livro das plantas de todas as fortalezas*”, demonstram sérias dificuldades em traduzir graficamente a



99 - Mirani – a cortina SW e as muralhas de protecção da entrada. Ag/1997.



100 - Mirani – a “couraça” vista do lado da Mokalla. Ab/2012.



101 - Mirani – a “couraça” do lado da cidade. Ab/2012.

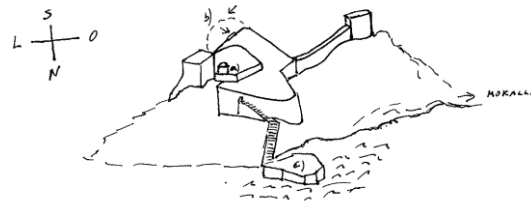
complexidade de uma construção que se desenvolvia acompanhando os cimos de formações rochosas altamente pronunciadas.

Não cabe aqui e agora referir as variadas e díspares versões que foram divulgadas relativamente à perda da fortaleza por parte dos portugueses, mas, a existência dessas “estórias” resulta, seguramente, de um elevado nível defensivo, em tal grau que originou estranhas explicações para o sucesso omanita.

Diga-se por fim que o portal, definido por um arco de volta inteira, apresenta modilhões, na base do arco, no lugar que, nas construções medievais seria ocupado pelos capitéis, os quais se acham decorados com esferóides que remetem para a tradicional arquitectura “manuelina”, apesar da diferença temporal que se verifica relativamente ao seu normal uso.

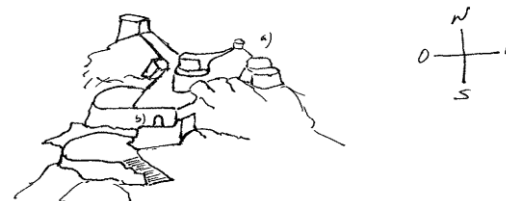


102 - Mascate – a fortaleza Mirani em fotografia de 1967, in, “Old Oman”, pág. 116.



103 - Aproximação à estrutura primitiva da fortaleza Mirani a partir de uma fotografia aérea de 1967. “Vertente Norte”

- a) Capela;
- b) Entrada;
- c) “Couraça do Mar” – construção posterior a 1610, demolida c. 1980.



104 - Redução da imagem da fortaleza Mirani em “Plantas de Praças ...” (1610). Vertente “Sul”.

- a) Capela;
- b) Entrada.



105 - Plantas de Praças das Conquistas de Portugal (1610).



106 - Mirani – a “couraça” e a fortaleza a partir da cidade. Ab/2012.

e) A fortaleza “Jalali”

A este respeito detectaram-se várias opiniões que apontam no sentido desta fortaleza ser anterior à “Mirani”, mas, nos desenhos mais antigos (1610 e 1612) não figura qualquer construção no sítio onde foi edificada a fortaleza, sucedendo ainda que, nos outros desenhos, apenas se observa uma estrutura muito simples.

Figuroa, na sua visita de 1617 também não faz referência a esta fortaleza, a qual, segundo os planos de 1633, corresponderia ao “forte padrao do boqueirão” que deveria suplantar a “Mirani” em importância, embora nada indique que esses planos tivessem sido concretizados.

É certo que, hoje em dia, esta fortaleza apresenta um imponente aspecto, mas é inquestionável que tal resulta de várias adições de origem local, nada se tendo observado que leve a concluir que, originariamente, tenha sido mais do que uma fortificação vocacionada para o tiro de artilharia tendo em vista ataques marítimos. Aliás, a sua situação colocava-a à margem de ataques terrestres e, por isso, é lógico que se traduzisse em meras baterias para canhões, ao invés das características que, por vezes, lhe são atribuídas.

8 - MATARA

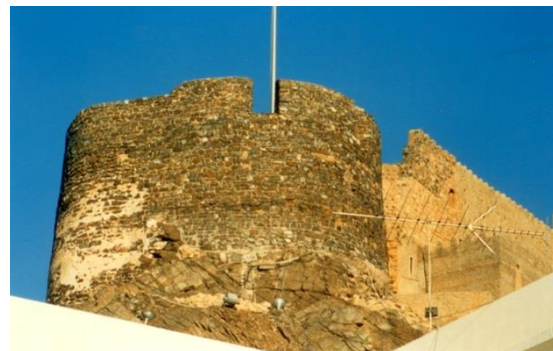
Hoje em dia, Mutrah, situada a 23° 38'N – 58° 30'E, substituiu totalmente Mascate como cidade portuária, e acha-se ligada à velha cidade por uma estrada construída através da conquista de terrenos ao mar, mas, até há pouco, a curtíssima distância não impedia que fosse praticamente total a separação entre as duas povoações.

Nas representações de Mascate do “*Livro das plantas de todas as fortalezas*” e do “*Códice de Vila Viçosa*” está incluída uma vista de Matara, na qual surgem dois torreões, ligados entre si, situados nas escarpas que fecham a baía a leste, ou seja, do lado de Mascate.



107 - Códice de Vila Viçosa - Matara

Exactamente no mesmo local que corresponde ao que se acha desenhado ainda existem duas construções abaluartadas, que acompanham o declive da encosta e que superiormente são completadas por uma fortaleza.



108 - Matara – os baluartes portugueses. Ag/97.

São claras as diferenças entre as técnicas construtivas e concepção destes dois “baluartes” e a demais fortificação, o que não deixa margem para dúvidas quanto à origem portuguesa dos mesmos.

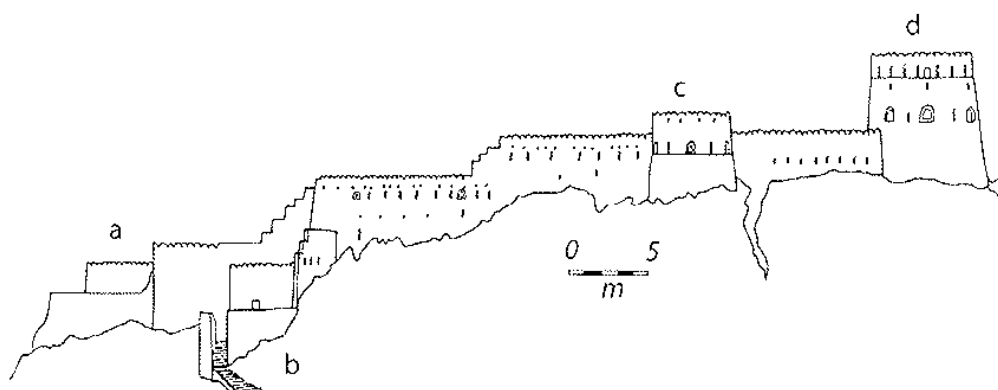
Num dos casos, observa-se alvenaria de “pedra e cal”, dotada de pedra aparelhada, o que é até raro na zona, enquanto que, na parte superior, predomina a construção “em terra” e em altura, dotada de vários tipos de aberturas, ao invés do que sucede na parte inferior, onde as aberturas são



109 - Matara – a fortaleza onde se inserem os baluartes. Ab/2012.

apenas as destinadas à instalação da artilharia e a altura da construção é a aconselhável para o bom uso do “fogo pesado”.

As radicais diferenças entre as duas partes desta fortaleza, a qual, na sua zona mais baixa coincide com a imagem que foi desenhada, não deixam dúvidas quanto à origem portuguesa destes “baluartes” e embora seja admissível a hipótese de que outros aspectos possam pertencer à fortificação inicial, de imediato, há que atender à segurança interpretativa que é possível.



110

The Portuguese constructed watchtowers overlooking the harbour of Muttrah in Oman following their defeat at Hormuz in 1622, and these fortifications were subsequently strengthened by both the Portuguese and the Omanis. (a) North-western tower, probably Omani; (b) entrance through circuit wall, probably Omani; (c) Portuguese south-western tower; (d) Portuguese south-eastern tower. (After E. D’Errico)

Levantamento da face ocidental da fortaleza, in Nicolle, 2012.

Existe uma troca na legenda e nada indica que a segunda torre possa ter origem portuguesa.

Nos desenhos que vimos a comentar, existe uma representação autónoma, onde, sob a designação de Matara, surge uma fortaleza quadrangular, de traçado regular e dotada de bastiões poligonais em cada um dos seus quatro ângulos.

As representações do “*Livro de plantaforma das fortalezas da Índia*” e do “*Livro das plantas de todas as fortalezas*” devem ser liminarmente rejeitadas, na medida em que situam essa fortaleza no cimo de uma colina que não existe, sendo

103

totalmente impossível colocar uma construção deste tipo nos agudos picos rochosos que rodeiam Matara.

Porém, no desenho do “*Códice de Vila Viçosa*”, a fortaleza está situada numa zona plana à beira-mar e, nesse caso, já seria topograficamente possível a sua construção e tal levou a que fosse atribuída aos portugueses (Peterson, 2007, p. 10), embora de forma dubitativa, a origem de uma estrutura fortificada quadrangular, situada à beira-mar, numa zona densamente povoada da cidade e designada como Lawatiyah.

É certo que esta área estava circundada por uma muralha dotada de torres redondas nos seus quatro ângulos, como se observa em fotografias antigas, mas tal não significa que possa corresponder a uma fortaleza de tipo europeu.



111 - Códice de Vila Viçosa

Em primeiro lugar, e perante o provável uso da artilharia, não faria qualquer sentido instalar uma fortificação em campo aberto, no sopé de montanhas que a rodeariam quase por completo, não sendo demais recordar as características preocupações da época relativamente a qualquer elevação, por limitada que fosse, que pudesse ser “padrasto”* das fortalezas, sendo patente que quem dominasse as elevações dominaria a suposta fortificação.



112 - Matara – Torres nos arredores, Ab/2012.

Por outro lado, a extensão e o tipo de construção que existiam em Lawatiyah nada tinham a ver com a fortaleza que é representada nas “plantas”, sendo evidente que se está perante uma típica fortificação tradicional, destinada a demarcar um bairro de comerciantes, nas imediações dos



113 - Matara – Torres nos arredores, Ab/2012.

socos* dos doces e do algodão, tal como é referido na descrição dos combates inter-tribais verificados por volta de 1799 e em 1804, constante da “*História dos Imans...*”. (Badger, 1871, p. 267).

Este tipo de estruturas amuralhadas locais não tinha apenas funções militares, mas também de demarcação social e fiscais, dado que todas as mercadorias que entravam nas povoações eram taxadas e além disso, os permanentes conflitos locais exigiam que os “bairros” fossem dotados de construções defensivas, o que explica a inumerável quantidade de estruturas fortificadas que esteve em uso até ao séc. XX.

Sublinhe-se ainda que, a “*História dos Imans...*”, refere expressamente o uso pelos portugueses de “postos fortificados” à volta de Matara e que defendiam o acesso a Mascate (Badger, 1871, p. 69), o que corresponde às “torres de vigia” que, sob variadas formas, ainda são visíveis, não sendo feita nessa obra qualquer menção à entrega de uma fortaleza que, seguramente, seria focada nos acordos de paz, se tivesse existido.



114 - Matara – entrada da baía, vendo-se as torres características nos picos circundantes. Ab/2012.

9 - QUELBA

À primeira vista, a construção existente em Quelba, 25° 04'N – 56° 21'E, não tem semelhança com qualquer outra fortaleza, quer se tomem como modelo as obras regionais, quer se levem em consideração os desenhos portugueses.



115 - Quelba – vista da fortaleza. Ag/1997.

No essencial, estamos perante uma pequena fortificação, tendencialmente quadrada, com cerca de 15x13 metros de lado, totalmente maciça até ao nível dos parapeitos, apresentando paredes ligeiramente inclinadas em direcção à base e formando um tronco de pirâmide, revestido a pedra, com blocos regulares e alisados na face externa, que são ligados por abundante argamassa à base de gesso.

Num dos ângulos, cortando um dos vértices, existe uma torre redonda, dotada de contrafortes e, no interior, eleva-se uma outra torre, de razoáveis dimensões relativamente ao conjunto, que se acha assente sobre o terraço.



116 - Quelba – a torre central e a construção anexa. Dez/2012.

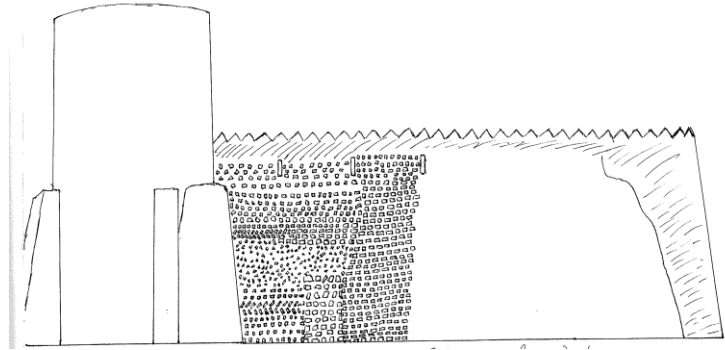
É bem visível que toda esta edificação foi objecto de operações de restauro, estando actualmente em curso uma nova intervenção que, à data da última observação (Dezembro/2012), tinha retirado todo o revestimento das torres e procedido à limpeza das juntas no exterior das muralhas.



117 - Quelba – a esquina da face ocidental. Dez/2012.

Apesar da aparente homogeneidade da construção, é possível detectar vários tipos de intervenção e, desde logo, é patente que, enquanto nas torres foi utilizado calcário de origem coralífera, onde são frequentes os fragmentos de recente formação, usualmente designados por "coral morto", nas muralhas predominam grandes calhaus rolados, de forma regular e aos quais foi alisada a face exterior. Por sua vez, um anexo à torre maior foi construído com pedras de menor dimensão e colocadas "em espinha" e os contrafortes justapostos à torre redonda apresentam um aparelho em seixo que leva a concluir que pertencerão a uma fase posterior à construção dessa torre.

Na superfície das muralhas surgem algumas diferenças, sobretudo na face leste, virada à praia, cuja esquina sul se acha cortada pela torre redonda a que já se fez referência, à qual encosta um contraforte redondo, dotado de aparelho irregular e argamassa à base de barro, ao invés do uso de gesso que é predominante em toda a construção.



Quelba – parcial imagem da fachada leste.

Quelba – fachada oeste pormenor do aparelho – Dez/2012.

118

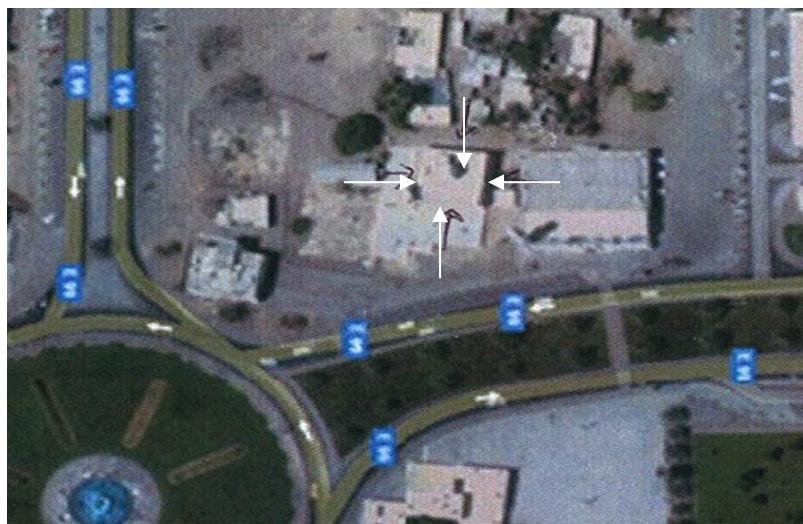
Na cortina desta face as fiadas superiores e a esquina do lado oposto a esta torre são visivelmente produto de um restauro mais recente, que poderá também englobar o nível das seteiras, mas a homogeneidade do corpo central é claramente cortada por vários "remendos" situados no trecho que se segue à dita torre. A existência de uma ou várias lacunas que foram preenchidas em diferentes fases, ou, pelo menos, com diferentes materiais, é bem patente, realçando-se zonas em que os blocos de pedra, de pequenas dimensões e forma irregular, se acham desordenadamente colocados, com fiadas em "espinha de peixe" ou utilizando coral.



119 - Quelba – a face ocidental. Dez/2012.

108

A Oeste, a face oposta, apresenta igualmente um restauro mais recente, que abrange a parte cimeira e as esquinas, as quais, obviamente, constituem as zonas mais facilmente atingíveis pela degradação, e, no corpo central, são detectáveis três níveis, sendo um deles, a partir da base, constituído por cinco a oito camadas de pedra regular mas de pequenas dimensões, a que seguem quatro camadas em "espinha de peixe", duas camadas regulares e por fim uma camada francamente dominante, formada por blocos regulares, de dimensões bem superiores aos demais.



120 - Quelba segundo o Google Earth – a fortaleza resume-se ao pequeno edifício que é assinalado pelas setas.

As faces N. e S. apresentam maior homogeneidade, embora mantenham uma diferenciação na zona superior e, apesar de pequenas diferenças, o aparelho apresenta-se como traduzindo um prolongamento daquele que foi (modernamente?...) utilizado nas esquinas, sendo de supor que nestas faces terá existido uma maior intervenção.

Apesar disso, na fase Sul, a extremidade que encosta à torre redonda apresenta uma faixa de grande perturbação construtiva que está parcialmente tapada pela escada que dá acesso à entrada superior.

As diferenças que se descreveram constituem uma garantia de que não nos encontramos perante uma mera reconstrução fantasiosa, como acontece noutros locais, pois não se compreenderia a razão de ser para uma tão grande variedade construtiva se a obra tivesse sido realizada "*ex novo*".

Numa outra vertente, é legítimo concluir que, na esquina Sul da face virada ao mar, existiria algum tipo de vazio, que terá sido preenchido pela torre redonda e pelo entaipamento que é revelado pelas diversas camadas que se encontram nas suas

proximidades, sendo provável que a construção actualmente visível estivesse incluída ou se destinasse a ser incluída numa obra mais vasta.

Na verdade, na face oriental, nota-se uma zona bem marcada, definindo um rectângulo com cerca de 1,5 m de alto por 1 metro de largura, que bem poderia corresponder ao arranque de um muro que aí se encostasse, e, por sua vez, na face Sul, a zona equivalente, ou seja, a que fica adjacente ao outro lado da torre redonda, apresenta igualmente uma perturbação construtiva, sendo de admitir a hipótese de que, a partir de cada um dos lados do vértice que, posteriormente, terá sido "fechado" pela aludida torre, se desenvolvesse um muro com oposta orientação.

Ora, sucede que o espaço delimitado pelas actuais muralhas é praticamente igual, em desenho e dimensões, aos baluartes do forte de Caçapo e, de qualquer forma, sempre seria semelhante ao baluarte de uma fortaleza europeia dessa época.



121 - Quelba – escavações em frente da fortaleza. Ag/1997.

Seria tentador considerar que em Quelba pudesse ter existido uma fortificação portuguesa de que só restasse um baluarte sujeito a adaptações locais, mas sucede que escavações arqueológicas recentemente realizadas junto à sua face Sul não revelaram qualquer indício nesse sentido e, além disso, escavações efectuadas em 1997, a algumas dezenas de metros da face Leste, também não revelaram traços de muralhas, sendo óbvio que se trata de estruturas cujos vestígios se revestiriam de fácil detectabilidade e, portanto, é altamente improvável a existência de qualquer construção para além do proposto "baluarte" que corresponde à estrutura actualmente visível.



122 - Quelba – escavações junto à face sul. Dez/2012.

Aliás, a cuidadosa descrição da viagem de 1666 do navio Meerkart, onde, como já se disse, foram detectadas as ruínas do forte de Corfacão, nada indica quanto a Quelba, o que constitui um argumento adicional a favor da inexistência da fortaleza.

Resta pois considerar a possibilidade do edifício de Quelba corresponder apenas a um baluarte que tivesse sido planeado para uma fortificação cuja construção não tivesse obtido continuidade, hipótese que, historicamente, é bastante plausível, atendendo ao fraco período de permanência na zona por parte dos portugueses.

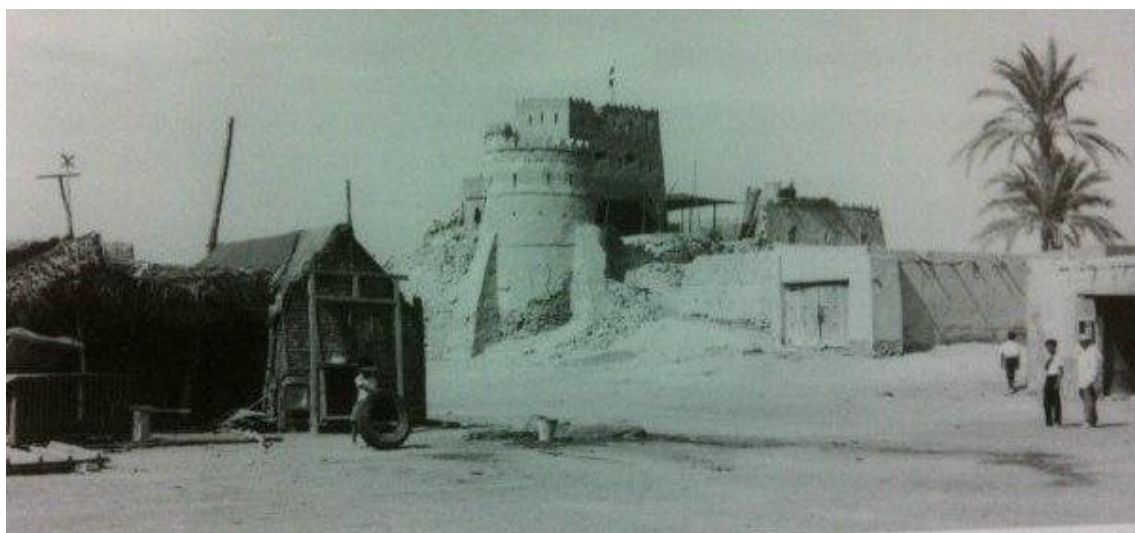
É certo que não se pode considerar usual o iniciar de uma fortaleza pela construção dos baluartes, mas, à data da expulsão dos portugueses, as restantes obras poderiam encontrar-se numa fase bastante atrasada que facilitasse o seu desaparecimento e também é necessário levar em consideração que se desconhece qual teria sido a contribuição posterior, sendo incontornável que as torres que hoje se observam não se integram na obra inicial.

A proposta de interpretação que agora se formula permite explicar o irrealismo do desenho, que, aliás, não se coaduna com as referências escritas, que apenas aludem a uma fortaleza local que teria sido objecto de conquista pelos portugueses, mas, na hipótese que agora se coloca, seria natural que fosse enviada para o reino a imagem de

uma construção que se achava ainda em início de execução, como se supõe que terá sucedido.



123



124

A fortaleza em imagens de data desconhecida mas provavelmente na década de setenta ou oitenta do século passado, aparentemente em fase de restauro. Fotografias cedidas pelo Prof. Rui Carita.

112

De notar que eram maiores as dimensões da torre interior e de que seria superior a altura do muro acima das seteiras.

Por estranho que seja, a torre redonda também aparenta uma dimensão superior à actual.

A zona da muralha que especialmente abordámos acha-se encoberta por entulho.



125 - Espessamento na torre redonda sem sequência em altura, que talvez corresponda à imagem que consta nas fotografias antigas.

De notar trecho em “espinha de peixe”. Dez/2012.



126 - Nesta imagem é evidente a redução sofrida pela torre interior.

A plataforma actual esconde a parte inferior dos contrafortes e da torre redonda. Dez/2012.

10 - SIBO E BORCA

Estes locais situam-se, respectivamente em 23° 40'N – 58° 12'E e 23° 46'N – 57° 46'E.

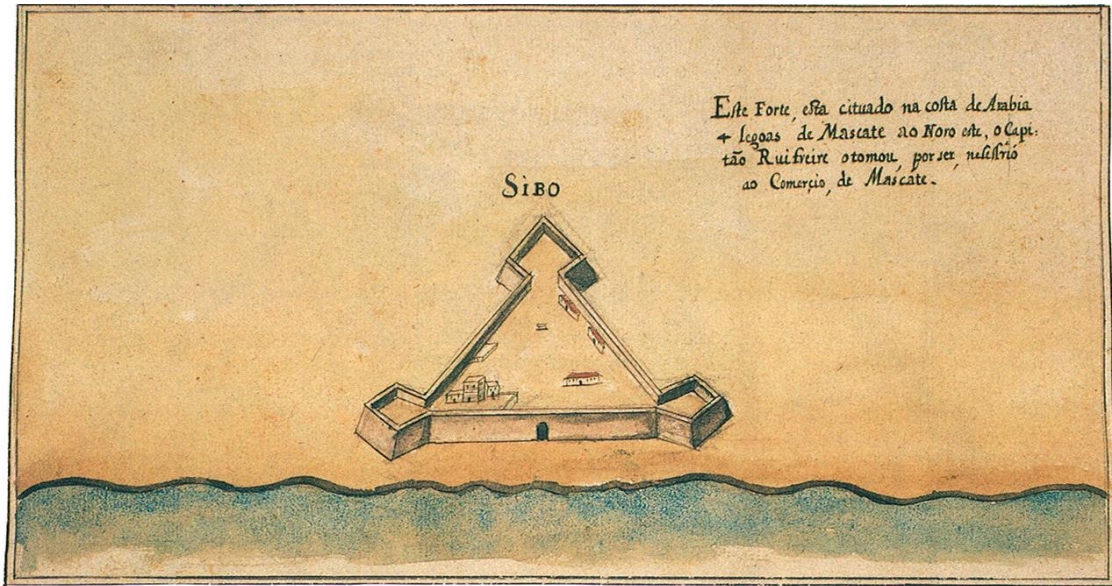
Em ambos os casos segundo as palavras de Bocarro, ou, apenas relativamente a Sibó, segundo o “Códice de Vila Viçosa” aí existiria um tipo de fortificação, *“já antigo, feito pelos arábios”* (Garcia, 2009, p. 77).

Porém, os desenhos mostram-nos fortalezas triangulares, baixas e dotadas de baluartes, que não correspondem às tradições construtivas locais, nada de semelhante tendo sido observado, quer no que respeita ao período anterior à chegada dos portugueses, quer no que toca às fortificações mais modernas, sendo altamente improváveis aquelas que foram desenhadas.

Na zona de Sibó não se detectou a existência de qualquer fortificação e em Borca a fortaleza foi construída no séc. XVIII, segundo a *“História dos Imans e Seyyids...”*, (Badger, 1871, p. 134) estando dotada de características em que se privilegia o aspecto habitacional e onde nada pode ser assinalado que, de alguma forma, por mínima que seja, se associe à presença portuguesa.

As inúmeras referências na história do Omã ao papel de Borca, tornam forçosa a conclusão de que outra, ou outras fortalezas, teriam existido anteriormente, mas, de momento, é impossível adiantar qualquer informação a este respeito.

Não será de todo em todo desassisado sublinhar que o panegírico de Rui Freire de Andrade não faz menção a Sibó ou a Borca, ao contrário do que seria lógico no caso do “Grande Capitão” ter dedicado a sua atenção a estes dois locais, e, perante todo este panorama, apenas resta rodear dos maiores cuidados as afirmações e representações que constam dos *“livros das fortalezas”*.



127 - Códice Vila Viçosa

11 - SOAR

Apesar de dispormos de referências históricas e de trabalhos arqueológicos, não é fácil definir quais fossem as fortalezas que existiam em Soar ao tempo dos portugueses.

Segundo Monik Kervran, no séc. XIV, sob a dominação de Ormuz, foi construída uma fortaleza sobre “*os restos das ricas moradas do quarteirão sul da cidade, com tijolo reutilizado destas casas*” (Kervran, 1987, p. 17), o que significa que grande parte da cidade terá ficado de fora das suas muralhas.

No início do séc. XVI mantinha-se uma fortificação da qual D. Manuel I disse ser tão forte, com tantas torres e tecnicamente tão bem construídas como o poderia ser uma das melhores fortalezas destes reinos (Aubin, 2000, p. 325), mas, considera-se que nenhuma credibilidade pode ser atribuída a este triunfal discurso do rei, referindo ainda J. Aubin, que, nessa data, se trataria de uma fortaleza, flanqueada por oito torres, onde podiam abrigar-se milhares de pessoas , num patente exagero face às condições locais.

No século seguinte irão surgir novas visões relativamente a Soar, e, nalguns casos, merecedoras de maior credibilidade, porque têm a ver com concretos aspectos da realidade.

É este o caso das referências constantes dos “*Comentários*” de Rui Freire de Andrade, que, no quadro dos combates para a “*reconquista*” de Soar, se reportam a uma fortaleza que não abrangia a cidade e que estava dotada de seis “*baluartes*” (ob. cit p. 241) sofrendo o espaço interior de seguras limitações, dado que os defensores da cidade se viram obrigados a estabelecer trincheiras no exterior da fortaleza.

Seguidamente, Bocarro, referindo-se não às fortificações locais, mas a uma suposta fortaleza portuguesa, a qual, desde já se diga, para que existisse só poderia ter um espaço temporal de construção excessivamente curto, afirma que se trata de um quadrado perfeito, com quatro baluartes nos quatro cantos, apresentando dimensões correspondentes a setenta passos em cada cortina, acrescidas de dez passos para cada um dos baluartes. Por sua vez, um outro texto, atribuído a Pedro Barreto Resende por José Manuel Garcia (Garcia, 2011, p. 78) afirma que a fortaleza tem “*sessenta passos em quadro*” e a sua forma, “*é como se vê*”, ou seja, conforme o desenho, apesar de no

mesmo figurarem duas fortalezas concêntricas, não se percebendo a qual se pretenderia referir.

Após a expulsão dos portugueses, Soar esteve no centro, quer da ocupação persa, quer das lutas tribunais internas, o que implica forçosamente que as suas estruturas tenham sido modificadas.

É assim que deve ser entendida a opinião de Miles, surgida na segunda metade do séc. XIX, dando conta que observou uma muralha, sem bastiões, que cercava a cidade e dispunha de uma milha de circunferência, a qual atribui aos portugueses e, no seu interior, “*uma boa fortaleza*” onde se insere um “*alto edificio quadrado*”.

Neste aspecto, é de excluir imediatamente a origem portuguesa da muralha que observou, cujas dimensões seriam absurdas para a época que analisamos, mas além disso, não será irrelevante notar-se que não foi apontada “*origem portuguesa*” para a própria fortaleza, que inquestionavelmente tem a ver com a nossa presença, embora tal não signifique que se trate de uma construção nacional.

Adicione-se às anteriores considerações a informação, segundo Pedro Dias (Dias, 1999, p. 395), de que, em 5/3/1620, Filipe III de Espanha ordenou a construção em Soar de um “*castelo roqueiro*”, a qual teria sido iniciada pelo capitão João de Sousa Pinel e cujas obras, segundo a informação oficial, estariam em franco desenvolvimento em Fevereiro de 1621.

No entanto, Rui Freire de Andrade, em 1623 vai “conquistar” Soar, sem que se saiba quando terá sido perdida pelos portugueses, e, por outro lado, afirma que o dito João de Sousa Pinel tinha antes construído na cidade um “*bazar*” (“*Comentários*”, p. 241), ou seja, uma obra que não corresponde exactamente à imagem “*heróica*” e “*guerreira*” dos portugueses, mas que, para além de desenvolver o comércio, facilitaria seguramente a arrecadação de rendas para a coroa, sem que se faça qualquer referência a uma anterior construção fortificada de iniciativa portuguesa.

Face a este conjunto de tão díspares opiniões, cabe fazer apelo àquilo que se observou no terreno.

Temos assim um recinto amuralhado tendencialmente rectangular, dotado de cinco torres redondas, de cariz tradicional e de um “*baluarte*”, situado no ângulo SE, de menos altura e formas rectas. A entrada situa-se numa das faces deste “*baluarte*” e desenvolve-se através de uma passagem coberta e em “*cotovelo*” que vai desembocar

num espaço interior onde se observam algumas estruturas pouco significativas, bem como a grande torre que era sistematicamente referida nos documentos da época, notando-se também os vestígios de construções da época sassânida que tinham sido escavados por Monik Kervran.

Segundo Kohl de Carvalho (Carvalho, 2010, p. 175) as dimensões do recinto seriam de 75m para a face Leste, 80m para a face Oeste e 135m e 132m para a Norte e Sul. No local não foi possível obter medidas totalmente fiáveis, devido



128, 129 – Soar – vista da cortina. Ag/1997.

à interposição das torres nos vértices e a meio das cortinas, mas encontrou-se 70m a Leste; 84m a Oeste; 120m a Norte e 105 a Sul, não divergindo substancialmente das anteriormente indicadas.

Não se conseguiu detectar uma equivalência segura para o valor da medida dos “passos” que foi indicada por Bocarro e Barreto Resende mas é inultrapassável que cada “passo” deveria exceder um metro.

Ora, mesmo que se adopte este último número, tal significaria que a “*fortaleza interior*” que figura nos desenhos, na versão de Bocarro, ultrapassaria significativamente os noventa metros em cada face.

Porém, e como antes se constatou, dois dos lados do recinto exterior nem sequer atingem esse número e, por isso, imaginar a existência de duas fortalezas, que se rodeiam uma à outra, corresponde a pretender “*meter o Rossio na Betesga*”.

Há ainda a considerar que segundo resultou dos trabalhos de Monik Kervran (informação oral) os portugueses reduziram o perímetro da anterior muralha, efectuando um “*atalho*”*, que constituía um expediente sistematicamente utilizado nas praças do Norte de África, e, subsequentemente, reconstruíram o muro num ponto mais recuado, sendo admissível que tal corresponda às obras que são apontadas para 1621, as quais,

como já se disse, não são levadas em consideração por Rui Freire de Andrade, quando, dois anos depois, ataca a fortaleza.

Observando os desenhos e cotejando-os com a situação no local, salta à vista que o muro está praticamente encostado à torre dominante e replica a muralha que foi desenhada num ponto mais avançado para lá do outeiro onde figura uma igreja e que pode, eventualmente, corresponder à elevação onde, actualmente, se encontra uma pequena mesquita, e neste caso, temos uma imagem que dá clara tradução à posição de Monik Kervran, sendo este muro aquele que foi objecto do “atalho”.

Se aceitarmos este recuo, concluiremos que o recinto exterior que foi desenhado é substancialmente semelhante àquele que se observa hoje em dia com a única excepção da construção do baluarte SO, que não apresenta forma poligonal, mas sim uma torre redonda.

Se abstrairmos da existência do citado “atalho” e levarmos em consideração o recinto exterior tal como figura nos desenhos, o mesmo fica dotado de mais 25% de extensão na direcção Norte aproximando-se de um recinto tendencialmente quadrado, com cerca de 130 metros em cada um dos seus lados, o que torna viável a hipótese de que nos encontramos perante um valor aproximado às medidas que foram indicadas por Bocarro, as quais, nesse caso, não se reportavam à suposta fortaleza interior mas sim às muralhas que, nos desenhos, aparecem a circundá-la.

Já se disse que o escasso período temporal que se verificou após a “conquista” de Rui Freire de Andrade dificilmente tornaria viável a construção de uma nova fortaleza, construção essa que nem sequer teria aproveitado os materiais da já existente, visto que esta se mantém, e, por outro lado, é altamente improvável que se dispusesse de espaço no interior do primeiro recinto para que aí fosse construída uma nova fortaleza. Sobretudo, não se conseguiria perceber qual seria a sua função, pois apenas poderia fazer fogo dirigido para o espaço delimitado pelos muros mais altos que estavam colocados a uma curtíssima distância à sua roda e, embora não sendo decisivo, recorde-se ainda que nenhuns vestígios foram encontrados por Monik Kervran no interior do recinto amuralhado que escavou aos quais fosse possível atribuir origem portuguesa, o que uma vez mais vem confirmar que não se encontra lugar para a dita fortaleza.

As anteriores constatações implicam forçosamente uma conclusão deveras original, dado que apontam para que as descrições escritas e as representações gráficas se reportem a uma construção realmente existente, mas que referenciam como sendo uma outra fortaleza que nunca poderia ter existido.

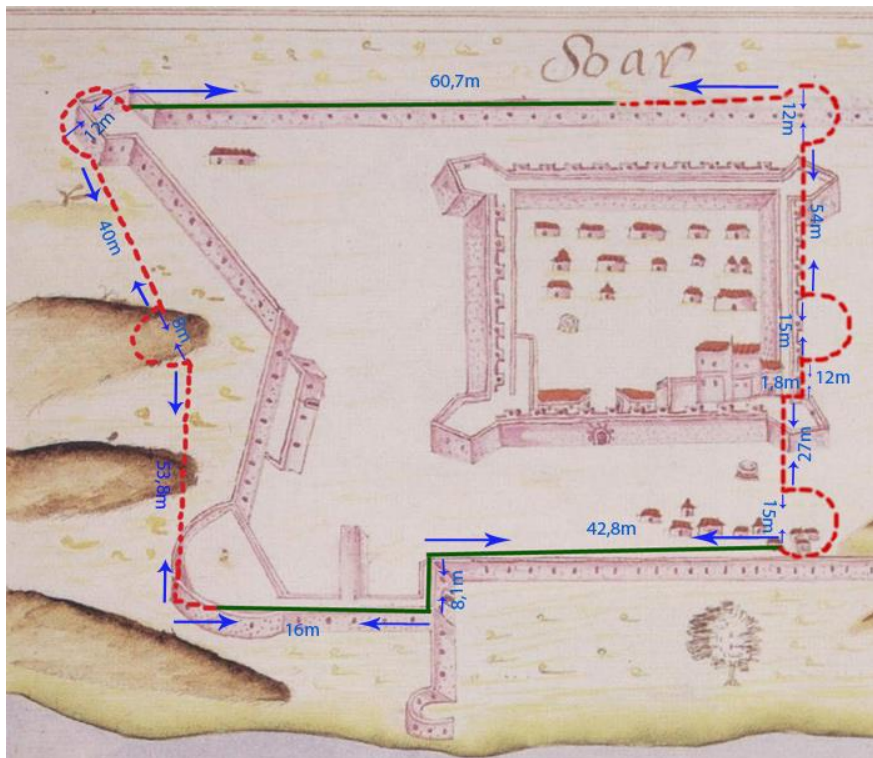
Saliente-se por fim que as características desta fortificação a distinguem claramente dos normais edifícios da região, pois, para além do abundante uso da cal, a sua construção está baseada em tijolos bem cozidos, desconhecendo-se qualquer outro exemplo semelhante no Omã. Estes tijolos são claramente idênticos àqueles que se observam nas ruínas sassânidas e, por isso, poder-se-ia pensar que as muralhas teriam a mesma origem, mas, tal como referiu Monik Kervran no trecho inicialmente transcrito, a fortaleza foi construída com base



130 - Soar – muro interior observando-se a construção em tijolo. Dez/2011.

em edifícios anteriores que foram então demolidos e que forneceram a matéria-prima para a nova construção. Aliás, esse tipo de reutilização estava tão arreigado que, no último quartel do séc. XIX, foi constatado que, nas proximidades de Soar, “*estão as ruínas de uma antiga cidade, conhecida como Olab, onde os habitantes faziam escavações para obter tijolo para construir casas*” (Miles, 1904, p. 456).

De tudo o que se observou torna-se possível concluir pela inexistência em Soar de qualquer fortaleza construída de raiz pelos portugueses, ao invés do que foi então divulgado, mas, apesar disso, os desenhos que foram realizados a respeito deste local são razoavelmente realistas no que toca à representação da fortaleza pré-existente e que foi utilizada pelos portugueses durante um curto período.



131

Soar – sobreposição dos dados recolhidos no local ao desenho do “Livro de plantaforma...”

c) O ESPÓLIO

É praticamente inexistente o espólio observável nesta zona, embora tal possa derivar da ausência de escavações arqueológicas ou da falta de conteúdos museológicos que estivessem acessíveis.

Apesar dessa lacuna, será proveitosa uma breve referência a situações que, em abstracto, poderiam ser equiparáveis e, nesse sentido, tomando como guia a cerâmica, cabe recordar que nas escavações do Forte de Jesus em Mombaça, James Kirkman (KIRKMAN, 1974) indica detalhadamente a significativa presença de:

- peças de engobe vermelho de cor intensa e brilhante, para as quais se utiliza por vezes a denominação de “terra sigillata portuguesa” e que correspondem aos bem conhecidos “pucarinhos de Extremoz”;

- peças de barro vermelho decoradas com “pedrinhas” de quartzo;

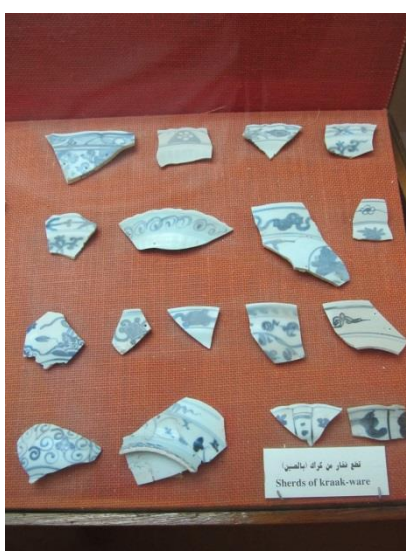
- peças de pasta vermelha ou vermelho claro, vidradas no interior que correspondem à designação de “anforetas”, ou, se se preferir, “olive jars”;

- peças de grandes dimensões, em pasta vermelha, usualmente designadas como “talhas”;

- peças de faiança vidrada, com predomínio das cores azul e branca, correntemente designadas como “faiança portuguesa do séc. XVII”.



132 - Cerâmicas provenientes de Julfar, Museu de Ras-al-Khaima, Dez/2011.



133, 134 - Cerâmicas provenientes de Julfar, Museu de Ras-al-Khaima, Dez/2011.

Embora o horizonte temporal da presença portuguesa no Forte de Jesus se estenda por mais meio século relativamente ao que sucedeu na zona que examinamos, é bem patente que estavam aí presentes todos os tipos da cerâmica fabricada em Portugal desde os finais do século anterior, a qual, por enquanto, prima por total ausência de vestígios nas costas da Arábia.

Numa área próxima, quer no Museu de Sítio que engloba a fortaleza portuguesa do Barém, quer nas observações de superfície em Ormuz, também não se detectou qualquer traço da cerâmica portuguesa, embora, nestes casos, seja possível encontrar uma explicação para tal, atendendo a que o Barém foi “perdido” em 1602 e Ormuz em 1622 e a fase de uso corrente e expansão daquela cerâmica, pelo menos no que diz respeito à faiança, verificou-se posteriormente.

Mas, a nível de espólios poderão existir outros indicadores, dotados de fácil acessibilidade, como é o caso das porcelanas chinesas, não só as exibidas no Museu de Sítio do Barém, mas também aquelas cujos fragmentos são facilmente detectáveis à superfície, nas fortalezas do Barém e de Ormuz ou no campo funerário islâmico de Lardemira, igualmente em Ormuz.

Como será por demais evidente, as observações de superfície, regra geral, relevam da espontaneidade e, portanto, do acaso, excepto quando é possível, através dos meios adequados, a prática dos métodos da “field walking” da “escola britânica”.

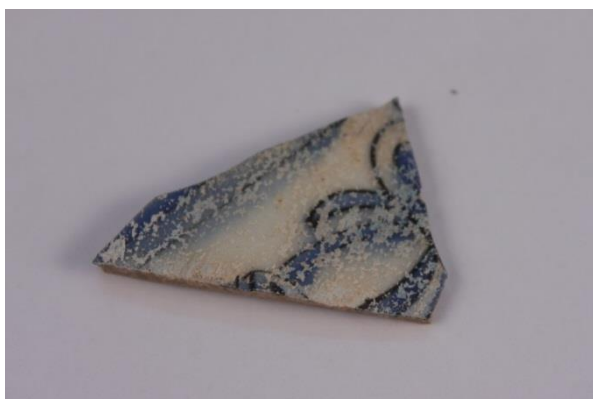
Apesar das sérias reservas com que deva ser considerada a mera e ocasional observação que foi efectuada, sucede que, na área em análise, se verificou uma radical diferença entre o campo arqueológico de Julfar e os demais sítios. Com efeito, no primeiro caso, são muito abundantes à superfície os fragmentos de porcelana chinesa azul e branca, a qual está também exposta no Museu de Ras-al-Khaima com peças mais completas, embora sejam escassos os fragmentos de porcelana do tipo destinado à exportação que é usualmente denominado de “Kraak” e que foi largamente fabricado com esse objectivo dos finais do séc. XVI aos meados do séc. XVII. Não é fácil para um não especialista a classificação da “porcelana azul e branca”, cujo fabrico perdurou durante séculos, mas é irreprimível a tentação para considerar que os fragmentos visíveis em Julfar poderão geralmente enquadrar-se no séc. XVI, o que forneceria um interessante indicativo quanto à época de prosperidade desta cidade.

De qualquer forma, a abundância em Julfar contrasta com a absoluta ausência no resto do território que se pretendeu analisar e embora se possa pôr em causa a licitude de conclusões definitivas sem que existam trabalhos arqueológicos, a visão de superfície é tão radicalmente diferente face aos exemplos do Barém, Ormuz ou Julfar que se torna impossível afastar a noção de que, em qualquer caso, nos encontramos perante situações marcadamente diferentes.

De igual forma e relativamente às escavações em Libédia, Ziokolwski apenas releva o achado de cerâmicas locais do tipo utilitário (Ziokolwski, p. 21). Como já antes se afirmou, não se consideraria expectável a presença de vestígios de faiança portuguesa, mas, por outro lado, não pode ficar esquecido que os locais de presença portuguesa no Golfo e a generalidade das fortificações no Oriente apresentam, abundantes fragmentos de porcelana chinesa, o que não sucede neste caso.

Será por demais óbvio que não pode deixar de se considerar aconselhável o aguardar pela anunciada abertura de novos museus, mas, de momento, nada foi detectado quanto a produtos de prestígio ou dotados de um mínimo de sofisticação e cuidados técnicos ou preocupações decorativas que pudessem ser associadas à presença portuguesa.

Ainda retomando o exemplo do Forte de Jesus, era aí muito abundante a cerâmica de uso corrente com origem local e, a esse nível, devemos supor que seria idêntica a situação na costa arábica, ou seja, que os portugueses fariam total uso dos recursos que encontravam localmente, mas fica em aberto a interrogação quanto a outros produtos que, por agora, primam pela total ausência.



135

a)



b)

IV

CONCLUSÕES

1 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA DE MEADOS DO SÉC. XVI A MEADOS DO SÉC. XVII

Embora de forma sucinta torna-se aconselhável uma breve incursão pela “arte” de fortificar em voga na Europa, como contributo para uma melhor compreensão do papel dos portugueses na área que foi objecto de análise

Regra geral, aponta-se a fortaleza de Mazagão como constituindo a primeira fortificação portuguesa a obedecer às novas necessidades derivadas do uso predominante dos projecteis da artilharia, mas, sensivelmente à data do início das suas obras (1541), surgem igualmente os planos de Miguel de Arruda e Benedetto de Ravena para Ceuta e, após 1546, D. João de Castro, além de reconstruir a fortaleza de Diu que tinha sido praticamente arrasada durante o cerco anterior, inicia também novas construções, num plano paralelo com as pré-existentes e que estavam expressamente destinadas para seguirem o modelo de Ceuta, obras essas que, aliás, vão ser executadas por Francisco Pires que antes trabalhara nas fortificações da cidade marroquina, embora, no caso de Diu, tenham sofrido uma séria paralisação, por falta de financiamento, não sendo claro o que tenha sido efectivamente construído ainda no tempo de D. João de Castro.

Entretanto, por volta de 1558, avança a construção da fortaleza de S. Sebastião, na Ilha de Moçambique e, pouco depois, Inofre de Carvalho constrói a fortaleza do Barém e trabalha na de Ormuz, que poderá não ter terminado, pese embora o carácter eminentemente subjectivo desta última afirmação.

Pelas mesmas datas, surge a fortaleza de S. Brás em Ponta Delgada ou constrói-se a muralha de Baçaim e antes do final do século, erguem-se os Fortes de Mombaça ou da Cidade Velha de Santiago em Cabo Verde, relacionando-se, também, por exemplo, a construção das fortalezas S. Tiago da Barra em Viana do Castelo; S. Filipe em Setúbal; S. João Baptista em Angra do Heroísmo; a Fortaleza do Pico no Funchal ou a Fortaleza da Aguada em Goa. (Lobo, 2005, p. 14).

Na área europeia, considera-se que S. Brás de Ponta Delgada, terminada na década de 60, “*constitui o primeiro projecto de fortificação regular que se conhece em*

Portugal” (Carita, 2005, p. 113) o que mostra bem a importante actualidade das fortalezas construídas anteriormente pelos portugueses na África e na Ásia.

Neste movimento de modernização merece uma especial referência a fortaleza do Barém, pela excepcional eficácia da sua esplanada, ou seja, pela forma como o terreno circundante da construção foi alisado e dotado de uma inclinação que permitia “varrê-lo” com o poder de fogo instalado na fortaleza e, no sentido oposto, tornava inoperante o tiro dos atacantes e embora se possa dizer que pré-existiam aí condições de terreno que seriam únicas, o certo é que este aspecto, foi exemplarmente planeado. De notar ainda, no caso desta fortaleza, um especial cuidado com os volumes, o qual releva de uma clara “estetização” das construções militares, no melhor espírito da Renascença italiana, aspecto que também se poderia referir para Ponta Delgada no que toca à forma extremamente “afiada” e delicadamente tratada com que surgem os ângulos de alguns baluartes, assumindo preciosismos que revelam o à-vontade com que as regras da arquitectura militar eram então dominadas pelos portugueses.

Todas estas construções apresentam como denominador comum uma planta tendencialmente quadrada ou rectangular, em cujos quatro ângulos se situam salientes pentagonais, dotados de faces destinadas ao tiro flanqueante ao longo das cortinas, os quais são de construção maciça e de pequena altura, formando terraços onde se pudesse movimentar a artilharia com toda a facilidade.

Este tipo de construção tornou-se praticamente obrigatório durante mais de dois séculos no que diz respeito à ciência militar europeia, mas, com excepção do tímido exemplo de Caçapo, está ausente da região que observámos.

Poder-se-á dizer, com alguma razão, que o acidentado do terreno impedia uma construção “canónica” no caso da principal fortaleza, ou seja, o “Forte Mirani” de Mascate, mas, condições orográficas semelhantes verificavam-se também noutros casos, como o da fortaleza do “Morro de Chaúl” e tal não impediu que na sua parte superior aí se implantasse uma clássica “tenaille”, bem semelhante aos bicos de uma tesoura que justificam o nome deste elemento construtivo.

Ora, se na costa da Arábia dificilmente se detecta a aplicação de formas arquitectónicas que foram generalizadamente adoptadas pelos portugueses no resto do Mundo, tal corresponde, inelutavelmente, a um certo grau de marginalização quanto à sua posição nessa zona, tal como se referiu no texto principal.

2 – ALGUMAS APRECIACÕES CRÍTICAS AO DISCURSO HISTÓRICO

“As viagens que agora fazem os Portugueses em redor do Cabo da Boa Esperança, e falo pelo meu fraco entendimento, não poderão durar muito e será forçoso abandoná-las ... por ser longo e perigoso”, Gianbattista Ramusio, (1999, p. 130)

Os exames que se efectuaram no terreno originam fundadas dúvidas quanto à real existência de algumas das estruturas que tinham sido objecto de menções e representações gráficas nos documentos portugueses, mas, antes de se tomar posição a seu respeito, convirá apreciar algumas discrepâncias entre os relatos escritos e a realidade que foi possível intuir a partir da observação no local.

Como antes se afirmou, é extremamente “bela” a interpretação feita por Jean Aubin de que se transcreveram alguns extractos, mas são muitas as interrogações a esse respeito, podendo desde logo focar-se a alegada importância e riqueza das cidades costeiras.

É fácil de compreender a fama e prestígio de que gozavam, sobretudo face às populações do interior que se encontravam arredadas da circulação dos produtos de prestígio que essas cidades comercializavam, mas, também é fácil de perceber que essa fama se manteria para além do período de prosperidade de cada uma delas e perdurava de forma que nada tinha a ver com a realidade.

Estranho é que, por vezes, seja esquecida a situação extremamente delicada dessas “cidades”, que, devido a factores externos eram catapultadas “mediaticamente” e cuja fama de depositárias de produtos “luxuosos” as tornavam o alvo preferencial, não só de todo o tipo de pirataria, mas também, e, sobretudo, da cobiça dos povos vizinhos. Aliás, não será por acaso que a sua localização preferencial se orientava para pequenas ilhas (Qais, Ormuz, Quíloa, Pate, Mombaça, Diu, ...) ou para locais de difícil acessibilidade por terra (Calaiate, Mascate ...), adoptando condições que as isolavam dos habitantes do interior, embora tal não impedisse que fossem vítimas de acções militares sempre que as mesmas estivessem dotadas de mais cuidada preparação.

Por outro lado, cumpre não esquecer a sua total dependência do transporte marítimo, o que acarretava a sua decadência no caso de alterações naturais, como, por

exemplo, o frequente assoreamento dos portos, ou, as modificações na navegação, como podia suceder com as novas e irreversíveis exigências decorrentes do aumento da tonelagem e calado dos navios face às condições portuárias pré-existentes.

No entanto, o principal factor de desestabilização e decadência advinha da fortíssima concorrência que se verificava entre elas. As medidas destinadas a atrair clientes eram constantes, daí resultando modificações de taxas ou encargos, a supressão de impostos ou a facilidade de pagamentos que conduziam ao inevitável abandono de certos entrepostos comerciais em favor de outros. Aliás, pouco depois, os portugueses, nos seus estabelecimentos na costa indiana, iriam demonstrar a sua inabilidade para lidarem com as agressivas regras comerciais que caracterizavam este tipo de economia, o que acarretou desastrosas consequências para o tesouro real.

Num exemplo entre muitos e, relativamente à área que aqui se encontra em análise, constata-se que, antes da chegada dos portugueses, o último “senhor” de Ormuz, Salgur Shah, promoveu um boicote aos demais portos do Golfo e costa árabe com respeito à comercialização de materiais destinados à actividade naval, através do qual, “*arrasou a concorrência*” (Piacentini, 2008, p. 10) tratando-se de um tipo de actuação que era por demais frequente, sendo óbvio que a “riqueza” das cidades costeiras nunca ocorria simultaneamente entre todas elas.

Mesmo no caso da mais famosa entre elas, é afirmado que:

“Teixeira estava errado quanto à prosperidade de Ormuz anterior à sua conquista por Albuquerque em 1515, porque a economia do reino tinha vindo a declinar desde à década anterior, devido a razões de política interna, mas também graças aos rivais que iam emergindo na sua periferia ... Na realidade as bases da economia de Ormuz eram mais frágeis do que o pintado pelas fontes portuguesas (sublinhados nossos) e qualquer problema no decurso das rotas de comércio tinha um impacto imediato em toda a actividade comercial e rendimentos de Ormuz”. (Cunha, 2009, pp. 217/8).

Veja-se Calaiate: - em 1617 segundo Figueroa, era um lugar pouco menos que destruído e abandonado (Figueroa, 2011, p. 168), mas, já anteriormente existiam opiniões semelhantes, afirmando João de Barros que “*em suas ruínas e edifícios mostrava já em outro tempo ser alguma populosa cidade*” (II, p. 42). Seria estranho que, em menos de cinquenta anos, a situação se tivesse degradado tão radicalmente, e,

por isso, será legítima a dúvida quando à veracidade dos elogios prodigalizados no tempo de Afonso de Albuquerque. Mas, outras dúvidas se podem colocar com respeito a fases anteriores, mesmo tendo em atenção a descrição de Ibn Batuta, onde sobressai apenas a existência de uma luxuosa mesquita decorada com azulejos que irão constituir um verdadeiro “thopos” nas referências a esta cidade.

Por outro lado, será aconselhável considerar a hipótese de que o seu “luxo” não derivasse exactamente da actividade comercial, mas sim do seu estatuto de lugar privilegiado para as estadias dos “senhores” de Ormuz. Era então muito forte a tradição islâmica no sentido da criação de uma cidade satélite destinado ao “veraneio” da aristocracia, em paralelo com aquela que constituía o centro do poder, e facilmente se recordam como exemplos dessa prática, Madinat-al-Zahra para Córdova; Songo Mnara para Quíloa; Jamba-la-Mtwana para Mombaça; Gedi para Melinde; a qual acarretava a forçosa ruína desses sítios logo que se verificassem alterações negativas no poder central de que dependiam. A estes lugares de veraneio refere-se expressamente Duarte Barbosa, afirmando: “... (*quintas*) *que os mouros de Ormuz têm nesta terra firme onde vêm pelo Verão folgar*” (Livro, p. 44). No caso de Calaiate, tudo indica que, nos finais do séc. XV, a corte ormuziana já teria modificado a sua posição relativamente àquela que existia no tempo de Marco Polo, sendo de supor que, nesse momento, e quanto à sua prosperidade, seriam mais “as vozes que as nozes”.

Relativamente a todas as cidades desta costa cabe perguntar pelos sinais de alguns aspectos mais característicos da cultura islâmica, que se traduziam em que a glória das suas cidades assentasse em grande medida na existência de poetas, homens letrados e “santos” piedosos. A questão que a seguir se coloca poderá resultar apenas da ignorância do autor destas linhas, mas, o certo é que não se conseguiram detectar com referência a estas cidades aquelas elogiosas e tão típicas expressões, que se aproximavam da fórmula sacramental que se iniciava por, “*foi dela (a cidade) que o poeta disse ...*”, ou qualquer coisa semelhante, assim como não se detectaram referências a nomes de personalidades ilustres. Neste âmbito, não pode ficar esquecido que se estava então numa fase ascendente do sufismo e que toda a cidade com pretensões a importante se gabava da existência de um “santo homem” dentro dos seus muros, ou, utilizando a palavra alheia, “*a sua fama (das cidades) primeiro que tudo é devida à presença de personagens piedosas e mais especialmente de místicos*” (Picard, 2011, p. 132). Ora, nas costas do Índico, verificava-se então uma forte conexão entre a

actividade comercial e o proselitismo religioso (Pearson, 2011, p. 352 - última página), mas, relativamente à zona que nos interessa, não se chegaram a detectar manifestações neste sentido. É certo que o trabalho de Pearson atrás referido deixa entrever a possibilidade de as mesmas terem existido, mas, em qualquer caso, não são para já líquidos esses sinais de prestígio.

Se perante estes aspectos lacunosos a apregoada “riqueza” de Calaiate necessitará provavelmente de ser vista com algumas reservas, são verdadeiras dúvidas que se podem colocar quanto a idêntica qualificação relativamente a Mascate.

Nesta matéria não pode ser ignorada a descrição feita por Figueroa em 1617: *“Mascate lugar de trezentas casas, tão pequenas e ruins que as melhores não são maiores que os anexos das casas pobres de Espanha e estas ainda são feitas de taipa e pedra, mas as de estes pobres árabes são fabricadas com uns delgados caniços ou varas muito juntas cobertas com folhas de palmeiras ... Estas casas estão tão juntas que quase não dão lugar a que se passe entre umas e outras ... ali, por haver algumas casas de Portugueses, de pedra e cal com seus terraços e lojas de Judeus e Baneanes são as ruas mais espaçosas”* ... (Figueiroa, 2011, p. 171). E, mais adiante: *“O resto da gente desta terra é pobríssima, não comendo senão tâmaras e leite e algum pouco arroz em dias de festa ... o seu traje é miserável e pobre”* (id., p. 174).

Poderemos pensar que um século de ocupação portuguesa teria colocado a cidade neste triste estado, mas é muito provável que os elogios anteriores tivessem pouco a ver com a realidade, por muito respeito que se tenha pela obra de Jean Aubin que os cita como se de verdades se tratassem.

Vejamos algumas outras informações sobre Mascate: *“...ao contrário de Ormuz, a sua balança foi sempre negativa”* (Cunha, 2009, p. 224).

“Mascate nunca teve uma significativa comunidade portuguesa, particularmente até 1622, e, (a mesma) não se distinguia dos habitantes locais ... Em 1556 a cidade tinha 60 casados” (id., p. 220). O mesmo autor sustenta ainda que Mascate, no tempo dos portugueses, falhou na tentativa de atrair comércio, situação que se agravou posteriormente, e, com efeito, um relatório elaborado para a VOC em 1651 concluía que Mascate não tinha utilidade como praça comercial (Slot, 1993, p. 167) e o próprio Imã, segundo um relatório inglês de 1653, teria manifestado a intenção de convidar os

portugueses a voltarem a instalar-se em Mascate devido à pouca rentabilidade que aí se verificava. (ob. cit. p. 166).

Estas imagens negras não serão de admirar se atentarmos em que, no séc. XVI, os principais negócios consistiam na venda de água potável e cordoagem aos navios (Cunha, 2009, p. 218), o que, obviamente, se reporta a produtos de baixo valor comercial.

De forma igualmente sucinta, observe-se também o caso de Soar.

Segundo correntemente é apontado, terá sido este o primeiro porto a estabelecer contactos regulares com a China e é incontestável que na época sassânida atravessou uma fase de grande prosperidade (Kervran, 1987, p. 13) mas a sua importância foi progressivamente decaindo em favor das cidades concorrentes. No final do séc. XIII é conquistada por Ormuz, o que, nas palavras de Monik Kervran, produziu, “*efeitos catastróficos*”. Nesse momento é construída a fortaleza, “*sobre os restos das ricas casas dos quarteirões sul*” e “*a partir daí (a cidade) fica reduzida a habitações pobremente construídas*”. (ob. cit., p. 17).

Para os finais do séc. XV é afirmado que “*no tempo de Salgur Shah, a presença no território do Oman transformou-se numa espécie de ocupação militar, levando ao acentuado declínio de Suhar*” (Piacentini, 2008, p. 11). Por seu lado, João de Barros resume a situação de uma forma lapidar, afirmando que a cidade não tem qualquer interesse, excepto pela fortaleza (III, p. 190 v.), opinião que, noutros lados, parece reconhecer-se apenas à sua torre principal, enquanto que Pedro Teixeira afirma: “*Embora esteja agora reduzido a pouco devido à usura do tempo, o sítio e as ruínas, tal como as vi, exibem testemunhos de que antes foi uma cidade importante*”. (p. 154).

A importância destes locais pode ser medida de várias formas, como, por exemplo, a renda que forneciam em 1515, pois, enquanto que Ormuz rendia 141.300 xerafins, Soar apenas entrava com 1500, Mascate 4000 e Doba 500, ou seja, valores totalmente insignificantes face aos de Ormuz. (Aubin, II, p. 389).

Se é este o panorama relativamente às cidades, podemos supor que será equivalente no que toca aos campos, que em nada aparentam a prosperidade que lhes era apontada. Não se podem ignorar as transformações climáticas, que, em grau que não se conseguiu apurar, foram progressivamente acentuando a secura da zona, assim como não se pode ignorar a superficialidade de actuais observações pouco mais do que

“turísticas” e condicionadas pela visão europeia do Mundo, mas, é inultrapassável uma sensação que, em vez de locais amenos, apenas descortina “desertos”. A situação seria diferente há 500 anos mas não poderia ser assim tão diferente... Aliás, no séc. XV um viajante persa, a respeito desta costa afirmava que: “*A extrema temperatura da atmosfera dava a ideia do fogo do inferno*” (Adb-Er-Razzak, 1857, p. 10), tecendo poéticas considerações a respeito do carácter inóspito destes lugares.

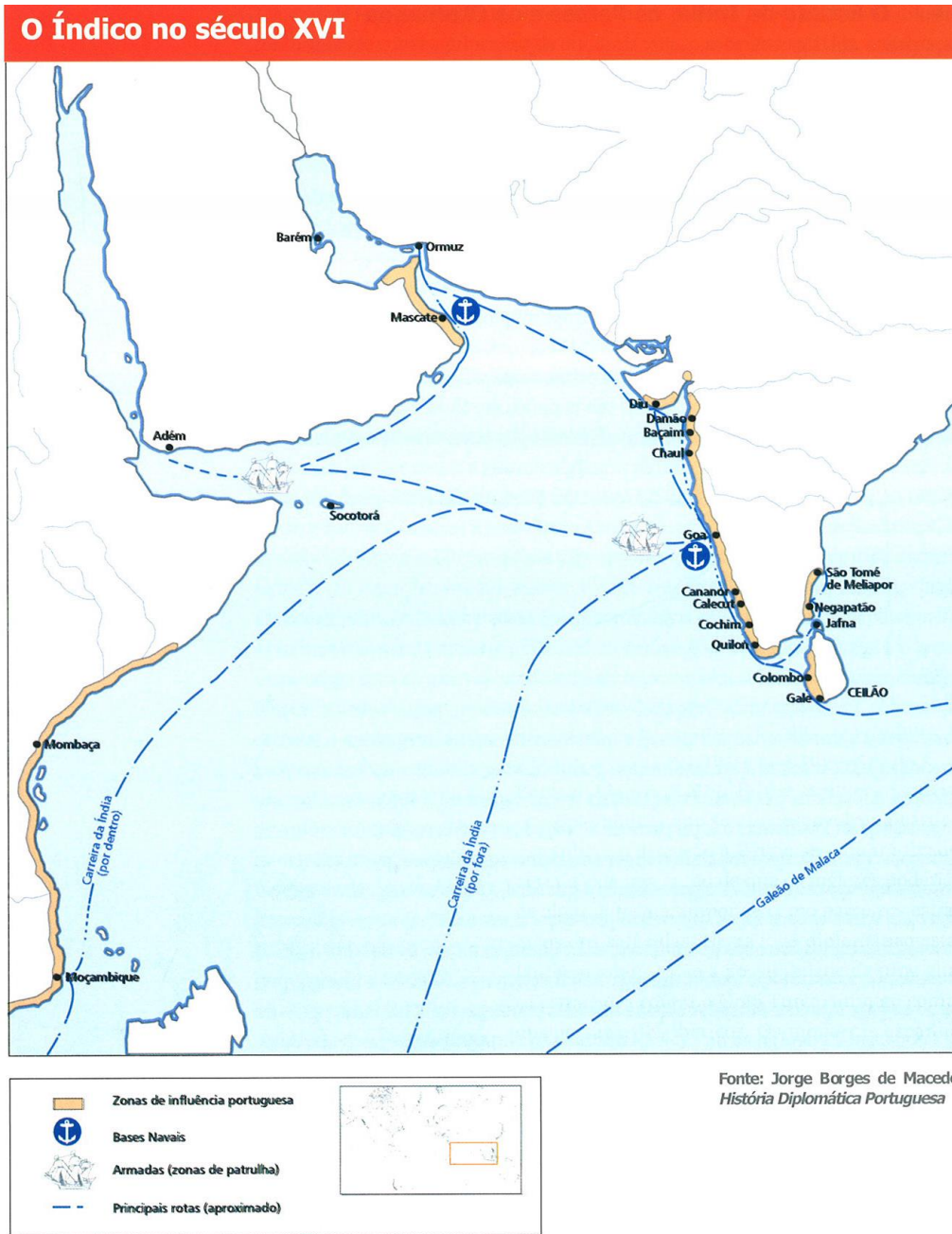
Embora se refira ao fenómeno da Reconquista na Península Ibérica, supõe-se que será perfeitamente adequada ao nosso caso a seguinte observação: “*A exaltação do meio, (ambiente) nem sequer toscamente debuxado, provem de uma necessidade da estrutura das próprias crónicas. Se a Península não fosse fértil e rica, como entender guerras, conquistas, contendidas, razias, correrias?*” (Magalhães, 1980, pp. 15-16).

Ou, por outras palavras, se o Oriente não fosse fértil e rico, como entender todos os esforços para lá chegar e permanecer?

Neste caso, e, fazendo uso da palavra alheia: “*Colocou-se mesmo a hipótese de abandono das viagens portuguesas à Índia. E a verdade é que, ao longo do séc. XVI, houve sempre quem, na sociedade portuguesa, se manifestasse contra o envolvimento no Indico ... Para estes, sobretudo interessados na mercancia, o Índico adivinhava-se um mau negócio. Para aqueles, representando a nobreza guerreira, tinha o inconveniente de ser, ou parecer, um mero negócio*”. (Flores, 2009, p. 233).

O próprio Jean Aubin, noutros passos da sua obra, descreve de forma verdadeiramente exemplar as profundas divergências que existiam na corte portuguesa aquando do início da expansão para o Oriente, as quais estavam dotadas de uma intensidade que levava a que a opinião de D. Manuel I tivesse sido decisiva para anular a corrente que se opunha à ida para a “Índia”, mas, pelos vistos, não retirou daí a lógica conclusão de que os protagonistas e defensores da expansão estavam obrigados por essas circunstâncias a propagandear junto da opinião pública nacional a existência de riquezas e sucessos que seriam naturalmente exagerados.

3 - UM EXEMPLO – AS ROTAS MARÍTIMAS



136

O mapa acima exibido é frequentemente reproduzido e constitui um significativo exemplo da forma negligente como tem sido tratada a área que abordamos.

Com efeito, é por demais seguro que não existia a rota entre Ormuz e Diu que nele se acha assinalada e que toda a navegação entre a costa indiana e o Golfo Pérsico se efectuava tendo como ponto de referência o Cabo Rozalgate (Ras-al-Hadd) e escalas

134

obrigatórias em Calaiate ou em Mascate, com “aguada” em Tebe.

É essa a rota que consta das instruções fornecidas aos navegadores portugueses e é essa a rota que figura em todas as descrições de viagens entre o Golfo e a Índia, e, a esse respeito, já em meados do séc. XVII, Tavernier é bem claro: - “*Os navios que saem de Ormuz vão aportar a Mascate na costa da Arábia, para não se aproximarem demasiado da Pérsia*”. (Tavernier, p. 187), situação que gerava importantes consequências a nível de relações comerciais e políticas, mas que tem sido praticamente ignorada.

Aliás, já no séc. XV, o comerciante persa Abd-er-Razzak, encontrando-se em Ormuz e pretendendo dirigir-se à Índia, fez escala, sucessivamente, em Mascate, Curiate, Calaiate e Sur, e, no regresso, voltou a aportar a Mascate e, talvez, a Corfacão.

De igual forma nas “Viagens de Nicolo de Conti”, afirma-se:

“... dirigiu-se para Ormésia que é uma pequena ilha a dez mil passos da terra firme. Daí, saiu do Golfo e dirigiu-se para a Índia, percorreu 100 milhas e chegou à cidade de Calacatia (Calaiate), requintado centro de comércio dos Persas ...”.

Ainda no mesmo século, o aristocrata russo Athanasius Nikitin, partindo de Ormuz, faz escala em Mascate para atingir o Guzerate, e, no regresso, sai de Dabul novamente na direcção de Mascate, tendo Ormuz como objectivo (Nikitin, 1857, p.p. 8 e 30).

A respeito desta rota poder-se-iam transcrever inúmeras referências portuguesas dos sécs. XVI e XVII, mas supõe-se estar suficientemente claro que a navegação na zona do Oceano Indico que está delimitada pelas costas da Índia e da Arábia tinha como orientação o Ras-al-Hadd, seguindo a costa a partir desse ponto, situação que gerava importantes consequências a nível de relações comerciais e políticas, mas que tem sido praticamente ignorada.

4 – OS VESTÍGIOS DETECTADOS EM CONFRONTO COM AS REPRESENTAÇÕES PORTUGUESAS DA ÉPOCA

Procedendo ao balanço dos resultados da investigação, começará por dizer-se que se confirmou a existência de uma fortaleza, de construção inegavelmente portuguesa (Caçapo), que está ausente dos levantamentos da época e, por isso, tem sido secundarizada.

De igual forma, parece ser segura a existência de uma outra fortaleza que também não foi então desenhada (Julfar) embora, nesse caso, pudesse resumir-se a uma construção semi-improvisada.

Noutro aspecto, apesar de não se reportar a uma construção de origem portuguesa, pode ainda colocar-se a hipótese de ter existido em Sur a utilização de uma fortaleza local, embora nada seja referido a esse respeito nas fontes nacionais, e, desta forma, poder-se-ia afirmar que teriam aparentemente surgido três “novas” fortalezas, para além das referências tradicionais.

Pondo de lado a ironia que está ínsita na anterior afirmação, cabe dizer que, no que toca às representações gráficas, o balanço é o seguinte:

1 – Não foi possível obter quaisquer dados quanto a duas fortalezas – Curiate e Doba - desconhecendo-se as características que assumiria a sua construção, ou, em alternativa, a sua adaptação a partir de fortificações locais.

2 – Os desenhos de outras duas, Sibó e Borca, em nada correspondem à legenda que lhes está aposta, sendo praticamente certo que não existiram aí construções portuguesas e nada se tendo conseguido apurar quanto à existência e características das alegadas fortalezas locais.

3 – São totalmente incompatíveis com a realidade os desenhos referentes a hipotéticas fortalezas construídas pelos portugueses em Matara e Soar e, provavelmente, o mesmo se pode dizer de Libédia.

4 – Escavações arqueológicas locais detectaram vestígios de uma construção que corresponde à fortaleza que foi desenhada para Corfacão.

5 – A fortificação observada em Quelba corresponderá provavelmente a um baluarte de uma fortaleza que se encontraria em início de construção à data da expulsão dos portugueses e que foi seguidamente transformado numa fortificação omanita.

6 – Deixaram-se de lado, por razões opostas, Mascate, devido à sua clara evidência e Mada, devido à sua total irrelevância.

Visto desta forma, a apreciação das representações gráficas seria extremamente negativa, pois, em oito, apenas se conseguiu confirmar a existência de uma fortaleza (Corfacão).

Porém, existem outros factores a atender e, nesse caso, cabe referir que:

1 – É altamente expectável que seja realista a representação de uma torre de origem local que se situa num ilhéu rochoso em Curiate.

2 – São convincentes as representações de Mascate, incluindo os seus arredores.

3 – São provavelmente reais os dois baluartes que foram desenhados numa escarpa sobranceira à baía de Matara.

4 – O mesmo se podendo dizer, com maior razão, da representação da fortaleza indígena em Soar.

5 – Existe uma elevada probabilidade de que as duas torres locais existentes em Libédia sejam aquelas que foram representadas nos desenhos portugueses.

6 – Em Doba, existe o ilhéu que foi representado e é possível que o tracejado que figura no desenho do “*Livro das plantas de todas as fortalezas*” corresponda a um venerando cemitério islâmico aí existente.

Sob esta perspectiva os desenhos que se analisaram ganham uma renovada credibilidade pois, ao fim e ao cabo, traduzem visões minimamente correctas do panorama que pretendiam representar, o que torna forçoso tentar encontrar explicações para a contradição que antes se apontou.

À partida, surge desde logo uma explicação deveras simples: - as imagens enviadas para o reino não pretendiam representar fortalezas mas sim projectos de fortalezas.

Neste aspecto, há que valorizar a perspectiva que se apontou para Quelba, onde parece ser seguro que se terá apresentado uma construção que ainda se encontrava no

seu início, e, conseqüentemente, nos demais casos, aquilo que foi exibido poderia também não se reportar a reais construções, mas sim a projectos.

Este tipo de visão não seria de maneira nenhuma inédito e, em vários casos, Duarte d'Armas apresentou como existentes obras que ainda se achavam em fase de construção, assim como a planta de Ormuz que figura nas "*Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*" é geralmente vista como traduzindo um projecto que não chegou a ser integralmente executado e equivalentes considerações são feitas relativamente a fortificações na Ilha de Moçambique que apenas foram construídas no séc. XVIII, mas aparecem representadas muito antes (Lavie, 2012, p. 101), referindo este autor, no que toca à imagem de duas igrejas nesse momento destruídas, que a sua representação podia ter natureza comemorativa ou ser uma antecipação dos planos para reconstruí-las (ob. cit., p. 45) e ainda, noutra pólo, Gaspar Correia, nas "*Lendas da Índia*", informa que o desenho da fortaleza de Sofala que elaborou se reporta à sua configuração em 1506, embora no texto já descreva modificações posteriores.

No fundo, e tal como Jorge Alarcão exemplarmente demonstrou (Alarcão, 1993/94, págs. 9-56), a noção de tempo corresponde a um conceito modernamente construído e, por isso, para a época, seriam aceites com absoluta naturalidade representações de projectos que eram apresentadas como se se tratasse de realidades. (Lizardo, 2013)

Retomando as palavras de Jorge Alarcão, "*a multiplicidade dos tempos é um tema em que insistem arqueólogos, historiadores e sociólogos*" (ob. cit., p. 11) e será a essa luz que devem ser interpretados os testemunhos do passado que se examinaram.

5 - AS “HERÓICAS PROEZAS”

“Se os portugueses não se tivessem divertido a manter tantas fortalezas em terra ... não estariam hoje reduzidos a uma tão fraca situação” (Tavernier, 2005, p. 215).

Sem se pretender enveredar pelo caminho da análise histórica e, nomeadamente, pela análise “*événementielle*” (termo que, por dificuldade de cabal transposição para a língua portuguesa é também utilizado por Jorge Alarcão, 1993/94, p. 41), haverá ainda que realçar alguns outros aspectos, apesar de recaírem no âmbito de um discurso histórico que não se pretenderia abordar.

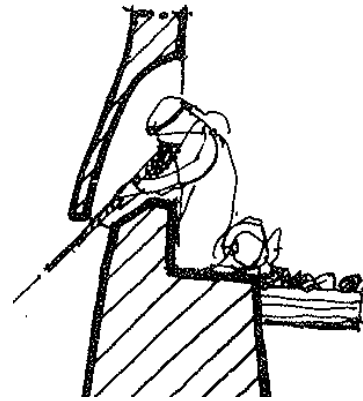
Já antes se sustentou que a proclamada “riqueza” da região se encontrava notavelmente empolada e igual consideração se poderia fazer quanto à presença portuguesa, pois, como antes se descreveu, com excepção de Mascate, pouco se conseguiu referenciar, mas numa outra vertente, é indispensável questionar a acção de Rui Freire de Andrade, mesmo sem que se tome posição no âmbito das polémicas históricas relativamente à sua pessoa, até porque é certo que, como resulta das algumas afirmações anteriormente transcritas, não seria mais positiva a actuação dos seus pares.

De forma sucinta, pode-se constatar que a sua política de “semear”, um pouco por todo o lado, fortificações pomposamente denominadas de “fortalezas” não poderia levar a qualquer resultado positivo, até porque não existia material humano para as guarnecer e daí que um relatório inglês constatasse que, no momento da primeira ofensiva omanita, o Imã encontrou algumas dessas pequenas fortalezas costeiras sem qualquer guarnição. (Slot, 1993, p. 187)

Mas existem outras razões para pôr em causa essa opção.

Desde logo, em primeiro lugar, e como resulta do que atrás se referiu a propósito de Julfar, a decisão de construir fortalezas constituía um privilégio real ou, quando muito, do Vice-Rei, nada de consistente havendo a esperar de iniciativas individuais, que podiam vir a ser qualificadas como “autênticos pombais”, tal como parece sugerir a imagem de Libédia na hipótese que atrás se colocou, sendo também legítima a dúvida quanto aos conhecimentos e capacidades de Rui Freire de Andrade nesta matéria.

A primeira fortaleza que mandou construir em Queixome encontrava-se tão desajustada no seu tempo que levou o autor destas linhas (Lizardo, 1999, p. 98) e o Arquitecto João Campos (2008) a suporem que se tratasse de uma obra “manuelina” perante as características tardo-medievais que apresentava, ou, segundo as palavras da época, consistia apenas num forte “feito de taboas e pedra e barro com seus baluartes, e alguma artilheria” (Couto, 2007, p. 95).



137 - Modo de uso do “narigão” segundo A. Walls.

Depois, de acordo com os “Comentários” (p. 130), Rui Freire acrescentou-lhe “seteiras enviezadas com fortes bogios* fechados por todas as partes e abertos pela debaixo, de modo que, pela abertura se podia lançar uma alcanzia* sem nenhum impedimento”. Ora, estes “bogios”, de técnica exclusivamente local, não tinham condições para suportar um tiro de artilharia e, portanto, eram irrelevantes perante o bombardeio operado pelos navios ingleses.

No Barém, no caso do Forte Arad, os “narigões” existentes foram cortados, provavelmente ainda no séc. XVII, em favor do uso da artilharia e, neste caso, tratava-se de uma fortificação tradicional de um povo que se manteve adepto do tiro com armas de mão, mas, em Queixome, os portugueses “repescaram” essa técnica, o que em nada abona quanto ao nível dos conhecimentos militares do seu mentor.

De qualquer forma, era forçoso que sobre a actividade de Rui Freire de Andrade também pairasse o fantasma do “Terribil” Albuquerque, cujas acções de conquista e aterrorização das populações procurava emular. Mas, a história não se repete, a não ser que seja na forma de farsa...

Além disso, apesar dos portugueses terem sido expulsos pelos omanitas, o verdadeiro perigo encontrava-se então de outro lado, em consequência da intervenção no Índico de ingleses e holandeses. Um recente estudo (Murteira, 2012) veio claramente demonstrar que embora a guerra de corso promovida pelos holandeses contra os navios da “Carreira das Índias” não tivesse provocado grandes prejuízos materiais, tinha, no entanto, afectado psicologicamente os portugueses de forma profunda, contribuindo para a desorganização do poder naval que anteriormente tinha constituído a sua principal força, enquanto que, por seu lado, os ingleses empenhavam a

sua força militar no objectivo de expulsarem os portugueses do Golfo e negociavam com os poderes locais, mormente o omanita, uma possível colaboração armada.

Ora, minúsculas fortalezas à beira-mar, como era o caso de Corfacão, seriam destruídas em minutos pela artilharia de navios europeus, e, portanto, estávamos perante objectivos desfasados do seu tempo.

Sublinhem-se as palavras do estudo antes invocado: - “*a expansão da rede de fortalezas... viera diminuir a quantidade de peças de artilharia ao seu dispor (das naus e galés)*” (Murteira, 2012, p. 145) e será forçoso concluir pelo verdadeiro caminho para o abismo em que se traduziu o enfraquecimento da nossa armada, o qual, como se deduz da análise efectuada no terreno, nem sequer era compensado pela eficiência de fortalezas terrestres cuja existência resultava de tão elevado grau do voluntarismo e, talvez, da promoção pessoal, que, por vezes, não chegavam a passar do papel.

Ou, nas palavras de Diogo do Couto:

“... *muitas fortalezas há que não servem mais de que fazer despesas e estarem mal providas e arriscadas a uma desventura ... um curral destes...*” (2008, p. 157).

6 - BREVÍSSIMAS NOTAS SOBRE O PAPEL DA ARQUEOLOGIA PARA O ESTUDO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

“Começamos a compreender que a história Indo-Portuguesa não coincide com a história do Estado da Índia português” (Luís Filipe Thomaz, 2005, p. 10).

Poderá parecer excessivo o trazer à colação simples reportagens jornalísticas surgidas há algum tempo (p. ex. “Público”, 26/9/2009), mas as mesmas davam conta da opinião de conceituadas personalidades do Centro Nacional de Cultura que, segundo foi publicado, acabavam de constatar, “in situ”, as velhas e esplendorosas glórias nacionais supostamente existentes nesta zona, com o que não faziam mais do que repetir o discurso dominante, mas, certo é que a realidade que agora se constatou reconduz a posição portuguesa a um lugar bem mais modesto, com excepção do papel de Mascate e de Tebe, supondo-se que tal constituirá uma boa demonstração das virtualidades da análise arqueológica.

Seria absurdo ignorarem-se as lacunas do trabalho que agora se apresenta, nomeadamente a inexistência de qualquer escavação que fosse prévia e especificamente direccionada no sentido que é propugnado, mas também não pode ser esquecido que a escavação arqueológica é um método de recolha de dados e, por si só, não corresponde à interpretação desses dados, a qual constitui o objectivo final de qualquer investigação.

De uma forma algo caricatural, poder-se-ia dizer que, de resultados de boas escavações que ainda não foram objecto de interpretação estão os arquivos cheios e é incontornável a necessidade de levar cada vez mais longe o labor dedutivo assente em dados respeitantes à chamada “cultura material”, independentemente de serem ou não obtidos através da remoção do solo.

No que diz respeito à arqueologia referente a tempos mais recentes não pode deixar de se dizer que representa um verdadeiro e inexplicável mistério quais sejam as razões que levam a considerar que a análise de uma estrutura arquitectónica cabe no domínio da arqueologia se estiver oculta sob o solo, mas, segundo as visões tradicionais, enquadrar-se-á na História da Arte se os seus vestígios estiverem visíveis.

Ou, utilizando a palavra alheia:

«Porque razão um objecto de vidro ou de cerâmica saído de uma escavação será arqueológico e já não o será o seu homólogo encaminhado pelo desfazer das colecções para detrás da vitrine de um museu? O quebrado e o escondido serão os “critérios da arqueologicidade?”» (AAVV, 2009, p. 23)

A questão pode colocar-se em vários domínios, mas ganha especial acuidade no âmbito da Arqueologia da Idade Moderna, sob pena dos respectivos “achados” não ultrapassarem o tradicional papel de fornecer ilustrações para os livros de história. (ob. cit., p. 285)

Retomando a obra já citada, cabe recordar que:

“Durante muito tempo promoveu-se a interdisciplinaridade entre a arqueologia e as ciências da natureza. Agora que os “ecofactos”, que o “orgânico” se combinam com o trabalho, com o fabrico, em torno das variadas problemáticas, resta racionalizar a interdisciplinaridade entre as ciências humanas”. (ob. cit., p. 24).

Entretanto, tem vindo a ganhar terreno um outro tipo de “escavações”, que não lida com “terra” mas sim com camadas construídas e assenta numa estratigrafia vertical que recupera e examina as várias fases que condicionam a existência dos patrimónios edificados que chegaram até nós e que constitui a faceta mais espectacular da Arqueologia da Arquitectura.

Porém, não seria correcto reconduzir esta disciplina a essa actividade que, tal como a escavação tradicional, se dedica a revelar aquilo que se ache totalmente oculto.

A Arqueologia da Arquitectura, é muito mais do que isso e impõe uma global visão quanto às construções humanas, pesquisando características que, até há pouco, eram relegadas para planos secundaríssimos.

Tomando como exemplo o presente trabalho, a recolha e análise de dados respeitantes às medidas dos edifícios, permitiram obter conclusões que passam totalmente à margem da suposta grandiosidade e magnificência dos “monumentos” que constituía o objecto da História da Arte tradicional, enquanto que neste caso, as medições originaram propostas para a caracterização de estruturas cujos vestígios eram escassos ou duvidosos, como sucedeu com Corfacão, Quelba e Soar. É certo que se tratou de análises incipientes e efectuadas com meios rudimentares, mas, tal contribuiu para realçar o interesse e riqueza de métodos que provavelmente teriam ficado

esquecidos caso não existisse a prévia teorização que faz parte da Arqueologia da Arquitectura.

E não será excessivo voltar a referir a importância da interdisciplinaridade entre os mais diversos saberes para o desenvolvimento da actividade arqueológica.

Abordando um outro plano, constitui um lugar comum a afirmação de que a arqueologia é a História dos que não têm história, ou, por outras palavras, pretende dar voz àquela larga maioria da população que não tinha acesso à escrita e essa visão é especialmente adequada na análise dos fenómenos colonizadores e, portanto, apropriada à “Expansão Portuguesa”, mas, apesar disso, há que não permanecer amarrado a uma visão estritamente parcelar do passado, e, por isso, apesar das suas específicas (e exclusivas!) virtualidades para aceder ao conhecimento que se encontra para além do uso da escrita, a investigação arqueológica, em qualquer caso, não deve confinar-se às sociedades e camadas sociais que não tinham acesso à escrita.

Na defesa desta opinião o presente texto não pode ultrapassar um nível meramente intuitivo, e, por isso, terá que, forçosamente, fazer recurso à palavra alheia, como, por exemplo:

«Para muitos “historical” () arqueólogos, a presença de documentos escritos não define um campo especial no estudo arqueológico. “Historical” arqueólogos africanos, por exemplo, desde há muito relacionaram a tradição oral e a história oral como um elemento chave no seu estudo das sociedades africanas pré-coloniais, coloniais e postcoloniais dos últimos 500 anos...*

É claro que a “historical archaeology” trabalha vestígios materiais de situações para as quais não sobrevivem registos escritos tanto como o faz para sítios onde existem ricas fontes documentais. Em todos os casos, os “historical” arqueólogos colocam um especial cuidado quanto ao muito que resta indocumentado e não verbalizado na vida quotidiana...». (Hicks, 2008, p. 2). E porque se trata de uma nova forma de abordagem é entendido que os “historical” arqueólogos devem desenvolver uma aproximação à análise dos documentos que lhes é própria. (ob. cit., p. 13)

Foi essa uma das perspectivas de orientação que se adoptou para esta dissertação, com mais ou menos resultado, e foi essa também a perspectiva que originou excelentes estudos arqueológicos, assentes em documentos escritos, como é o caso

exemplar do livro de Jorge Alarcão, “Coimbra – A montagem do cenário urbano” (2008).

Num outro aspecto e recorrendo à palavra alheia, recorde-se, p. ex., que é comum afirmar-se que a arqueologia tem uma especial relação com o estudo do colonialismo (ob. cit., p. 70), e, provavelmente, os melhores trabalhos neste campo encontrar-se-ão nessa área, ou, como outro autor afirma, «*os métodos da arqueologia são particularmente poderosos no explorar a natureza dos processos de colonização com um detalhe maior do que é possível apenas a partir das fontes documentais*». (Hicks, 2008, p. 317)

Invocando a opinião da autora de um dos mais notáveis trabalhos nesta área:

“Os académicos têm sido largamente limitados pela opinião das elites alfabetizadas de Espanha que controlavam a política e a organização colonial... A maioria dos documentos era produzida por membros da minoritária elite que dominava a escrita, usualmente para, de alguma forma, defender os seus interesses. A experiência e as perspectivas da maioria da população – a não-elite de espanhóis e indígenas americanos que, quisessem ou não, eram apanhados na primeira arena colonial – não são recordadas nos relatos escritos, mas podem ser encontrados nas expressões materiais da sua experiência local, ou seja, no registo arqueológico”. (Deagen, 2002, p. 4)

Nesta dissertação não se dispôs de meios para conhecer as condições de vida dos povos locais, mas, tudo indica que os (poucos) portugueses que habitavam a costa arábica partilhariam com eles as condições localmente pré-existentes, em maior ou menor grau, o que traduz uma visão do “colonizador” diferente daquela que é tradicional, embora tal não signifique que não fosse “brutal” a forma como se comportavam.

Nesta área e, num especial campo, que estreitamente se relaciona com o colonialismo, como seja a escravatura, há que dar um verdadeiro lugar aos “oprimidos”, abandonando a sua imagem de imunes vítimas e recuperando-lhes a humanidade, com os erros, as tentativas de resistência, as manifestações culturais próprias, que seguramente terão existido e certo é que o ponto de vista do escravo, ou do colonizado, dificilmente encontrará tradução nos textos escritos, e, por isso, apenas a arqueologia pode levar a cabo uma aprofundada investigação neste sentido.

Um outro fenómeno de grande expressão no âmbito da expansão portuguesa e que dificilmente é cognoscível através dos documentos escritos consiste na situação marginal em que se colocavam muitos dos portugueses que chegavam ao Oriente e adoptavam as mais variadas opções de vida com independência relativamente ao reino.

Retomando a palavra de Luis Lilipe Thomaz:

“Estes ocupantes informais estavam quase sempre mais enraizados nas regiões que aceitavam a sua presença do que os agentes do poder ...” (ob. cit., p. 11), e por isso, em termos culturais e civilizacionais, o impacto da sua presença poderia ser muito superior ao dos conquistadores.

Na zona que abordámos, desde logo, actuavam os “pimenteiros”* (“Comentários”, p. 235) que chegaram a ter em Soar um centro do seu comércio clandestino (Kervran, 2007), mas, noutras zonas, como a costa oriental de África (Pelúcia, 2002, p. 170), estes marginais transformavam-se em agricultores mais ou menos inseridos nas comunidades indígenas, o que, seguramente, produziria originais formas de vida que seria interessantíssimo conhecer.

Ainda mais relevante, é o facto de ser provável que, em certos momentos (1549) no caso de Mascate, o seu número fosse superior ao dos portugueses que obedeciam aos ditames do Reino, como é referido quanto ao grupo de “alevantados” que aí residiam (Couto, 1998, p. 76).

Não será demais voltar a recordar as reservas que são colocadas ao ponto de vista dominante por um historiador tão importante como Luis Filipe Thomaz, as quais, “grosso modo” apenas serão respondíveis através da arqueologia, mas, aqui chegados, e, para terminar, torna-se forçoso reconhecer que a investigação que está na base desta dissertação fica muito aquém daquilo que seria necessário, embora não seja prematuro nem ocioso trazê-la desde já a público, sendo legítima a expectativa de que o futuro venha a aperfeiçoar este caminho.

BREVE GLOSSÁRIO

- 1) ABÁSSIDAS - Dinastia que governou grande parte do mundo muçulmano, (entre as exceções conta-se a Península Ibérica, onde se manteve o poder omíada) desde 750 até à invasão mongol no séc. XIII, (c. 1258), sob a forma de califado, com sede em Bagdad.
- 2) ALCANZIA – Engenho explosivo equivalente às “panelas de pólvora” que constituíram elemento essencial na defesa de Diu, onde, com este fim, foram até utilizadas panelas de cozinha (“nem sequer sobejavam panelas para uso doméstico” - Teive, 1995, p. 101).

A alcanzia seria especificamente fabricada com feitio esférico e pequenas dimensões, tendo especial utilização nos combates navais.

No Museu de Sítio de Kalhat-al-Bahrein, é exibido um conjunto medieval deste tipo de engenhos, em bom estado de conservação, mas anterior à chegada dos portugueses.

Um navio de Génova naufragado em 1516 nas costas do Mediterrâneo francês possuía no seu arsenal mais de uma centena de “panelas de pólvora com duas asas” e, por outro lado, nos naufrágios da “Invencível Armada foram encontradas “alcancias” (Amouric, 2010, p. 33)

- 3) ATALHO - As cidades muçulmanas estavam dotadas de dimensões que eram excessivas relativamente ao sempre escasso número de defensores portugueses, e, por isso, no Norte de África, as suas muralhas foram sistematicamente reduzidas num dos lados, como sucedeu em Ceuta, Arzila, Safim e Azamor (Correia, 2007, pags. 13-15).

Segundo Rafael Moreira,

“A carência de defensores e de armas, está, sem dúvida na origem duma medida tomada sem exceções (no Norte de África) e que se tornou prática corrente: traçar e construir os “atalhos”. Tratava-se de encolher o perímetro a defender através de panos de muralha que cortavam a direito entre dois pontos, tal como um caminho que corta um muro rectilíneo no meio de um percurso extenso e irregular”. (Correia, 2008, pág. 17).

Ou, quanto a Goa, “...Albuquerque ordenou igualmente a edificação de um atalho no castelo ... reduzindo assim o perímetro vital do derradeiro reduto defensivo de Goa” (Teixeira, A. 2008, p. 67).

Fenómeno idêntico verificou-se em Soar, relativamente à muralha norte.

4) BARASTI - Cabanas construídas à base de folhas de palmeira e caniço.

“... no Omã, até meados da década de 70 (do séc. XX) ou mais tardiamente, a população vivia em barasti” (Potts, 2009, pág. 10).

5) BATERIA - Posição fortificada adequada para o uso de artilharia.

Pode estar integrada numa fortaleza ou existir só por si.

6) BOGIO/NARIGÃO – Protecção pessoal, que sobressai da muralha, regra geral na posição das seteiras tradicionais e que fornece abrigo para o arremesso de projecteis na direcção da base da muralha.



138, 139 - “Narigões” entaipados e cortados, Forte Arad, Barém. Dez/2010.

Não se detectou designação específica, e, por isso, para além do termo português da época, de escasso uso, optou-se pelo baptismo como “narigão”, palavra que corresponde exactamente ao seu aspecto.

A utilização deste elemento teve grande aceitação no Golfo Pérsico e Península Arábica, sobretudo nas construções defensivas ligadas às pequenas comunidades locais, desconhecendo-se totalmente o seu uso fora desta área geográfica.



140 - "Narigões" reconstruídos, Forte Arad, Dez/2010.

7) BUÍDAS - Dinastia reinante na Pérsia e parte do Iraque entre 932 e 1062 DC.

8) CHARU/SAROUJ – Cimento típico de toda a Zona do Golfo, em cuja composição entravam cinzas obtidas com excrementos de animais domésticos.

As argamassas assim obtidas eram muito elogiadas, mas nem sempre estaremos perante referências ao mesmo material.

Por exemplo, João de Barros, com respeito a uma cisterna, escreve que "Charú é um betume que se faz em Ormuz" (década IV, p. 672) mas, um outro autor, referindo-se aos reservatórios de água da fortaleza de Ormuz diz, "...guarnecidos por dentro de chile que é um género de betume que vem de Baçorá" ("Vida e Acções de Mathias de Albuquerque", 1998, p. 197).

9) CLIMA/MUDANÇAS DE – Uma omnipresente questão, sempre ausente.

Apesar do pacífico reconhecimento quanto à existência de mudanças climáticas e seus impactos na sociedade, continua a ser extremamente difícil encontrar dados a este respeito.

No que agora vem ao caso, apenas se detectaram referências às mudanças do final da Idade Média na Inglaterra e sobre um período de seca em meados do séc. XVI na costa oriental de África.

Referências existem também a um avanço da desertificação nas zonas áridas a partir do séc. XVI, mas, pelo menos sob o ponto de vista pessoal, foram manifestamente insatisfatórias as consultas realizadas.

10) CORTINA - Espaço da muralha que se situa entre duas torres, dois baluartes ou duas esquinas.

11) COURAÇA - Torre destacada do edifício principal ao qual está ligada por um caminho amuralhado.

Regra geral servia de acesso a um ponto de abastecimento de água ou de desembarque.

Embora lhe seja, por vezes, atribuída origem islâmica, foi abundantemente utilizada na Idade Média portuguesa, com especial incidência nas fortificações do Norte de África.

12) DHOW/SAMBUCO - Designação que abrange vários tipos de embarcações tradicionais do Índico e que corresponde ao português “zambuco” ou “sambuco”.

Os “dhows” continuam a ser construídos e, nalgumas zonas, mantêm a exclusiva utilização da vela.

No que mais interessa, os “dhows” continuam a praticar o comércio tal como faziam “há mil anos”, no triângulo delimitado pelos portos da costa ocidental da Índia, a África Oriental e a costa arábica e Golfo Pérsico, recolhendo em cada escala novas mercadorias que negociam no porto seguinte, numa impressionante manutenção de práticas muito antigas.

13) DILMUN - “É deveras significativo que nos mais antigos textos protocuneiformes de Uruk, o local da Mesopotâmia meridional onde parece ter sido inventada a escrita, apareça o topónimo Dilmun. (ca 3400-3000 A.C).

Esta é a designação que, sem qualquer dúvida, pode posteriormente ser identificada como sendo o Barém e a zona adjacente da Arábia Saudita” (Potts, 2009, p. 31).

14) HISTORICAL ARCHAEOLOGY – O imenso peso histórico e metodológico que está associado à arqueologia com origem na língua e

cultura inglesas, recomenda que se dedique especial atenção às denominações que utiliza, como é o caso da expressão acima referida, que é definida como, “frase utilizada pelos arqueólogos para descrever a arqueologia do período a partir de 1500 e incluindo o presente ...” (Hicks, 2008, p. 1)

No que toca à língua portuguesa não se vê qualquer vantagem numa tradução que originasse a expressão “Arqueologia Histórica”, a qual, aos nossos ouvidos soa totalmente desajustada, e, por isso, preferiu utilizar-se, “Arqueologia da Idade Moderna”.

Porém, e porque não se pretendeu tomar posição sobre este aspecto, manteve-se o termo “historical” no caso de textos originários da língua inglesa.

15) IBADITA - Facção religiosa islâmica com particular expressão no Omã.

Os ibaditas faziam parte da facção designada como “kharijitas” (dissidentes), que veio a desaparecer enquanto tal, mantendo-se os ibaditas, que, ao contrário de outras escolas islâmicas, recusam o uso da violência contra os demais “crentes” que não façam parte da mesma facção. (Bos, 2009, p. 74)

16) IMÃ - Dirigente político e religioso.

No Omã era eleito pelas chefias tribais, o que nem sempre sucedia, decorrendo largos períodos de tempo sem a ocupação do cargo, mas, em caso afirmativo, atribuía-se-lhe excepcional autoridade.

A crescente importância do exercício do poder político estará, provavelmente, na origem da sua secundarização e substituição pela figura do sultão.

17) MAGAN - Designação referente à zona fornecedora de metais para as sociedades mesopotâmicas, situada no actual Omã.

“No último século do terceiro milénio antes de Cristo, quando a terceira dinastia de Ur governou a Mesopotâmia, estava institucionalizado o comércio entre Ur e Magan”. (Potts, 2009, p. 33).

18) MIRANI/JALALI – Designação actualmente adoptada para as duas principais fortalezas existentes em Mascate.

No Relatório da viagem do navio “Meerkat”, surgem como sendo denominadas de “Mascatta” e “Mogobalwaan”. (Slot, 1993, p. 179).

Na “História dos Imans ...” (p. ex., p.79) são designadas como “Kalaht-al-Gharbiyah” e “Kalaht-as-Sharkiya”, ou seja, “fortaleza ocidental” e “fortaleza oriental”, nomes que se afigura serem bastantes mais razoáveis do que os de “Mirani” e “Jalali” para os quais não se encontrou origem satisfatória e que, por vezes, surgem envoltos em explicações dotadas de forte componente com vista a “impressionar turista”.

19) PADRASTO - Termo que designava qualquer elevação que ficasse a um nível superior ao da fortaleza, possibilitando que esta fosse “batida” por artilharia que aí se instalasse.

20) PIMENTEIROS – Designação dada a contrabandistas portugueses cujos barcos se destinavam ao negócio ilegal de especiarias, com especial incidência no Golfo Pérsico e costa arábica.

A sua importância era tão grande que a Coroa se via obrigada a negociar o perdão para os seus protagonistas, em troca da inclusão dos seus navios nas operações militares portuguesas.

Antes da intervenção de Rui Freire de Andrade a cidade de Soar era vista como constituindo uma base para a actividade destes contrabandistas.

21) RUÍNAS PORTUGUESAS - Expressão que, em boa parte do Mundo, corresponde aos mais diversos tipos de vestígios arquitectónicos , como, p. ex:

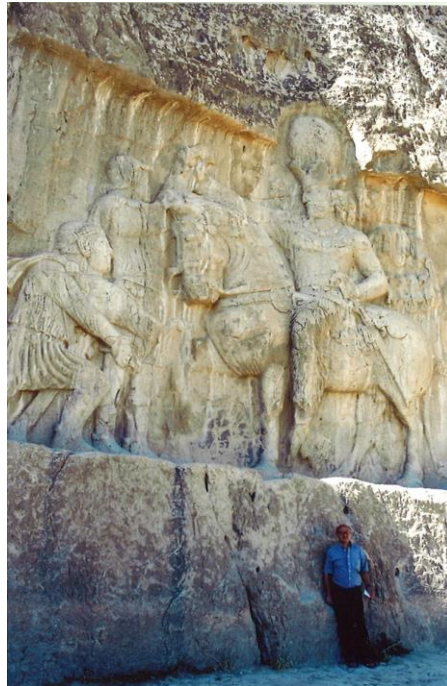
“... as tradições locais consideram-na (a fortaleza de Tuglz) “portuguesa” – aspecto que não se pode levar à letra, mas, apenas, como aliás, em todo o lado de Marrocos, como sinal de antiguidade” (Bokbot, 2002, p. 223).

“No norte (da ilha de Kais, no interior do Golfo Pérsico) existem vestígios de uma cidade de considerável dimensão, “dita ter sido construída pelos Portugueses”, que, aliás, ganharam fama por toda a arquitectura antiga nas margens do Golfo Pérsico” (Badger, 1871, p. 417).

22) SASSÂNIDAS – Dinastia persa que governou de 224 DC até 711, dominando toda a zona do Golfo Pérsico.

Os sassânidas retomaram a luta contra o Império Romano tendo o seu rei Chapur I capturado o Imperador Valeriano.

O rei Ardashir levou a cabo campanhas militares no Omã em 240 DC. (Daryaeet, 2009, p. 60).



141 - Rendição do imperador romano perante Chapour I
Baixo relevo de Naksh-i-Rostam, Irão, Ab/2001.

23) SOCO - Mercado, o mesmo que bazar.

Os dois termos variam em conformidade com o predomínio da língua árabe ou de idiomas indo-europeus, como os utilizados na área de influência persa.

Preferir-se-ia a grafia “suque”, que está mais próxima da sonoridade original, mas utilizou-se aquela que consta do “Dicionário de Morais”.

24) SUFISMO - Tendência transversal a vários ramos da religião muçulmana que privilegia a dedicação pessoal, o estudo e exegese dos textos sagrados, a meditação e outras formas de contacto com a divindade.

Atribui especial relevo às figuras de personalidades respeitáveis, cujos túmulos são usualmente objecto de veneração, o que leva a que outras

correntes os equiparem aos “santos” cristãos e acusem os seus seguidores de idolatria.

Quando inclui a participação guerreira pode manifestar-se sob a forma de “ribats”, o equivalente islâmico aos conventos das ordens militares cristãs.

A sua faceta mística está bem ilustrada pela imagem que se reproduz.



142

“Dança do Cheque Safi ao som da recitação esotérica de um mestre sufista”, gravura persa do séc. XVI reproduzida in “Shah Abbas – The Remaking of Iran”. AAVV, cat. exp., British Museum, Londres, 2009, pág. 131.

O Cheque Safi foi antecessor da dinastia safávida e reinou na Pérsia no séc. XIII, e, nesta imagem, dança até à exaustão como forma de comunicação com a divindade.

154

25) TORRES ISOLADAS – as torres isoladas constituem um dos elementos mais típicos da paisagem da zona e entre elas acham-se as duas que se situam nas proximidades da cidade de Ras-al-Khaima e que tinham sido fotografadas em 1998. (Imagem nº 48).

A esse respeito foi escrito:

“Estas torres não têm qualquer ligação com a actividade agrícola nem funções domésticas ... aparentemente, foram construídas numa época tardia do século passado”. (Kennet, 1992, p. 29).

Outro tipo de torres poderá ser associado à que figura na imagem nº 46 e o mesmo autor caracteriza-as desta forma:

“... são construídas em terreno agricultado ... a torre tem entrada no nível térreo – uma característica muito importante – e está quase sempre associada com as instalações domésticas circundadas por um muro.

Estas torres ... não são mais do que casas de habitação com características defensivas” (ob. cit., p. 28).

26) UÉDE - Com origem na palavra rio na língua árabe, utiliza-se, no entanto, para designar o leito aberto por cursos de água de curta duração e extremamente caudalosos.

Adoptou-se a grafia constante do “Dicionário de Moraes”, que corresponde à posição adoptada pelo tradutor da obra de Alan Villiers, “Nos Domínios da Monção”. (p. 81).

BIBLIOGRAFIA

Trabalhos especificamente consultados e maioritariamente citados nos textos

1) Fontes Históricas

ABD-ER-RAZZAK (1857), in, “India in the Fifteenth Century”, Hakluyt Society, Londres;

ANÓNIMO (1960) – “Livro das cidades e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da Índia”, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa;

BARBOSA, D. (1992) – “O Livro de Duarte Barbosa”, Europa América; Lisboa;

BADGER, G. P. (1871) – “History of the Imans and Seyyids of Oman by Salil-ibn-Razik”, Hakluyt Society, Londres;

BARROS, J. (1988) – “Ásia”, 4 volumes ed. fac-smile, IN-CM, Lisboa.

CONTI, N (2004) – “Le Voyage aux Indes de Nicolo de Conti”, ed. Chandeigne; Paris;

COUTO, D. (2008) – “O Soldado Prático”, Sá da Costa, Lisboa;

CRAESBEECK, P. (1940) – “Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade”, Agência Geral das Colónias, Lisboa.

NIKITIN, Athanasius (1857), in, “India in the Fifteenth Century”, Hakluyt Society, Londres;

PEREIRA, D. P. (1975) - “*Esmeraldo de Situ Orbis*”, ed. Sociedade Portuguesa e Geografia, Lisboa, pág. 152.

REBELO, NH (1972) – “Un Voyageur Portugais en Perse au début du XVII^e Siècle”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

SILVA Y FIGUEROA, G. (2011) “Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Pérsia (1614-1624)”, “Centro de História de Alem Mar” Lisboa;

SINTRA, D. G. (2002), *“Descobrimento Primeiro da Guiné”*, ed. Colibri; Lisboa, pag. 63;

TAVERNIER, J. B. (2005) – *“Les Voyages en Orient du Baron d’Aubonne 1605-1689”*, Ed. Favre, Lausanne;

TEIVE, D. (1995) – *“Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546”*, Cotovia, Lisboa;

TEIXEIRA, P. (1902) – *“The Travels of Pedro Teixeira”*, Hakluyt Society, Londres;

VALLE, P. D. (1892) – *“The Travels of Pietro Della Valle in India”*, Hakluyt Society, Londres;

2 – Expansão Portuguesa

AUBIN, J. (2000 - 2006) – *“Le Latin et l’ Astrolabe”*, 3 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

CORREIA, J. (2007) – *“Heranças Portuguesas em Marrocos”*, *“Pedra & Cal”*, nº 36, GECORPA, Lisboa;

CORREIA, J. (2008) – *“L’implantation de la ville portugaise en Afrique de Nord*, ed FAUP – publicações, Porto;

COUTO, D. (1998) – *“Quelques observations sur les renégats portugais en Asie au XVI^e siècle”*, *“Mare Liberum”* nº 16, CNCDP, Lisboa;

FLORES, J. (2009), *“Os Portugueses e o Mundo Mercantil do Oceano Índico Ocidental, c. 1500-1700”*, in, *“Portugal e o Mundo nos sécs. XVI e XVII”*, cat. exp., MNAA., Lisboa;

MURTEIRA, A. (2012) – *“A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595 – 1625”*, Tribuna da História, Lisboa;

NICOLLE, D. (2012) – *“The Portuguese in the Age of Discovery”*, Osprey Publishings, Oxford;

STRANDES, J. (1989) – “The Portuguese Period in East Africa”, , Kenya Literature Bureau, Nairobi;

THOMAZ, L.F. (2005) – “Keynote Adress”, in, “Indo-Portuguese Story – Proceedings of XI Internacional Seminar on Indo Portuguese History”, Maurren and Canvete Publishers, Goa;

3) Cartografia e imagens

CORTESÃO, A., TEIXEIRA DA MOTA A. (1960) – “Portugaliae Monumenta Cartographica” IN-CM, Lisboa;

GARCIA, J. M. (1996) - “Breve roteiro das fortificações portuguesas no Estado da Índia”, “Oceanos”, nº28, Lisboa CNCDP, Lisboa;

GARCIA, J. M. (2009) – “Cidades e fortalezas do Estado da India”, ed. Quid Novi, Lisboa;

LOUREIRO, R. (2007) – “Manuel Godinho de Erédia e os seus tratados geográficos”, “Oriente”, nº 9; Lisboa;

LOUREIRO, R. (2007) – “Para os olhos do Rei – iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600”, “Oriente”, nº 18, Lisboa;

SILVEIRA, L. (1991) – “Livro das Plantas das Fortalezas...”, , Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

4) História dos Portugueses na Arábia e Golfo Pérsico

AAVV (2008) – “Revisiting Hormuz”, col. “Maritime Asia”, vol. 19, , “Harrassowitz Verlag”, Wiesbaden;

AAVV (2010) – “Património de Origem Portuguesa no Mundo – África e Arábia”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

BARATA, T. (2010) – in “Património da Origem Portuguesa no Mundo;

CAMPOS, J. (2008) – “Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico”, tese de doutoramento, policopiada, Universidade de Coimbra.

CAMPOS, J. (2009) – “A Vanguarda da Arquitectura Abaluartada Europeia no Golfo Pérsico”, CEAM, nº 3, Almeida;

COUTO D. e LOUREIRO R., (2007) – “Ormuz-Conquista e perda”, col. “Batalhas de Portugal”, nº 27, Lisboa;

CARVALHO, E. K. (2010) – Entrada “Soar” in “Património de Origem Portuguesa no Mundo”;

CUNHA, J. T. (2009) – “The Portuguese Presence in the Persian Gulf”, in, “The Persian Gulf in History”, Palgrave Macmillan, Nova Iorque;

DIAS, P. (1998) – “História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço do Índico”, Círculo de Leitores, Lisboa;

MOREIRA, R. et. al. (1994) – “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, cat. exp., CNCDP, Lisboa;

MOREIRA, R. et. al. (1989) – “História das Fortificações Portuguesas no Mundo”, Alfa, Lisboa

NEVES ÁGUAS (1991) – “Viagens por terra da Índia a Portugal”, Europa América, Lisboa;

PIACENTINI, V. F. (2008) – “Salghur Shah, malik of Ormuz”, in “Revisiting Hormuz”, F.C.G., Wiesbaden;

TEIXEIRA, A. (2008) - “Fortalezas do Estado Português da Índia”, Tribuna da História, Lisboa;

5) História local

AL-SALMAN, M. H. (2012) – “Arabian Gulf in the Era of Portuguese Dominance: A study in Historical Sources”, “LIWA”, nº7, “National Center of Documentation and Research”, Abu Dhabi;

BEEMAN, N. O. (2009) – “Gulf Society: An Antropological View of the Khalijis”, in, “The Persian Gulf in History”, Palgrave Macmillan, Nova Iorque;

BOS, M. (2009) – “Oman”, cat. exp., De Nieuwe Kerk, , “Foundation de Nieuwe Kerk”, Amesterdão;

DARYAEE, T. (2009) – “The Persian Gulf in Late Antiquity: The Sasanian Era”, “The Persian Gulf in History”, Palgrave Macmillan, Nova Iorque;

DINTEMAN, W. (1993) – “Forts of Oman”, Motivate Publishing, Dubai;

GROVES, P. (2010) – “Strongholds of Heritage – Forts and Castles of Oman”, , Motivate Publishing, London;

MANDAVILLE, J. E. (1970) – “The Ottoman Province of Al-Hasa in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, “Journal of the American Oriental Society”, Vol. 90, n° 30, Nova Iorque;

MILES, S. B. (1919) – “The countries and Tribes of the Persian Gulf”, Harrison and Sons, Londres;

NICOLLE, D. (2009) – “Saracen Strongholds 1100-1500”, Osprey Publishing, Oxford;

PEARSON, M. (2011) – “Islamic Trade, shipping, port-states and merchant communities in the Indian Ocean, seventh to sixteenth centuries”, in, “The New Cambridge History of Islam”, , Cambridge University Press, Cambridge;

PETERSON, J. E. (2007) – “Historical Muscat – An Illustrated Guide and Gazetteer” Brill, Leiden;

PEYTON, W. D. (1983) “Old Oman”, Stacey International, Londres;

ROBINSON, C. F. et al. (2011) “The New Cambridge History of Islam”, , Cambridge University Press, Cambridge;

SERJEANT, R. B. (1974) - “The Portuguese off the South Arabian Coast – Hadrami Chronicles”, Librairie du Liban, Beirute;

SLOT, B. J. (1993) – “The Arabs of the Gulf 1602 – 1784”, Leidschendam, Leiden;

VILLIERS, A. (1957) – “Nos Domínios da Monção”, Livraria Civilização, Lisboa;

VOSOUGHI, M. B. (2009) – “The Kingdom of Hormuz: From the Beginning until the Arrival of the Portuguese”, “in, “The Persian Gulf in History”, , Palgrave Macmillan, Nova Iorque;

6) Arqueologia da Zona

BHACKEN (2009), in “Oman”, cat. exp., De Nieuwe Kerk, Amesterdão.

BAKHTIARI, H. (1989) – “Rapporte tra le scoperti archeologiche nell’isola di Hormuz...”, in, “Vice Almirante Teixeira da Mota-In memoriam”, vol. II, ed. IICT, Lisboa,

CARTER, R. et. al. (2008) – “Athar Sharjah – highlights from the Collection of the Sharjah Archaeology Museum”, ed. Sharjah Museum, Sharjah;

KENNET, D. (1992) – “The Towers of Ras al Khaimah”, in, “Tribulus”, Bulletin of the Emirates Natural History Group, Out. 1992, Vol. 2, nº 2, p. 29 e segts;

KERVRAN, M. (1987) – “La citadelle de Hawrat Bargha dans le Sultanat d’Oman”, in “Arts asiatiques”, Tomo 42, págs. 5-18;

KERVRAN, M. (1988) – “Bahrein in the XVI Century an Impregnable Island”, s. m., Manama;

POTTS. D. T. (2009) – “The Archaeology and Early History of the Persian Gulf” in “The Persian Gulf in History”, Palgrave Macmillan, Nova Iorque;

SASAKI, T e SASAKI H. (2001) “Excavations at Luluyya Fort Sharjah”, in, “Tribulus” “Bulletin of the Natural History Group” , vol. 11, nº 1, p. 10.

WALLS, A. (1987) – “Arad Fort”, ed. Ministério da Informação, Manama;

WHITCOMB, D. (1975) – “The Archaeology of Oman – A Preliminary Discussion of the Islamic Periods”, “The Journal of Oman Studies, Vol. I/1975.

WHITCOMB, D. (2009) – “The Gulf in the Early Islamic Period: The Contribution of Archaeology”, in, “The Persian Gulf in History”, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.

ZIOKOLWSKY, M. (1999) – “Excavations at Al-Bidiyya: new light on the portuguese presence in the Emirates” in, “Tribulus”, Bulletin of the Emirates Natural History Group”, Out/Inv. 1999, vol. 9, nº 2, pp. 19-21.

7) Arqueologia Geral

ALARCÃO, J. (1993/94) – “A Arqueologia e o Tempo”, “Conímbriga”, vols. XXXII-XXXIII, Coimbra;

ALARCÃO, J. (2008) “Coimbra – A montagem do Cenário Urbano”, Imprensa da UC., Coimbra;

AMOURIC, H. (2010) “Nouvelles Découvertes Ligures dans les fouilles terrestres et subaquatiques en Provence” in “Terre Genove” – Ceramica a Genova tra Medioevo e Rinascimento” ed. De Ferrari, Genova;

BURNOUF, J. et al. (2009) – “Manuel d’Archéologie Médiévale et Moderne”, , Armand Colin, Paris;

CHITICK, N. (1974) – “Kilwa, An Islamic Trading City on East African Coast”, , “The British Institute in Eastern Africa”, Nairobi;

CUNHA, R. M. (2003) – “As medidas na arquitetura – sécs. XIII-XVIII”, “Caleidoscópio”, Lisboa;

DEAGAN, K.A e CRUXENT, J. (2002) – “Columbus’s Outpost among the Taínos: Spain and America at La Isabella, 1493-1498”, Yale University Press, New Haven;

DIETLER, M. e LÓPEZ-RUIZ, (2009) – “Colonial Encounters in Ancient Iberia”, The University of Chicago Press, Chicago;

HICKS, D. e BEAUDRY, M. (2008) – “Historical Archaeology”, Cambridge University Press, Cambridge;

KIRKMAN, J. (1974) – “Fort Jesus – A Portuguese Fortress on The East African Coast”, Oxford University Press, Oxford;

LAVIES, D. (2012) – “The São Sebastião fortress at Mozambique Island”, tese de mestrado apresentada na Universidade de Utrecht.

OGUNDIRAN, A. e FALDLA, T. (2010) – “Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora”, Indian University Press, Bloomington;

RICHTER, K. (2008) – “The historic religious buildings of Ribeira Grande – Cabo Verde”, tese de doutoramento, policopiada, Universidade da Madeira, Funchal;

REDMAN, C (1986) – “Ksar es Seghir: An Archeological View of Medieval Life”, Academic Press, Nova Iorque;

WESLER, K. W. (1998) – “Historical Archeology in Nigeria”, , Africa World Press, Trenton;

CABALLERO ZOREDA, et alie (1996) – “Actas: Arqueologia de la Arquitectura – El método arqueológico aplicado al processo de estudio y de intervencion en edificios históricos”, Junta de Castilla y Leon, Burgos;

8) Outros

BARROCA, M., ALARCÃO, J. (2012) – “Dicionário de Arqueologia Portuguesa”, ed. Figueirinhas, Porto;

CARITA, R. (2005) – “A Fortaleza de S. Brás em Ponta Delgada no séc. XVI”, in, “Arquitectura Militar – do conhecimento histórico à sua função actual”, IAC, Angra do Heroísmo;

CHAKROUNI, N. (2002) – “L’apport de l’architecture portugaise à la fortification d’Asilah”, in, “Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb”, Colibri, Lisboa;

CID, P. A. I. (2011) – “As fortalezas manuelinas do Índico: características e antecedentes”, in “Anais de História de Além-Mar”, Vol. XII, Lisboa, CHAM;

GOMES, M. V. et al. (2012) – “Espólio do Naufrágio da Ponta do Leme Velho”, Instituto de Arqueologia e Paleociências, Lisboa;

FERNANDES, M. (2006) – “Terra: Forma de Construir”, “CRATERRE – 10ª Mesa Redonda”, “Argumentum – Edições, Estudos e Realizações”, Lisboa;

GULBENKIAN, R. (1972) – “L’ Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

LIZARDO, J. (1999) – “Vestígios da arquitectura manuelina e sua persistência no Golfo Pérsico e na Península Arábica”, “Islenha”, nº 25, DRAC, Funchal;

LIZARDO, J. (2007) – “A propósito de representações “exóticas” na arquitectura manuelina”, “Islenha”, nº 41, DRAC, Funchal;

LIZARDO, J. (2011) – “Alguns exemplos de vestígios da cultura hindu reaproveitados em construções portuguesas”, “Islenha”, nº 49, DRAC, Funchal;

LOBO, F. S. (2005) – “A Fortaleza Real de S. Filipe”, “Pedra & Cal”, nº 28, GECORPA, Lisboa;

MAGALHÃES, J. R. (1980) – “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas”, “Revista de História Económica e Social”, nº 5, Lisboa;

MUIR, R. (2000) – “The New Reading The Landscape”, University of Exeter Press, Exeter;

O’ CONNOR, T., EVANS, J. (2005) – “Environmental Archaeology – Principles and Methods”, Sutton Publishing Limited, Gloucestershire;

PICARD, C. (2011) – “Ribats et edifices religieux de l’ Islam sur les côtes du Portugal”, in, “Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros”, Instituto de Arqueologia e Paleociências, Lisboa.

RAMUSIO, G. (1999) – citado por Luciana Stegamno Picchio, in “Mar Aberto – Viagens dos portugueses”, ed. Caminho, Lisboa.

LISTA DE FIGURAS

1, 2 – “A decapitação dos monges do Convento de Nossa Senhora do Rosário de Mascate”, painel de azulejos na sala capitular do Convento da Graça em Lisboa, reproduzido em “L’Ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda”.

3 – Representação de Mascate em “Plantas de Praças das Conquistas de Portugal” (1610).

4 - Representação de Mascate em “Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia” (c. 1612?/c. 1635?).

5 - Representação de Mascate em “Livro das plantas” de todas as fortalezas (1634-1635).

6 – Representações de Matara em “Lyvro de plantaforma ...” e “Livro das Plantas ...”

7 - Representações de Curiate em “Lyvro de plantaforma...” e “Livro das Plantas ...”

8 – Representações de Sibó em “Lyvro de plantaforma” e “Livro das Plantas”

9 - Representações de Borca em “Lyvro de plantaforma” e “Livro das Plantas”

10 – Representações de Quelba e Corfacão em “Lyvro de plantaforma” e “Livro das Plantas”.

11 – Representações de Soar em “Lyvro de plantaforma” e “Livro das Plantas”.

12 - Representações de Mada e Libédia - “Lyvro de plantaforma” e “Livro das Plantas”.

13 – Representações de Doba em “Lyvro de plantaforma” e “Livro das Plantas”, todas conforme José Manuel Garcia.

14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 – Representações de Matara, Sibó, Curiate, Mascate, Mada, Doba, Soar, Quelba, Corfacão e Libédia no “Códice de Vila Viçosa”.

24 – A “aguada de Tiwi”, Ab/2012

25 – Rotas no Índico em meados da Idade Média, in “National Geographic”, Ag/2009.

26 – Calaiate – túmulo de figura de prestígio e vestígios de mesquita no exterior da muralha de Calaiate.

Ao fundo, o mausoléu de Bibi Maryam. Ab/2012

27, 28, 29 – Calaiate – Mausoléu de Bibi Maryam. Ab/2012.

30, 31 – Doba – sepulturas do cemitério dos combatentes na batalha que levou à implantação do islamismo na costa do Oman. Dez/2012.

32 – O rosto da edição de “Divertimento para um quarto de hora”.

33, 34, 35, 36, 37 – Diba – O campo de sepulturas, Dez/2012.

38 – Representação de Doba no “Livro das Pantas ...” incluindo a provável imagem do campo de sepulturas.

39, 40, 41 – Edifícios em terra no casco antigo da cidade de Nizwa, observando-se os “bolos de terra”, Ab/2012.

42 – Representações esquemáticas dos métodos de construção tradicional, in, Walls, 1987.

43 – Libédia – o muro de protecção à mesquita entretanto desaparecido, observando-se os “bolos de terra” que constituem o núcleo de algumas zonas de construção.

Ao fundo, uma das torres, Ab/2011.

44, 45 – Construção em terra, Doba, Dez/2012, vide, Glossário, “Torres isoladas”.

46 – Construção à base de tijolos, fortaleza de Soar, Dez/2011.

47 – Arcos de gesso pré-fabricados, cisterna “grande” da fortaleza de Ormuz, Fev/2007.

48 – Torre isolada nos arredores da cidade de Rās-al-Khaima, Dez/1998. V., “Glossário”, “Torres isoladas”.

49 – Plantas de recintos fortificados do Oman, in “Forts of Oman”, Dinteman, 1993.

50 – Nizwa – a torre principal da fortaleza, Ab/2012.

51 – Calaiate – as muralhas da cidade e a respectiva entrada na direcção de Sur.

Ao fundo, o túmulo de Bibi Maryam, Ab/2012.

52 – Calaiate – uma torre das muralhas, Ab/2012.

53 – Calaiate – acesso ao adarve, Ab/2012.

54, 55 – Curiate – a torre sobre o ilhéu, Ab/2012.

56 – Curiate – a mesma torre no “Códice de Vila Viçosa”.

57, 58 – Libédia – as torres antes de restauro, Ab/2001.

59 – Soar – a torre principal após a primeira operação de restauro, anteriormente às actuais obras, Ag/1997.

- 60, 61, 62, 63, 64 – Soar – a torre durante as actuais operações de restauro, Dez/2011.
- 65 – A fortaleza de Caçapo na imagem do Google Earth.
- 66 – Planta da fortaleza de Caçapo exibida no museu de Sítio, Dez/2012.
- 67, 68 – Caçapo – imagens da fortaleza, Dez/2012.
- 69 – Corfacão na imagem do Google Earth.
- A seta indica a localização dos vestígios que foram objecto de escavação.
- 70, 71, 72, 73 – Corfacão – imagens das escavações, Dez/2012.
- 74 – Representação de Corfacão no “Códice de Vila Viçosa”.
- 75 – Julfar – O campo arqueológico, Dez/2012.
- 76 – Julfar - vestígios da cisterna, Dez/2012.
- 77 – Ormuz, vestígios de uma das cisternas situadas no pátio da fortaleza, Ab/2001.
- 78 – Libédia – as torres tal como se acham representadas no “Códice Vila Viçosa”.
- 79 – Libédia – as mesmas torres na actualidade, Dez/2011.
- 80 – Libédia – as torres em imagem recente do Google Earth.
- 81 - Libédia – o muro de ligação no espaço entre as torres Abril/2001.
- 82 – Libédia – o espaço escavado por M. Ziokolwsky assinalado sobre imagem recente do Google Earth.
- 83 – Libédia – o muro revelado pelas escavações de M. Ziokolwski, Dez/2011.
- 84 – Mascate nos princípios do séc. XX, in “Oman”, cat. Exp., pp. 116, 117.
- 85 – Mascate – as fortalezas “Mirani” e “Jalali”, Ab/2012.
- 86 – Mascate – a torre de Rawyah em 1926, in “Old Oman”, pág. 24.
- 87 – Mascate – o poço de Rawyah no “Livro de Plantaforma ...”.
- 88 – Mascate – lápide no exterior da capela do forte “Mirani”, Ag/1997.
- 89, 90 – Mascate – o portal da capela do forte “Mirani”, Ag/1997.
- 91 - Mascate – a muralha da cidade em fotografia de 1951, reproduzida em “Old Oman”, p. 29.
- 92 – Mascate – a “bateria de Stº António”, Ab/2012.
- 93 – Mascate – a bateria do outro lado da barra, Ag/1997.

94 – Mascate – levantamento da fachada principal da torre de Rawyah por Archibald Walls (1987, p. 65).

95 – Mascate – inscrição sobre a porta principal da fortaleza “Mirani”, Ag/1997.

96, 99, 98 – Mascate – a porta principal da fortaleza “Mirani”, Ag/1997.

99 – Mascate – a cortina SW da fortaleza “Mirani”, Ag/1997.

100, 101 – Mascate – a couraça da fortaleza “Mirani”, Ab/2012.

102 – Mascate – a fortaleza “Mirani” em fotografia aérea de 1967, reproduzida em “Old Oman”, pág. 116.

103 – Mascate – aproximação à estrutura primitiva da fortaleza “Mirani” a partir da fotografia anteriormente referida.

104 – Mascate – redução da imagem da fortaleza “Mirani” constante de “Plantas de Praças ...”.

105 – Mascate – o desenho da fortaleza “Mirani” nas “Plantas de Praças ...”, reproduzidas na obra de José Manuel Garcia.

106 – Mascate – a fortaleza “Mirani” vista a partir da cidade, Ab/2012.

107 – Matara – imagem constante do “Códice de Vila Viçosa”, fls. 29 da edição de Luís Silveira.

108 – Matara – os baluartes caracterizados como sendo de origem portuguesa, Ag/1997.

109 – Matara – a fortaleza onde estão inseridos os baluartes supra referidos, Ab/2012.

110 – Matara – levantamento da fortaleza, in, Nicolle, 2012.

111 – Matara – a suposta fortaleza tal como foi desenhada no “Códice de Vila Viçosa”.

112, 113 – Matara – torres no cimo dos picos escarpados que rodeiam a povoação.

114 - Matara – entrada da baía, vendo-se as torres características nos picos circundantes. Ab/2012.

115 – Quelba – a fortaleza, Ag/1997.

116 – Quelba – a torre central erguida sobre o terraço interior actualmente em fase de restauro, Dez/2012.

117 – Quelba – a esquina da face ocidental, Dez/2012.

118 – Quelba – levantamentos parcelares do aparelho das fachadas, Dez/2012.

- 119 – Quelba – pormenor da face ocidental, Dez/2012.
- 120 – Quelba – a fortaleza segundo a imagem do Google Earth.
- 121 – Quelba – escavações no terreno em frente à fachada oriental da fortaleza, Ag/1997.
- 122 – Quelba – escavações junto à face sul, Dez/2012.
- 123, 124 – Quelba – as primeiras intervenções na fortaleza em fotografias cedidas pelo Prof. Rui Carita.
- 125, 126 – Quelba – imagens actuais da fortaleza, notando-se as diferenças relativamente às fotografias anteriores, Dez/2012.
- 127 – A fortaleza de Sibó no “Códice de Vila Viçosa” realçando-se a respectiva legenda.
- 128, 129 – Soar – torres e cortinas da fortaleza, Ag/1997.
- 130 – Soar – interior da fortaleza, Dez/2011.
- 131 – Soar – sobreposição das medidas obtidas no local ao desenho do “Livro de plantaforma ...”
- 132, 133, 134 – Porcelana chinesa exibida no Museu de Ras-al-Khaima e proveniente de Julfar, Dez/2011.
- 135 – Corfação – observação de superfície na zona de escavação, reproduzida a título de mera curiosidade:
- a) Cerâmica provavelmente persa imitando porcelana chinesa.
 - b) “Escudela” talvez de origem persa.
- O período de vigência de ambos os tipos foi muito largo, não se propondo por isso qualquer tipo de datação.
- 136 – Representação do Índico no séc. XVI in, Jorge Borges de Macedo, “História Diplomática Portuguesa”.
- 137 – Modo de uso do “narigão” segundo Archibald Walls.
- 138, 139, 140 – “Narigões” na Fortaleza de Arad, Dez/2010.
- 141 – Baixo relevo sassânida em Naksh-i-Rostam, Ab/2001.
- 142 – Iluminura persa do séc. XVII, in, “Shah Abbas – The Remaking of Iran”.

Todas as imagens sem indicação de origem são da responsabilidade de João Lizardo/Lígia Gonçalves/Luísa Correia.